

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Érico Teixeira de Loyola

**As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e
a Integração Regional (1979-1987)**

Mestrado em História

Porto Alegre, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Érico Teixeira de Loyola

**As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e
a Integração Regional (1979-1987)**

Mestrado em História

Dissertação apresentada como requisito parcial
para o recebimento do título de Mestre em
História pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientação: Prof^o. Dr. Alessandro Mário Kerber

Porto Alegre, 2016

CIP - Catalogação na Publicação

Loyola, Érico Teixeira de
As Missões Jesuítico-Guaranis : o Patrimônio
Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987)
/ Érico Teixeira de Loyola. -- 2016.
184 f.

Orientador: Alessandro Mário Kerber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2016.

1. Patrimônio Cultural. 2. Missões Jesuítico-
Guaranis. 3. Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional. 4. Integração Regional. 5. História
da América. I. Kerber, Alessandro Mário, orient. II.
Título.

Érico Teixeira de Loyola

As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração
Regional (1979-1987)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para o recebimento do título de Mestre em
História pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Orientação: Prof^o. Dr. Alessander Mário Kerber

APROVADO

Porto Alegre, 24 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Alessander Mário Kerber (Orientador) – PPGH/UFRGS

Prof^a. Dra. Carla Brandalise – PPGH/UFRGS

Prof^a. Dra. Cláudia Wasserman – PPGH/UFRGS

Prof^a. Dra. Letícia Brandt Bauer – Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Dedico este trabalho à minha família. A ela
devo o gosto por cruzar fronteiras.

Agradecimentos

Depois de meses de pesquisa, escrita e pânico, é um prazer agradecer àquelas pessoas que de alguma forma possibilitaram a realização desta pesquisa e, claro, de um importante objetivo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Mário Alexander Kerber, pela forma pacienciosa e atenta com a qual me acompanhou neste período. Sou muito grato pelo apoio e pela confiança.

Importante também a cooperação da minha quase-esposa Ana Paula Ebeling. Apesar de todos os altos e baixos, sobrevivemos à Dissertação. Depois de quase esgotadas as minhas vidas extras, teremos fôlego para o Doutorado. Quem sabe, inclusive, com um pequeno bolsista voluntário.

Aos meus colegas do Mestrado, e aos meus professores do PPG, também deixo o meu abraço. Foi muito bom estar em meio a pessoas engajadas e que entendem de suas respectivas áreas. Aprendi muito com vocês. Em especial, agradeço-os nas figuras de Bruno Segatto, Pedro Meirelles, Pâmela Pinho, Rhuan Zaleski, Anderson Torres, Rosario Carolina Siguenza e Hildebrando Maciel. Obrigado pelas figurinhas trocadas (às vezes, literalmente)!

É fundamental, ainda, dizer o quão agradecido sou aos meus colegas do curso de graduação em História. Sim, vocês foram/são parte fundamental desse projeto, o convívio com vocês abriu-me os olhos de que outro mundo é possível, e de que precisamos transformar a nós mesmos se quisermos buscar mudanças.

Além disso, deixo o meu obrigado aos funcionários do IPHAN e do IPHAE que me atenderam ao longo das minhas pesquisas. Também gostaria de agradecer aos funcionários e robôs da Dell: o meu computador não apagou nada “sem querer”.

“Desagradecimentos”

No entanto, nem tudo são flores. Dois anos de pesquisa podem apresentar grandes percalços. Por isso, é também importante recordar as pessoas, casos ou fatos que devemos “desagradecer”, de modo a finalmente perdoá-los (ou esquecer-los).

Sendo assim, faço públicos os meus “desagradecimentos” aos ônibus desprovidos de ar-condicionado e aos cobradores de livros em atraso. Insatisfação igual vai estendida às bicicletas da América Central, cujos freios pouco funcionais propiciam acrobacias indesejadas, que atrapalham a escrita de dissertações mundo afora.

“A ruína opera como uma cidade fantasma, abandonada, que guarda a marca daqueles que a habitaram um dia. A lacuna, o vazio, o silêncio são completados pelo pensamento, pois os fragmentos do passado retêm o tempo e contam histórias. Ativa-se da memória do que se sabe, do que se leu, do que se ouviu contar. É, pois, neste sentido, imagem que se desdobra em outras, apontando para um referente que se situa em outro tempo” (PESAVENTO, 2007, p. 63).

RESUMO

O presente trabalho se propõe à análise dos processos de “ativação patrimonial” levados a cabo pelo IPHAN relativamente ao conjunto missioneiro guaraníco-jesuíta localizado na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Mais especificamente, diz respeito às transformações das estratégias aplicadas pelo IPHAN relativamente ao referido conjunto, de 1979 e 1987, no contexto de aproximação política Brasil-Argentina, e as “representações” daí engendradas.

Parte-se do pressuposto de que as Missões Jesuítico-Guaranis foram tomadas como motivo de orgulho nacional quando classificadas como “patrimônio histórico-cultural”, a partir da década de 1930. Tem-se também por hipótese que esse conjunto cultural, nos anos 1970, teria supostamente passado a ser apropriado de forma diversa, para além de critérios estritamente “nacionais”.

Dessa forma, a partir da discussão de tais transformações e da apresentação, sistematização e interpretação de três períodos de ativação patrimonial das Missões Jesuítico-Guaranis (1979, 1983-1984 e 1987), pretende-se compreender como teriam sido as estratégias estabelecidas pelo IPHAN, se de fato existentes, para eventualmente fomentar uma identidade de caráter “supranacional”, capaz de ir “além da História-pátria”, preservando, em bases não-nacionais, um conjunto cultural que trespassaria as fronteiras brasileiras.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of "patrimonial activation" carried on by IPHAN regarding the ruins of Jesuit Missions of the Guaranis existent on the border between Brazil, Argentina and Paraguay. More specifically, it concerns the transformation of the strategies applied by IPHAN towards this cultural set, from 1979 to 1987, in the context of Brazilian-Argentinean political approach, and the "representations" this process engendered.

This dissertation is based on the presumption that the Jesuit-Guaraní Missions were taken as a matter of national pride when classified as "historical and cultural heritage", in the 1930s. It also presupposes that these ruins, from the 1970s onward, would come to be appropriated differently, supposedly avoiding a criteria established exclusively on a "national" basis.

Thus, by discussing these transformations, and presenting and interpreting three periods of patrimonial activation of the Jesuit-Guarani Missions (1979, 1983-1984 and 1987), we intend to understand the strategies established by IPHAN, if existing, to go "beyond national history", preserving, in a non-national basis, a cultural set that would surpass Brazilian borders, and eventually express a "supranational" identity.

LISTA DE SIGLAS

- BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
- CPT: Comissão Pastoral da Terra
- CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNMMYLH: *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (atual *Comisión Nacional de Monumentos, de Lugares y de Bienes Históricos*)
- CNRC: Centro Nacional de Referências Culturais
- EBA: Escola de Belas Artes
- EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo (atual Instituto Brasileiro do Turismo)
- DET: Divisão de Estudos e Tombamento
- DPHAN: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- FNPM: Fundação Nacional Pró-Memória
- IBECC: Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências
- ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*
- IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
- IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
- PCH: Programa Cidades Históricas
- OEA: Organização dos Estados Americanos
- ONU: Organização das Nações Unidas
- SPHAN: Serviço ou Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – moeda comemorativa ao patrimônio jesuítico-guarani, lançada pela UNESCO, em 1978.

Figura 2 – Renato Soeiro, Diretor do DPHAN/IPHAN de 1967-1979, e Aloísio Magalhães, Diretor da SPHAN/FNPM de 1979 a 1982.

Figura 3 – Ruta Turística Jesuítica (Operable).

Figura 4 – Visita de Roberto Di Stéfano a São Miguel.

Figura 5 – Capa do Boletim nº 27 da SPHAN/FNPM.

Figura 6 – Sacolas comemorativas do patrimônio brasileiro e missioneiro, lançadas por redes de supermercado em parceria com a SPHAN/FNPM.

Figura 7 – Capa da obra de Ramón Gutierrez lançada no contexto da Campanha de Salvaguarda das Missões Jesuítico-Guaranis.

Figura 8 – Logomarca do Projeto “Missões: 300 Anos”.

Figura 9 – Mapa ilustrativo da Região das Missões, conforme projeto “Missões: 300 Anos”.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 O IPHAN e a identidade nacional: a tentativa de definir o que é brasileiro.....	33
1.1. Fazendo o patrimônio histórico-cultural ter sentido.....	33
1.2. A definição do patrimônio nacional e as Missões Jesuítico-Guaranis (1930-1960).....	38
1.3. Bens culturais, modernidade e desenvolvimento econômico: uma “nova” abordagem e o seu impacto sobre as Missões Jesuítico-Guaranis (1970-1980).....	56
1.3.1. Tradições Modernas, Modernidade Heroica: um novo conceito de patrimônio?.....	57
1.3.2. A interação internacional	69
Capítulo 2 O Circuito de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas	80
2.1. Uma aproximação possível.....	80
2.2. Soeiro e Magalhães: o Circuito do ponto de vista brasileiro	82
2.3. Rumo ao Circuito de Turismo Cultural e a Reunião de 1979.....	94
2.4. Outras leituras e uma conclusão possível	103
Capítulo 3 Missões, Patrimônio da Humanidade?.....	107
3.1. Uma aproximação possível.....	107
3.2. Um contexto propício?	109
3.3. O “Plano de Ação” e algumas disputas simbólicas pela definição do patrimônio missioneiro	114
3.4. A Interação Brasil-UNESCO: Ruínas Jesuíticas, Acrópole e Coliseu	121
3.5. O encaminhamento brasileiro para o reconhecimento de São Miguel como Patrimônio da Humanidade	125
Capítulo 4 Promover e Comemorar: “A Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis” e o Projeto “Missões: 300 Anos” (1987).....	134
4.1. Uma aproximação possível: o contexto político	134
4.2. Uma aproximação possível: a análise das fontes.....	136
4.3. Missões, bens culturais e algumas parcerias com o setor privado	138

4.4. “A Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis”: o lado universal das Missões Jesuítico-Guaranis	145
4.5. “Missões 300 Anos”: o lado nacional (e regional) das Missões Jesuítico-Guaranis	150
Conclusão.....	161
Referências Bibliográficas	169
Fontes Consultadas.....	177

Introdução

O presente trabalho propõe a análise dos processos de “ativação patrimonial” (PRATS, 1997)¹ formulados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)² a respeito das Missões Jesuítico-Guaranis. Mais especificamente, pretende-se compreender a atuação do referido órgão sobre esse conjunto de ruínas entre os anos de 1979 e de 1987, e a sua eventual relação com o processo de aproximação político-econômico experimentado por Brasil e Argentina, no que viria a ser “a espinha dorsal da integração regional” (VIZENTINI, 2001, p. 10).

Parte-se da hipótese que os anos 1970 e 1980 teriam trazido alterações substanciais nos critérios de ativação patrimonial adotados pelo IPHAN, em contraste às concepções desenvolvidas quando da criação do órgão, na década de 1930. Assim, teria o referido instituto, principalmente a partir da gestão de Aloísio Magalhães (1979), modificado e ampliado a forma de apropriação dos bens passíveis de tombamento. Ao fazê-lo, teria deixado de interpretá-los como parte de um projeto baseado nas ideias de “civilização” e de “tradição” brasileiras (GONÇALVES, 1996, p. 52), passando a vê-los como “meios através dos quais diferentes segmentos que compõem a nação expressam-se a si mesmos no fluxo do processo histórico” (Idem, p. 55). Soma-se a isso, ainda, o debate internacional acerca da ideia de “diversidade, humana e ambiental”, do qual a Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial teria sido tributária (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 23).

¹ Entendemos por “ativação patrimonial” a escolha de determinados referenciais, conformados por critérios diversos, que servem para dar sentido a certa narrativa (PRATS, 1997, p. 30). O patrimônio, portanto, ou, melhor, a ativação de determinados referenciais patrimoniais, se presta a dar representatividade a certas versões identitárias (Idem, p. 31), articulando, de forma instrumental, determinada visão de mundo, que pode, ou não, ter eficácia simbólica (Idem, p. 32).

² O órgão responsável pela catalogação dos bens considerados patrimônio brasileiro mudou de denominação diversas vezes. De 1937 a 1946 chamou-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1946 a 1970, converteu-se em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); de 1970 a 1979, foi nomeado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); de 1979 a 1990, tornou-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1990 a 1994 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, quando retomou a denominação IPHAN (PESSÔA, 2004, p. 11). Ao longo do presente trabalho, quando tratando de sua atuação em termos gerais, nos referiremos a esse órgão pela sua denominação atual – IPHAN. Quando necessário, entretanto, faremos referência às suas outras nomenclaturas (DPHAN, SPHAN/FNPM, etc.), com o devido destaque e contextualização.

Tais transformações, vistas em seu conjunto, teriam permitido, aparentemente, uma leitura do patrimônio histórico-cultural para além do nacional. Em face disso, entendemos possível verificar de que forma tais alterações teriam impactado nas práticas do IPHAN relativamente ao conjunto missioneiro. Isto é, se buscará verificar se, e de que forma, pretendeu o IPHAN ir “além da História-pátria” (WILLIAMS, 2012), preservando um conjunto cultural que potencialmente expressaria a integração das nações que possuiriam tais remanescentes missioneiros.

Salienta-se que não se está discutindo a história dos “Sete Povos das Missões” do atual território do Estado do Rio Grande do Sul, ou dos “Trinta Povos”, se consideradas as reduções argentinas e paraguaias. Tampouco se quer dizer que as narrativas elaboradas pelo IPHAN sejam unívocas, ou mais “corretas” que outras.

Com efeito, este trabalho objetiva abordar a questão sob outro enfoque, que, entendemos, ainda carece de aprofundamento. Procura-se verificar se buscou o referido órgão incorporar os remanescentes jesuítico-guaranis a narrativas que, ao invés de demarcar a diferença, se prestaria à celebração da unidade entre nações distintas. Nessa linha, será importante igualmente aferir como essa narrativa pró-integração, se existente, concorreria com outras “construções sociais” (PRATS, 1997, p. 19) lastreadas em referenciais diversos do nacional.

Fazendo um paralelo com a proposta de Pomian (1984) no que atine às “coleções”, podemos afirmar que a história do “patrimônio cultural missioneiro” seria diferente da história dos objetos que hoje fazem parte dele. A história de cada redução, isoladamente, ou em seus agrupamentos “nacionais”, traduziria narrativas potencialmente diversas daquelas concebíveis quando consideradas em sua “unidade”.

Isto é, tais ruínas, em seu conjunto, atuariam como “intermediários entre os espectadores e o invisível” (p. 66), dando coerência a uma narrativa pretensamente evocativa de um tempo idílico, sem fronteiras. Seria a invocação de uma época em que a paz e a cordialidade entre os povos prevaleceriam, sem barreiras ou exércitos nacionais. Portanto, do ponto de vista patrimonial, não

importaria tanto a história desta ou daquela redução, mas a apreciação de seu conjunto, e o seu encaixe dentro dessa narrativa. Assim, ainda com fundamento em Pomian, podemos ponderar que

“As colecções [...] são apenas uma componente daquele leque de meios usados para assegurar a comunicação **entre os dois mundos, a unidade do universo**. Compreende-se então a diversidade dos objectos que as formam, dos locais onde se encontram e dos comportamentos dos seus visitantes, diversidade que corresponde aos vários modos de opor o invisível ao visível, e que não exclui todavia uma homologia das funções mas, pelo contrário, é ela própria um sintoma disso. **Todas as colecções estudadas cumprem uma mesma função, a de permitir aos objectos que as compõem desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual aqueles são exteriores (se os espectadores são invisíveis, trata-se do mundo visível e vice-versa)**. [...] (grifei; POMIAN, 1984, p. 67).

As reduções jesuítico-guaranis estariam inclusive sendo consideradas em seu conjunto como um dos “eixos de uma política de patrimonialização supranacional do MERCOSUL” (VALVERDE, 2012, p. 10). Além disso, seriam percebidas como uma “via fundamental para o desenvolvimento econômico e social de áreas de fronteira” (Idem). Esse viés, entretanto, promoveria o “esquecimento”, por exemplo, da rivalidade geopolítica Brasil-Argentina em torno da região missioneira nos anos 1970-1980³.

Cuida-se, assim, de uma disputa simbólica, em que determinados fatos devem ser destacados em detrimento de outros. Aproveitando-nos da discussão de Bourdieu (1989) acerca do “discurso regionalista”, podemos afirmar que essa postura em prol da integração é um

“[...] discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. [...] O acto de magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere*

³ Como foi o caso do contencioso Itaipu-Corpus (1979), que será contextualizado e explicado ao longo deste trabalho.

finis, regere sacra, consagrar um novo limite” (BOURDIEU, 1989, p.116).

Essa postura “pró-integração”, no entanto, parece ser relativamente recente, quando considerada a área de preservação do patrimônio histórico-cultural. Da mesma forma, essa referência às Missões como representativas de um passado de “harmonia” também pode ser colocada em questão.

Com efeito, no Brasil, no âmbito das estratégias adotadas pelo SPHAN para o patrimônio missioneiro, não era esse visto como propriamente relevante pela sua representatividade para a constituição da identidade nacional. O tombamento das Ruínas de São Miguel, ainda na década de 1930 muito teria se dado pela indicação e insistência do escritor gaúcho Augusto Meyer, interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor da instituição (BAUER L., 2006, p. 52-53). Na verdade,

“A atuação de Meyer foi marcante não somente ao inventariar bens de todo o Estado, como também porque foi dele o critério de tempo a ser limite para a seleção dos bens. Segundo carta de 4 de junho de 1937, Rodrigo afirmou ter achado excelente “...o critério que o senhor adoptou para esse efeito, limitando o inventario às obras edificadas no período compreendido entre as missões jesuíticas e a revolução dos Farrapos”. A definição, aliás, baseava em eventos históricos marcantes: missões, como o mito fundador do Rio Grande do Sul, e a Revolução Farroupilha. Distante de estilos arquitetônicos, Augusto Meyer se orienta pelos limites de acontecimentos históricos”, (Idem, p. 57).

As Missões, aqui, serviriam muito mais como “mito fundador” do Estado do Rio Grande do Sul do que propriamente da nação brasileira. Do ponto de vista do IPHAN, parece difícil que essas fossem tomadas como marco de “brasilidade”. Nesse sentido, ainda, a explicação de Márcia Chuva (2009), segundo a qual no Brasil teria se designado, ao longo dos anos 1930,

“[...] como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, representante ‘genuína’ das origens da nação. **O passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar [...], e, nessa relação dada pela ruptura, era preciso que entre os dois acontecimentos não houvesse nenhuma causalidade. A escolha do que se pretendia identificar como**

constituente da nação resultou na seleção de bens que representassem uma história remota e originária, inscrita ‘num tempo homogêneo e vazio’, revelando a construção de uma história da nação fundada na possibilidade de construir heróis nacionais que deviam informar as ações no futuro e conter as diferenças no presente, distanciando-se deles. [...]

Ao mesmo tempo que se construía uma ancestralidade para a nação, mantendo-se um elo de continuidade entre o Estado colonial e o novo Brasil independente, evitava-se toar em feridas mais recentes. O patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas, assim como a intensa produção artística das Minas Gerais foram os elementos primordialmente consagrados como ‘patrimônio nacional’ [...]. **Dessa forma, poder-se-ia pensar que a ‘Guerra Guaranítica’ contra os jesuítas nas missões do sul da Colônia, e a Inconfidência Mineira, tratada então como divisor de águas das origens da nacionalidade pela historiografia tradicional, atenderam à necessidade de reafirmação do fratricídio, visando à construção de uma genealogia da nação brasileira”** (grifei; CHUVA, 2009, p. 48).

Ou seja, desenvolvendo uma narrativa que atendesse às políticas centralizadoras do Estado Novo, optou o IPHAN por identificar “bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num tempo homogêneo e vazio”. Assim, fixavam-se os pretensos caracteres da nossa identidade nacional em *oposição* a outras identidades nacionais (Idem)⁴.

As Guerras Guaraníticas (1753-1756), dessa forma, representariam o fratricídio, e não a união. Note-se: a Guerra, conforme Márcia Chuva (2009), dera-se *contra* os jesuítas, em um esforço para conformar o que seria a nação. Apropriar-se de São Miguel e dos demais remanescentes jesuíticos para o

⁴ Na Argentina, ao longo dos anos 1940, deu-se ênfase às Missões com o intuito de “resgatar, através do patrimônio tombado pela Comissão [Nacional], uma memória específica para contribuir para a construção de uma ideia de Nação Argentina” (URIBARREN, 2008, p. 07). Essas, em específico, seriam fruto da herança espanhola (Idem, p. 26). A razão para tal preocupação também tem origem nas disputas pela composição da identidade nacional argentina. O tema fez-se presente desde os princípios da República, muito em função das levadas de imigrantes europeus que vem a integrar o país desde fins do Século XIX. Em face disso, na opinião de alguns dos dirigentes do país, fazia-se urgente o desenvolvimento de padrões identitários que pudessem incorporar os recém-chegados ao “ser nacional” argentino (CONTI, 2009, p. 07). Daí a importância dos parâmetros de representação do nacional estabelecidos pela já referida CNMLyLH, fundada em 1938 (Idem). Essa ênfase na fixação de caracteres nacionais, aliás, está presente no próprio conteúdo da lei que instituiu a CNMLyLH: a ela caberia propor ao Poder Executivo a declaração como de utilidade pública de lugares, monumentos, imóveis e documentos de particulares considerados de interesse histórico, de forma a “asegurar los fines patrióticos de esta ley” (Argentina, 1940). Ou seja, tanto no Brasil quanto na Argentina a reformulação da identidade nacional deu-se em bases centralizadoras, mediante a atuação de órgãos responsáveis especificamente por identificar bens representativos de certa narrativa nacional. Em ambos os casos, ainda, fez-se presente a valorização da “herança” colonial: a portuguesa de um lado, a espanhola de outro.

propósito da integração regional, dessa forma, representaria a superação desse antagonismo. Daí a possibilidade, a nosso ver, de analisar quais teriam sido as estratégias aplicadas pelo IPHAN para superar vencer “nacionalismos”, tendo como enfoque o conjunto cultural missioneiro.

Passamos, agora, à explicação da escolha pelo período compreendido entre 1979 e 1987 como recorte de análise. Inicialmente, quanto ao ano de 1979, tal se deu porque nesse ano teria se estabelecido o primeiro grande projeto de aproveitamento conjunto do patrimônio missioneiro por parte de Argentina, Brasil e Paraguai, o “Circuito Turístico Cultural”, que é tomado como uma das fontes da presente pesquisa⁵. O ano de 1987, por sua vez, foi estabelecido como marco final porque inaugura as iniciativas “Missões: 300 Anos” e a “Campanha Internacional de Salvaguarda das Missões Jesuítico-Guaranis”, outros grandes projetos de promoção cultural da região identificados ao longo desta pesquisa. Além disso, concentrando-nos até 1987, mantemos a nossa apreciação aos primeiros passos da integração político-econômica Brasil-Argentina, alegadamente rumo ao MERCOSUL (CERVO, 2008; CANDEAS, 2010).

Além disso, o enfoque nas décadas de 1970 e 1980 revela-se relevante porque durante esse período teria havido importantes transformações no trato da questão patrimonial pelo IPHAN. E tais inovações, como se verá no primeiro capítulo, chegaram ao Brasil em reflexo a uma tendência internacional mais ampla (FUNARI e PELEGRINI, 2006; CALABRE, 2013)⁶. Nesse contexto teriam

⁵ Parte da historiografia brasileira vê o ano de 1979 como divisor de águas das políticas patrimoniais nacionais. Argumenta-se que a partir disso, com a gestão de Aloísio Magalhães, teria se concretizado a passagem de uma fase dita “heróica” para outra “moderna” (FONSECA, 1997, p. 175; OLIVEIRA, 2008, p. 127). No entanto, essa é uma análise que, ao longo do presente trabalho, pretendemos matizar, visto que desde os anos 1960, sob a gestão de Renato Soeiro, estariam sendo encaminhadas alterações na interpretação e aproveitamento do patrimônio nacional, inclusive quanto ao seu potencial para fins de desenvolvimento econômico, e na sua vinculação com organismos internacionais (DA SILVA, R., 2012).

⁶ Na Argentina, por sua vez, fenômeno semelhante veio a ocorrer. A partir da década de 1970 também foi posta em discussão, por certos setores da intelectualidade, “a questão da necessidade de o Estado intervir no campo da cultura, não nos moldes da censura, mas de efetivar a reconstrução do campo destruído pela direita e pelo autoritarismo” (CALABRE, 2013, p. 331). Com efeito, é em oposição ao forte aparato repressor da ditadura de Jorge Rafael Videla (1976-1981) que há, no entender de Wortman (2002), a luta, por setores intelectuais e acadêmicos, pela criação de um “espacio autónomo”, com a gradual institucionalização “de las ciencias sociales y humanidades”, inclusive mediante a expulsão do “plantel docente impuesto por la dictadura” (2002, p. 02). Esse processo de renovação das práticas patrimoniais tem reflexos naquele país nas décadas posteriores, em paralelo ao processo de abertura política vivenciado por Brasil. Aliás,

sido realizados os primeiros grandes projetos transnacionais de aproveitamento do espaço missioneiro, visando, principalmente, ao estímulo do setor turístico.

De toda sorte, para melhor compreensão das estratégias elaboradas pelo IPHAN ao longo dos anos 1970-1980 para com relação ao conjunto missioneiro, será necessário recuperar alguns dados e preocupações havidas nas décadas anteriores. Isso ocorrerá no primeiro capítulo, em que abordaremos as estratégias de formulação da identidade nacional pelo referido órgão nas décadas de 1930-1960 e 1970-1980. Essas incursões serão úteis na medida em que permitirão traçar as razões para certas escolhas do IPHAN no que tange aos critérios e métodos de promoção do patrimônio missioneiro, em especial a partir de parcerias com os vizinhos platinos e com a UNESCO.

Em síntese: o período de 1979-1987 é escolhido porque, nesse interregno, teriam sido estabelecidos os primeiros esforços internacionais de “aproveitamento” das Missões Jesuítico-Guaranis, a partir de um ponto de vista cooperativo entre Argentina, Brasil e Paraguai. Isso tudo, ainda, em uma época de novidades em termos de aportes teóricos relativos à questão patrimonial. Não por isso, entretanto, deixaremos de nos remeter a um período anterior, a fim de compreender determinadas escolhas havidas nos anos 1970-1980, relativamente ao aproveitamento da região missioneira.

Quanto à relevância do tema proposto, entendemos que os projetos de integração e cooperação existentes na América do Sul, inclusive o ora cambaleante MERCOSUL, não podem ser apreciados sem seu aspecto cultural. Por mais que as discussões relativas à cultura, no âmbito da organização, possam ocorrer de forma “mais retórica do que prática” (SOARES, 2008, p. 53), são Argentina e Brasil tributários de certas circunstâncias históricas que permitiriam a narrativa de um “passado comum”, fora das tradições nacionais.

Por isso o enfoque nas Missões Jesuítico-Guaranis. Como referimos, essas podem ser apreciadas como uma “coleção”; assim, em estando as suas unidades espalhadas por diversos países, mostra-se viável pensar em uma interpretação que favoreça a aproximação, e não o distanciamento, entre os

“a grande tônica das políticas culturais, nos anos 1980”, na Argentina, seria “a democratização, do acesso e do direito à produção estendido para toda a população” (CALABRE, 2013, p. 333).

povos sul-americanos. Por exemplo, centrando-nos especificamente no caso do MERCOSUL, tinha-se que interesses primordialmente econômicos deveriam dirigir o pretendido estreitamento entre seus signatários. Não se fazia presente de maneira expressa, em 1991, quando do Tratado de Assunção, a constituição de um sentimento de coesão supranacional, ou que de alguma forma concorresse com as narrativas nacionais desenvolvidas por Argentina e Brasil. Aliás, no referido Tratado “não houve sequer menção ao lugar da cultura na construção dessa integração” (LESSA, 2010, p. 51).

No entanto, essa necessidade parece ter sido posteriormente percebida. Em 1992 foi realizado o I Encontro de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do MERCOSUL, trazendo à tona o potencial cultural que o processo de integração oferecia. Na ata do encontro, aliás, constou explicitamente o anseio de apoiar-se “actividades y estudios [de] preservación y protección de los bienes culturales y de patrimonio histórico y cultural de la región” (MERCOSUL, 1992). Além disso, ansiava-se pela “organización y el desenvolvimiento del “Proyecto Misiones”, com o objetivo de “estudiar, preservar, valorizar y divulgar el patrimonio cultural remaneciente de las misiones jesuitas guaraníes” (Idem).

A dimensão “cultural” do MERCOSUL parece ter sido influenciada pela integração econômica, porque essencial “para garantir sua sobrevivência” (LESSA, 2010, p. 56). Ou seja, não havia necessariamente, entre os Estados que hoje compõe o MERCOSUL, uma vontade “nata” para integrar, ou tampouco para rivalizar. Contudo, ao que parece, longe desse propósito de integrar nações, quando da constituição do IPHAN, a ênfase na “diferença” parecia muito mais marcante. O período compreendido entre os anos 1970-1980, dessa forma, talvez tenha sido fundamental para a formulação de representações “positivas” a respeito da ideia de integração econômica e política.

E nisso, ao que se verifica, pode ter tido importância as Missões Jesuítico-Guaranis, utilizadas como produto, e não argumento, do processo de integração. Compreender de que modo foram elas encampadas pelo IPHAN nesses esforços, e o quanto o “patrimônio cultural” tem sido efetivamente “utilizado para construir pontes” entre povos distintos (SOARES, 2008, p. 53), é

fundamental para compreender a pertinência de tal discurso. Isto é, o quanto, de fato, eventuais iniciativas de integração regional fazem sentido, ainda mais na atualidade, em que “o desconhecimento da realidade sociocultural dos países vizinhos é profundo” (Idem, p. 57).

Especificados o objeto de pesquisa e o recorte temporal de análise. Pudemos, também, apresentar a justificativa do presente trabalho, centrada na aparente importância da cultura para o sucesso de eventuais projetos de integração econômica e/ou política. Superadas essas questões, passaremos à discussão dos principais referenciais teóricos que orientarão a Dissertação.

Entendemos “identidade”, inclusive a “nacional”, não como uma essência, mas como um discurso sobre o grupo. Assim, seria possível compreender os processos de construção identitária como

“[...] pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental” (HALL, 1996, p. 70).

Ou seja, a identidade é um processo móvel, mutável, fruto da definição do que se entenderia como “nós” e do que seriam os “outros”. Nesse processo, há ênfase no “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989), formulando-se “representações”, que abordamos no sentido proposto por autores como Chartier (2002) e Bourdieu (1989, 1996).

Com isso, estabelecem-se quem faz parte e quem não faz parte de determinado grupo, fixam-se expectativas em relação às práticas de cada um, de esquemas hierárquicos, relações de poder, etc. O poder simbólico, em verdade, torna-se

“[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências’. [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido

do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' é a condição da integração 'moral'" (BOURDIEU, 1989, p. 09-10).

Contudo, sob essa capa de consensualidade, ocultam-se disputas entre grupos diversos pelo poder de nomear, de dizer o que é o mundo social. Valendo-nos ainda de Bourdieu,

"As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. [...]" (Idem, p. 11).

Isto é, para a constituição de uma determinada identidade faz-se necessária a formulação de "representações", que, se prestando a dar sentido ao mundo, levam à produção de sistemas simbólicos dele representativos, tomando-se os signos visíveis como índices seguros de uma realidade não necessariamente evidente (CHARTIER, 2002, p. 182-186). Longe de consensuais, essas interpretações dão-se nas chamadas "lutas de representações", nas quais diferentes visões sobre um mesmo tema podem engendrar representações diversas, inclusive antípodas (Idem, 1991, p. 183).

Essas lutas se fazem presentes, por exemplo, quando refletimos acerca da própria existência de um patrimônio supostamente representativo de uma determinada nação. O conjunto de bens pertencentes à dada história nacional se prestaria como uma espécie de comprovação da legitimidade ou validade de determinadas narrativas em face de outras.

Ou seja, o "patrimônio" dá visibilidade a projetos de representação de uma determinada identidade (PRATS, 1997, p. 22). Por isso, longe de vê-lo como algo "neutro" ou "desinteressado", adotamos uma perspectiva antropológica. Entendemos o patrimônio histórico-cultural não só como "invenção", mas também como "construção social", compreensão essa lastreada em autores como Canclini (1994, 1998) e Prats (1997). Dessa forma, no processo de definição do que seria patrimônio,

“Invención y construcción social no me parecen [para Llorenç Prats] pues procesos antagónicos, sino más bien fases complementarias de un mismo proceso. En este sentido, para mí, la invención se refiere sobre todo a procesos personales y conscientes de manipulación, mientras que la construcción social se asocia principalmente con procesos inconscientes e impersonales de legitimación [...]. En cualquier caso, la invención, para arraigar y perpetuarse, necesitará ‘convertirse’ en construcción social, es decir, alcanzar un mínimo nivel de *consenso*. [...]” (PRATS, 1997, p. 20-21).

Decerto, a construção da identidade nacional, ou de qualquer outra, a partir da construção de um determinado conjunto patrimonial, “longe de ser consensual, está ligada aos grupos que são vistos como detendo poder e autoridade legítima para se erigirem nos guardiões da memória” (OLIVEN, 2006, p. 26). Disso decorre a importância da atuação de certos órgãos “guardiões” desta ou daquela narrativa, em um processo que legitima certos referenciais simbólicos a partir de uma determinada fonte de “autoridade” (PRATS, 1997, p. 22).

Aliás, é notório o papel do “poder público” enquanto ativador privilegiado do patrimônio (CANCLINI, 1994, p. 98; PRATS, 1997, p. 33). Por isso a ênfase, neste trabalho, à atuação do IPHAN. Afinal, a instituição deteria os meios políticos necessários para estabelecer narrativas “oficiais” em torno dos bens jesuítico-guaranis. Em suma, referido órgão ofereceria uma leitura institucional, que, contudo, não poderia ser entendida como neutra. Os significados e a importância eventualmente atribuídos ao espaço missionário não podem ser considerados intrínsecos, naturais ou autoevidentes, mas tributários “de um jogo de conflitos e negociações” que reelabora, incessantemente, as representações que dele fazemos (LEWGOY, 1996, p. 18). E, nesse “jogo”, é inegável que tem o Estado os meios coercitivos necessários à atribuição de sentido a certos símbolos atreláveis à identidade nacional⁷.

⁷ Os caracteres fixados pelo IPHAN acerca dos termos em que deveriam as Missões ser apropriadas não são os únicos. Outras narrativas teriam sido consolidadas ao longo dos anos 1970 e 1980 para fins de apropriação do patrimônio missionário. Houve, por exemplo, discursos que reputaram as Missões Jesuíticas representativas de correntes “socialistas” (FREITAS, 1982). Ou mesmo que consideravam Sepé Tiaraju, uma das principais lideranças indígenas das Guerras Guaraníticas, como um “santo popular”, com inspiração na “Teologia da Libertação” (BRUM, 2007, p. 11; CECHIN, 2010). Outras correntes, por sua vez, teriam explorado a suposta associação entre “missionarismo” e “gauchismo” (BRUM, 2007; PINTO, 2012). Embora não seja diretamente o escopo deste trabalho, tentaremos trazer à tona algumas dessas “outras narrativas”, formadoras de diferentes identidades, a fim de questionar a univocidade do IPHAN.

Nesse rumo, entendemos a nação como uma “comunidade imaginada”, fruto de um longo processo de construção de representações lastreadas na ideia de uma “profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). No entanto, assim como o patrimônio é neutro tão-somente de forma aparente, também essa horizontalidade se apresenta como uma construção simbólica. Com efeito, tal discurso de igualdade presta-se à ocultação “da desigualdade e da exploração” existente no seio de qualquer comunidade (Idem). Dessa forma, o patrimônio erigido em torno de uma determinada ideia de nação, ao fim e ao cabo, também

“[...] funciona como recurso para reproduzir as diferenças entre grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem um acesso preferencial à produção e à distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento” (CANCLINI, 1998, p. 195-196).

Isto é, tanto a “nação” quanto o patrimônio cultural “institucionalizado” são produtos de disputas entre grupos sociais diversos. Disso decorre que longe de camaradagem e de neutralidade, nação e patrimônio representam áreas de disputa. Falando sobre as lutas que o patrimônio cultural pode ocultar, Néstor Canclini aponta que

“Frente à magnificência de uma pirâmide maia ou inca, de palácios coloniais, cerâmicas indígenas de três séculos atrás ou à obra de um pintor nacional reconhecido internacionalmente, não ocorre a quase ninguém pensar nas contradições sociais que expressam. A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio” (CANCLINI, 1998, p. 160).

Propomos que essa aparente “camaradagem horizontal”, e a conflituosidade que ela oculta também, são transponíveis às relações interestatais e aos projetos de integração econômico e/ou política. Afinal, por trás da aparente igualdade de oportunidades de um projeto tal como o MERCOSUL, há inegáveis assimetrias que o mito da horizontalidade oculta. A liberdade de comerciar, ou o

fato de cada país representar um voto em determinadas instâncias decisórias, não serve necessariamente à superação das diferenças entre classes ou ao fim de conflitos de caráter étnico. A formação de uma “cidadania” e/ou patrimônio cultural latino-americano, mercosulino, brasileiro-argentino, etc., da mesma forma, tampouco servirá, inexoravelmente, à superação dos referenciais identitários nacionais.

O caráter controverso e contraditório de tais referenciais revela-se claro, por exemplo, quando pensamos na União Europeia. Anne-Marie Thiesse, falando sobre essa e sobre o ideário de integração, explicita que as identidades nacionais, “irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente” (THIESSE, 2002, p. 07). E, de fato, Anthony Smith, escrevendo em 1996, já assinalava que

“Existen igualmente escasas probabilidades de que se configure una «super-nación» europea hasta que una auténtica conciencia europea sea infundida en la mayoría de la población de cada nación europea. (Lo que puede ser compatible con la persistencia de una conciencia y sentimientos nacionales, pero sería necesario añadir un ámbito más amplio de lealtad y pertenencia al ámbito nacional ya existente). [...]” (SMITH, 1996, p. 139).

Ao que parece, efetivamente, não observamos, até o presente momento, o surgimento desta “supernação” europeia⁸. E mais: ainda que essa “supernação” invocasse um companheirismo profundo e horizontal, tal horizontalidade não esconderia as diferenças econômicas e sociais existentes entre os países que ora compõem o bloco, ou mesmo ao tratamento diferenciado dispensado, por exemplo, a refugiados e imigrantes.

Também no caso do MERCOSUL, no momento em que escrevemos (2015-2016), podemos perceber o quanto o processo de integração político-econômica ainda engatinha. As suas instâncias institucionais, bem como os projetos de integração cultural, apresentam um caráter incipiente. Sendo assim, o processo de construção da “comunidade imaginada” para além do nacional,

⁸ Pelo contrário, nota-se um verdadeiro recrudescimento dos nacionalismos. O plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, em 2016, demonstra a fragilidade do referencial identitário “supranacional”.

embora possível, revela-se complexo e também pode servir ao apagamento, mais do que à superação, de conflitos existentes no interior do bloco.

Da mesma forma, o processo de “globalização” parece insuficiente a fomentar tal sentimento de “aldeia global” (ou “aldeia latino-americana”, ou “brasileiro-argentina”). Stuart Hall menciona que haveria um discurso corrente de que o processo de “globalização” estaria atuando na desintegração das “identidades nacionais, [...] mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar” (2006, p. 26): no entanto, o mesmo autor contrapõe que o marco do imaginário nacional segue apresentando relevância, “especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania” (Idem, p. 28). Além disso, a globalização teria caminhado não exatamente para a homogeneização, mas para a proliferação de novas identidades locais e globais, sem necessariamente destruir aquelas de orientação “nacional” (Idem, p. 30).

No entanto, se a “questão nacional” segue relevante, como abordar o processo de construção de uma identidade comum a nações tão diversas, e com tamanhas assimetrias internas? Podemos cogitar que o IPHAN, com vista a esse objetivo, tenha usado de vários referenciais identitários – de ordem local, nacional, global, popular, de elite, etc. – para ressignificar certos bens.

Isso teria aparentemente ocorrido no caso do conjunto missioneiro. Afinal, a sua interpretação enquanto um conjunto de Trinta, e não de Sete Povos, poderia favorecer o desenvolvimento de um senso de camaradagem para além das fronteiras nacionais. As Missões Jesuítico-Guaranis, nesse caso, não seriam unicamente brasileiras, argentinas ou paraguaias, mas de “todos”. De qualquer forma, não nos pareceria correto afirmar que tal leitura não representaria, também, a “teatralização do patrimônio”: um esforço coordenado “para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (CANCLINI, 1998, p. 162). Ambas as interpretações, “nacional” ou “além-nacional”, representam pontos de vista que, longe de unívocos, podem ser objeto de críticas em razão de sua pouca atenção ao plural e ao divergente. A horizontalidade seria uma falácia em qualquer dos casos.

Expostos os objetivos deste trabalho, feito o recorte temporal de análise, justificada a sua relevância e explicitados os referenciais teóricos que o

ordenarão, passamos à análise das fontes utilizadas, bem como ao esboço dos capítulos desta Dissertação.

Foram apreciadas fontes documentais, escritas e imagéticas. Elas foram obtidas junto ao IPHAN (sedes de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, bem como junto ao acervo digital da Biblioteca Aloísio Magalhães), ao IPHAE (sede de Porto Alegre) e ao sítio eletrônico da UNESCO.

A documentação foi encontrada mediante visitas realizadas à sede do IPHAN e do IPHAE em Porto Alegre, durante o período de pesquisa. Nessas oportunidades, tive acesso a toda a documentação existente sobre o tema dentro das respectivas unidades. Partindo do pressuposto de que minha pesquisa abarcaria as décadas de 1970 a 1990, passei a fotografar todo o material que porventura indicasse qualquer relação da temática missioneira ao projeto de integração.

Por sua vez, a documentação obtida na sede do Rio de Janeiro foi remetida por via eletrônica. A partir de contatos com o Arquivo Central da instituição, informado o objeto de pesquisa, tive acesso a quatro pastas nominadas “Subséries Congresso” e a duas pastas nominadas “Subsérie UNESCO”, na qual se encontrava disponível, em ordem cronológica, de 1967 a 1989, material relativo à cooperação do Governo Federal, do IPHAN e da UNESCO, na área internacional.

Além desse material, foram utilizadas três publicações editadas pelo IPHAN, que auxiliaram a compreensão das diretrizes traçadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães, diretores do referido órgão entre, respectivamente, 1937-1967 e 1979-1982. Tratam-se das obras “E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil” (FNPM/SPHAN, 1985), “Rodrigo e seus tempos” (FNPM/SPHAN, 1986) e “Rodrigo e o SPHAN” (FNPM/SPHAN, 1987). Referidas obras compilam uma série de discursos, palestras, artigos, etc., produzidos pelos referidos diretores ao longo de sua atuação no IPHAN, sendo possível inferir as linhas mestras das políticas culturais e de preservação no Brasil, bem como a sua motivação.

De forma símile, também foi relevante o acesso à obra “Lúcio Costa: Documentos de Trabalho” (1998), organizada por José Pessôa, e editada pelo

IPHAN, em que há diversos pareceres elaborados pelo arquiteto Lúcio Costa, entre 1937 e 1972, na condição de Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET). A partir dos referidos pareceres, pude melhor compreender as opiniões e estratégias de um dos mais atuantes profissionais do órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro⁹.

Por seu turno, a Biblioteca Aloísio Magalhães disponibiliza, em seu sítio eletrônico, acesso aos Boletins produzidos pelo SPHAN/FNPM e às Revistas do IPHAN. Por seu intermédio, foi possível acessar um amplo conjunto de publicações oficiais, textos legais e convenções firmadas pelo Brasil no tocante à preservação do patrimônio histórico-cultural¹⁰. Aproveitando-se disso, foi averiguada a existência de material de divulgação no bojo dos Boletins do SPHAN/FNPM, especialmente com relação à preservação dos bens missioneiros e suas interconexões com a declaratória de São Miguel como Patrimônio da Humanidade, e à eventual associação com os países vizinhos nesse processo.

Tais publicações oficiais, boletins e revistas, no nosso entender, assim como outras publicações institucionais, foram relevantes porque expressariam, para além do âmbito da organização, as razões e os objetivos pretendidos com a salvaguarda deste ou daquele bem. No dizer de Aguiar e Chuva (2014), tais periódicos são verdadeiros “meios de disseminação de valores e ideias”, conformando-se, ainda, como “espaços privilegiados para [...] a divulgação de um pensamento institucional” (2014, p. 77), daí decorrendo a sua importância para o presente trabalho, que visa à interpretação dos sentidos dados pelos órgãos de preservação do Brasil ao patrimônio missioneiro.

No entanto, por expressarem essas publicações “um pensamento institucional”, procurei opor tais narrativas, sempre que possível, a outras também

⁹ Lúcio Costa foi o responsável por recomendar, em parecer, o tombamento das Ruínas de São Miguel, bem como projetar o museu existente no parque em que situadas. Segundo Letícia Bauer, “Lúcio Costa quis tornar compreensível a desordem ocasionada pelo ‘naufrágio’ presenciado em sua chegada a São Miguel. Atuou na reordenação espacial, limpando o entorno dos remanescentes, concentrando peças, consolidando estruturas arruinadas e implantando novos espaços para evocar antigos. Ao mesmo tempo, organizou didaticamente em local destinado aos visitantes para observação e interpretação. A organização do espaço, ruínas e Museu, constituiu, por si só, a produção de uma narrativa” (BAUER, L., 2006, p.151).

¹⁰ <https://biblioam.wordpress.com/publicacoes-digitais/>

em voga no período de análise. Disso decorreram as referências à variabilidade das estratégias de apropriação do patrimônio missioneiro.

Além disso, também referimos que foram utilizadas fontes obtidas junto ao sítio eletrônico da UNESCO. Foram particularmente úteis os documentos relativos aos processos de obtenção do título, por parte de Argentina e de Brasil, de algumas de suas reduções jesuíticas como “Patrimônio da Humanidade”. Tais processos, que correram de fins dos anos 1970 até 1983-1984 são ricos em informações a respeito das negociações havidas entre os dois países, acrescidos do Paraguai, para determinar estratégias para a preservação desse conjunto cultural¹¹.

Ao final, além das referidas obras institucionais e dos boletins e revistas, contava com mais de 2.200 arquivos digitalizados, mas dispostos de maneira desorganizada (os arquivos do IPHAN/Porto Alegre sequer se encontravam organizados cronologicamente). Esses eram compostos por uma gama imensa de informação, que precisava ser depurada a fim de contemplar os objetivos da pesquisa. Isso, contudo, já era esperado, pois a mim cabia selecionar os documentos que poderiam me servir, “muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos” (BACELLAR, 2005, p. 46).

Assim, considerando que me concentraria nas estratégias oficiais do IPHAN para a promoção do patrimônio missioneiro, decidi-me a organizar a documentação da seguinte forma: (a) processos de tombamento dos conjuntos reducionais, material que considere relevante na medida em que expressava as razões para a preservação desses bens e as medidas tomadas para assegurar os

¹¹ A decisão pela inscrição de tais reduções junto a UNESCO deu-se a partir de recomendação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, na sigla em inglês), que, unificando duas propostas encaminhadas por Brasil e Argentina, privilegiou a inscrição das aludidas reduções no contexto de uma “proposição global que incorporasse as principais Missões da América do Sul” (ICOMOS, Relatório de Proposta de Inscrição, 1983-84). O ICOMOS, por sua vez, “foi fundado em 1965, em Varsóvia, Polônia, um ano depois da assinatura da Carta de Veneza [...]. É uma associação mundial que congrega profissionais que se dedicam à conservação e à proteção do patrimônio cultural. Sua ação consolida-se por meio de intercâmbios interdisciplinares de seu quadro de associados, composto por arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos, historiadores de arte, antropólogos, engenheiros, entre outros. Os membros do ICOMOS contribuem para o incremento da preservação do patrimônio cultural em escala mundial, com a formulação de propostas, diretrizes e recomendações para as ações atinentes aos mais diversos bens patrimoniais, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, arqueológicos, bem como aqueles de caráter imaterial” (PARCHEN, 2012, p. 220).

fins propostos; (b) material de ordem administrativa produzido pelo IPHAN e IPHAE, em torno do tema “Missões Jesuíticas”, entre as décadas de 1970 e 1990, tais como atas de reunião, ofícios, memorandos de encontros de órgãos técnicos do órgão, etc., além de discursos ou manifestações de agentes institucionais do IPHAN junto a encontros acadêmicos, que julguei importantes na medida em que me permitiam identificar e as práticas de preservação no tocante à preservação do conjunto missioneiro no contexto internacional; (c) matérias jornalísticas de autoria de agentes “de fora” do IPHAN, que julguei úteis porque indicavam como as atividades do órgão eram apreendidas pelo público externo; (d) boletins, revistas e publicações oficiais (que já pudemos debater anteriormente) e (e) declaratórias e tratados internacionais.

A análise das fontes possibilitou que concluíssemos pela existência de três períodos de ativação de promoção do patrimônio guaraníco no plano internacional, em cooperação com o IPHAN. Seriam eles: (a) o “Circuito de Turismo Cultural”, lançado em 1979; (b) o processo de declaratória das Missões Jesuítico-Guaranis brasileiras e argentinas como Patrimônio da Humanidade, ocorrido entre 1983-1984, e (c) o projeto “Missões: 300 Anos” e a “Campanha Internacional de Salvaguarda das Missões Jesuítico-Guaranis”, de 1987. Esses momentos, pelo que verifiquei, ainda não haviam sido analisados em seu conjunto, apesar de sua interconexão. Havia, de fato, alguns estudos que faziam menção a um ou a outro ciclo (MEIRA, 2007; WILLIAMS, 2012; NAGEL, 2015), mas nada de forma mais sistematizada. Assim, obtive um norte para a pesquisa, endereçando-a à análise das práticas patrimoniais brasileiras acerca das Missões e ao estudo desses períodos, que vêm delineados nos últimos capítulos deste trabalho.

Feito isso, associou-se a cada uma dessas “iniciativas” a documentação antes depurada (processos de tombamento, material de ordem administrativa, matérias jornalísticas, material de divulgação e declaratórias e tratados internacionais). Um cuidado importante que se procurou dispensar a essas fontes, assim como no caso das revistas e publicações oficiais produzidas pelo IPHAN, foi o de contextualizá-las.

Afinal, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2005, p. 63). Isso de fato se aplicava ao longo da pesquisa, em especial quando era possível contrapor a grandiloquência de certas propostas de aproveitamento conjunto da região missioneira e a realidade de seu alcance prático. Além disso, em diversas oportunidades pudemos questionar o discurso “modernizante” atribuído ao IPHAN, a partir dos anos 1970. Em realidade, mesmo a partir da gestão de Aloísio Magalhães (1979), verificou-se que, com relação ao patrimônio jesuítico-guarani, permaneciam as propostas de aproveitamento da região atreladas a concepções desenvolvidas nos anos 1930-1940.

Outro ponto relevante disse respeito aos “vieses” da documentação (Idem, p. 68). Nas três “fases” que analisamos fizemos uso de relatórios, ou memorandos, de reuniões de grupos de trabalho direcionados especificamente ao aproveitamento da região missioneira. Com isso, ficamos adstritos às conclusões “escritas” em tais documentos, sem conseguir acesso ao “caminho” percorrido até essas conclusões. Além disso, o que restava consignado era o ponto de vista “institucional”. Isso, contudo, não nos levou a interpretar o conteúdo de tais documentos como expressão da verdade. Onde possível, procuramos questionar as conclusões constantes de tais relatórios, contextualizando-as e contrapondo-as, por exemplo, às diretrizes das publicações que consolidaram uma “memória oficial”.

De toda sorte, entendi que o material obtido se revelou útil ao fim proposto. Afinal, a identificação de tais “fases”, acompanhado de material de divulgação e da interpretação dos meandros burocráticos para a promoção da região missioneira, a nosso ver, permitia a compreensão dos sentidos que se pretendeu atribuir àquele conjunto cultural em momentos políticos bem distintos. O trabalho certamente foi enriquecido pelo fato de que se pode identificar pelo menos uma “grande” iniciativa relativa às Missões Jesuíticas em cada dos últimos governos eleitos indiretamente (Geisel, Figueiredo e Tancredo Neves/Sarney), acompanhando o que poderia se chamar, a grosso modo, de “redemocratização”. Além disso, com o aporte de outras leituras na área de Relações Internacionais e

Direito, pode-se formular e trabalhar as interconexões existentes entre tais iniciativas, o momento político-econômico e o processo de integração regional¹².

No entanto, deve ser observado que não pude visitar pessoalmente o Escritório Regional do IPHAN em São Miguel e o Arquivo Central do IPHAN do Rio de Janeiro, em razão de compromissos profissionais. Com isso, talvez tenha deixado escapar algum dado ou informação que poderia entender útil, a fim de compreender os meandros do processo de integração cultural.

Quanto à organização do presente trabalho, contará ele com quatro capítulos, além desta parte introdutória e das respectivas conclusões. O primeiro capítulo será destinado à apresentação e discussão dos conceitos de “identidade nacional” e de “patrimônio histórico” que marcaram o IPHAN, com especial ênfase a partir dos anos 1970. Com isso pretendemos expor como foram pensadas e divulgadas as narrativas de Brasil, e o *locus* da experiência missioneira-guarani em tais narrativas. Para isso, tomaremos por base os processos de tombamento dos remanescentes guaraníticos, as Revistas e Boletins do SPHAN, e a fala de “grandes nomes” do instituto, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro e Aloísio Magalhães. Tomou-se o cuidado, ainda, de questionar tais narrativas, expondo suas limitações e razões de ser, em meio ao contexto político de cada época, fugindo assim, o quanto possível, da “memória oficial”.

Com esses subsídios, nos três capítulos seguintes abordaremos, a partir da documentação obtida, como foram encaminhados, conforme se identificou ao longo da pesquisa, três períodos de ativação patrimonial das Missões Jesuítico-Guaranis. Assim, analisaremos algumas das estratégias de cooperação internacional para a preservação das reduções jesuíticas, e quanto isso de fato teria levado à reformulação de referenciais identitários nacionais, em prol de uma identidade comum. Esses períodos (que também podemos chamar

¹² Material semelhante almejava-se obter junto à contraparte brasileira do IPHAN, na Argentina, a Comisión Nacional de Museos, Monumentos e Lugares Históricos (CNMMYLH), tanto com relação aos encaminhamentos dados para a patrimonialização dos bens culturais relativos às Missões quanto no que atine aos projetos por ela encabeçados para a sua promoção. No entanto, em razão das dificuldades para contatar o referido órgão, decidiu-se, a partir dos aportes da Banca de Qualificação, limitar a análise às fontes brasileiras. Com isso, deixa-se a apreciação comparativa das práticas nacionais e da Comissão argentina para um momento posterior.

de projetos, iniciativas, fases, ciclos, etc.), são os seguintes: (a) “Circuito de Turismo Cultural” (1979); (b) o processo de Declaratória das Missões Jesuítico-Guaranis como Patrimônio da Humanidade (1983-1984), e (c) os projetos “Missões: 300 Anos” e “Campanha internacional em favor da preservação e da restauração das Missões Jesuítico-Guaranis” (1987).

A partir dos aportes do primeiro capítulo, espera-se, quanto aos três últimos, aprofundar o estudo acerca de momentos específicos de mobilização do patrimônio missioneiro. Dessa forma, poderemos situar e compreender os caracteres que engendraram cada uma dessas iniciativas, bem como os seus objetivos e sentidos. Além disso, como já pudemos salientar, as “fases” identificadas acompanham os últimos momentos do Regime Militar, até o Governo Sarney, e, conseqüentemente, acompanham o próprio processo de aproximação entre o Brasil, Argentina e Paraguai.

A essas iniciativas, ao longo dos referidos capítulos, também tentaremos contrapor outras, a fim de questionar a univocidade do IPHAN nos processos de ativação do patrimônio missioneiro. Às narrativas do instituto, por exemplo, oporemos a forma de apropriação da experiência missioneira por parte de movimentos normalmente associados à “Teologia da Libertação”, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento dos Sem Terra (MST). Referidos movimentos, assim como alguns intelectuais, durante os anos 1970-1980, também se valeram do conjunto cultural missioneiro como referencial, inclusive para fins de promover a integração latino-americana. Na sua base, entretanto, não estaria tanto a arquitetura ou a monumentalidade das reduções jesuíticas, mas sim a figura do indígena e o suposto caráter igualitarista das reduções, em certo sentido inclusive de natureza “socialista” (FREITAS, 1982).

A partir dessa apreciação, esperamos oferecer um panorama amplo das transformações havidas nos critérios de apropriação das Missões Jesuítico-Guaranis, interconectando-as aos esforços de integração regional. O estudo do aspecto cultural da integração regional é importante na medida em que leva a questionar, justamente, que tipo de integração desejamos. E quais as suas potencialidades, e, principalmente, limitações.

Capítulo 1

O IPHAN e a identidade nacional: a tentativa de definir o que é brasileiro

“Queridinha.

Oi! Aqui estams nós, ainda sem chefe novo. Enquanto isso, vamos aproveitando o antigo! Eu ando cansada de viajar. **Na semana passada, adivinha onde eu fui: São Miguel – isto mesmo – só mesmo o Zé Trovão pra me fazer ir até lá num dia e voltar no mesmo.** Nao sei se, quando saístes daqui, acompanhavas a novela da [TV Manchete] “Ana Raio e Zé Trovão”. O dito cujo é interpretado pelo meu super-ídolo Almir Sater (um que era peão- violeiro no “Pantanal”). Ele é a glória!!! Imagina que, na novela, o Zé Trovão é missioneiro e vai reencontrar a mãe, que ele julgava morta, que mora na “Clínica de Repouso São Miguel” (uma casa do lado da igrejinha próximo ao ET). Aí, tive que ir assistir as gravações pois tinham que ser tomadas algumas decisões (tirar um pedaço da cerca p/filmagem, fechar bilheteria, etc.). Mas, o máximo, muito melhor que o Zé Trovão é o Jayme Monjardim, Diretor desta novela e que foi diretor do Pantanal. Que gato! Quando vi ele passeando de chapéu pelo sítio (eu não sabia que ele era ele), quase desmaiei de emoção. Tirei uma foto com a Dolores “Estrada” (ídala do chefinho) na frente das ruínas, p/ele colocar na cabeceira. No fim, foi divertido, mas nao me recuperei da empreitada até hoje (morro de sono).

Mas, p/não pensares que tudo são rosas em São Miguel, as coisas continuam muito mal por lá. Eu quase diria que o teu esforço, nestes últimos meses, foi em vão. O prefeito e o secretário de obras estiveram aqui e declararam que **as ruínas são um estorvo para a população e que o melhor seria que não estivessem aqui (chegamos à conclusão de que eles querem removê-la e reconstruí-la em outro lugar).** Mas o melhor é que a Prefeitura está construindo a caixa d’água atrás da igreja. Eu fotografei e vou fazer uma denúncia, mas o Custódio nao quer entrar com nenhuma ação judicial. Vamos ver!

No mais, telefonei pro Renato p/reclamar que nao recebemos convite para a festa do dia 24, em Ivoti. Também vamos ver. No mais, vê se aproveita, vê se olha para os lados (lembra o que a tua colega do curso do Evaldo te falou.)

Beijo – Ana” (grifei; IPHAN/POA – Remanescentes de São Miguel, Carta de Ana)

1.1. Fazendo o patrimônio histórico-cultural ter sentido

A citação anterior refere-se à transcrição de uma carta remetida por “Ana” a uma pessoa que não foi possível prontamente identificar¹³. Foi localizada, por acaso, em uma das pastas disponíveis no Escritório do IPHAN em Porto

¹³ Com os aportes da Banca de Mestrado, foi aventado o nome de uma possível autora da carta. No entanto, como não foi possível confirmar a informação, optei por manter certo “sigilo” a esse respeito.

Alegre/RS. Sem maiores identificações, estava na Caixa “Área Técnica - Remanescentes de São Miguel”, em meio a ofícios firmados pelo Diretor do 4º Distrito do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), no ano de 1969. Nas folhas em que escrito o bilhete (ou carta), consta ainda, nos rodapés, o timbre “Antônio Prado – Cidade Histórica”.

Pelo teor da conversa podemos presumir que se tratavam, as interlocutoras, de duas mulheres. Elas, pelo que se percebe, trabalhavam na gestão dos bens tombados pelo Governo Federal, e estavam envolvidas na temática missioneira entre os anos de 1990 e 1991, período em que exibida a novela “Ana Raio e Zé Trovão”, na extinta TV Manchete. As referências à Cidade de Antônio Prado e “à festa do dia 24, em Ivoti”, por sua vez, revelam que conversavam em um momento em já se passava a valorizar, no tema patrimonial, as contribuições de imigrantes italianos e alemães (OLIVEIRA, 2008, p. 128).

A escolha dessa correspondência para iniciar o trabalho não se dá por acaso. É que ela revela um aspecto um pouco mais “íntimo” da relação de duas servidoras federais com as Missões Jesuítico-Guaranis, relação essa que a documentação oficial parece incapaz de transmitir. “Ana Raio e Zé Trovão”, Almir Sater e Jayme Monjardim são referências muito raras (ou melhor, únicas) em uma gama documental precipuamente construída para dar sentido a um determinado conjunto cultural.

Com efeito, na correspondência em questão não há menção à relevância das reduções jesuíticas na história do IPHAN. Da mesma forma, nenhuma referência aos esforços de aproximação entre Brasil e Argentina. No entanto, nem por isso se poderia presumir que as ruínas de São Miguel não fossem importantes para Ana e sua interlocutora. Afinal, se não as valorizassem, não haveria motivo para demonstrar a sua preocupação com o fato de que “as coisas continuam muito mal por lá”.

A questão que se coloca, curiosamente a partir de observações de caráter mais pessoal de agentes diretamente envolvidas com a questão do patrimônio cultural no Brasil, é “precisamente a ambiguidade (...) [da] categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a

cultura e os indivíduos” (GONÇALVES, 2005, p. 20). De fato, não se pode negar que o

“[...] acesso que o patrimônio possibilita, por exemplo, ao passado não depende inteiramente de um trabalho consciente de construção no presente, mas, em parte, do acaso. **Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este, por sua vez, incontavelmente se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações. Desse modo, o trabalho de construção de identidades e memórias coletivas não está evidentemente condenado ao sucesso.** (Idem)

Ou seja, além do caráter potencialmente “ambíguo” do patrimônio, o que se verifica, por meio dos diversos sentidos atribuíveis a um mesmo bem, é que a efetividade das narrativas desenvolvidas pelos órgãos oficiais de preservação depende, em muito, da aceitação de tais discursos pelos seus destinatários. A mensagem transmitida deve apresentar “ressonância” (Idem, p. 19), fazer sentido junto àqueles que a recebem. Os motivos que levavam Ana e sua interlocutória a valorizar o patrimônio missioneiro talvez fossem muito distintos daqueles encampados, institucionalmente, pelo IPHAN. No entanto, isso não significava que suas razões, fossem elas quais fossem, não seriam tão adequadas como aquelas ventiladas pelo instituto.

Isso nos leva a outra questão, também indiretamente abordada por Ana quando apresentando a opinião que teriam o Prefeito e o Secretário de Obras de São Miguel das Missões a respeito das ruínas lá situadas: “um estorvo”. Ora, em nenhum documento analisado foi observado termo tão forte (ou sincero?). Afinal, de um modo geral, somos levados a ressaltar um suposto valor intrínseco de tal sítio, endossando a ideia que seria ele, antes de mais nada, uma “joia” do patrimônio cultural nacional *argentino* e latino-americano, na medida em que enlaçaria em “simbólica harmonia as culturas europeia e indígena” (CASTELLI, 1981, p. 55). Aliás, segundo Castelli, que é argentina,

“[...] Conservar los rasgos peculiares de la personalidad local de una cultura no salvaguardará solamente el sentir nacional de esa comunidad, sino que con ello se enriquecerá todo el contexto de la comunidad internacional; servirá para enriquecerla con otros valores, para fomentar el campo de la comprensión y colaboración mutua, y reedituará en la valoración del espíritu y gênio creador del hombre que está más allá de toda frontera” (Idem, p. 51).

Ora, da confrontação entre as observações de Castelli (1981) e do Secretário de Obras de São Miguel se pode perceber como “a legitimação de um patrimônio” revela-se efetivamente “tributária de um jogo de conflitos e negociações em que diferentes protagonistas terminam por reelaborar as representações locais estabelecidas” (LEWGOY, 1996, p. 18). De “estorvo” à “joia do patrimônio latino-americano”, diversos são os sentidos que se poderiam aplicar ao conjunto missioneiro. Quem pensaria que as ruínas de São Miguel poderiam ser um empecilho ao desenvolvimento urbano? Ou então que o seu “valor universal” não seria algo inquestionável?

Com efeito, o tombamento de um determinado bem, ao mesmo tempo que pode representar uma série de oportunidades, também impõe todo um “disciplinamento da apropriação social do espaço urbano, com sentido restritivo e prescritivo” (LEWGOY, 1996, p. 07). Ora, a depender das restrições impostas, não se mostraria implausível que tenham alguns de fato cogitado acerca da remoção das ruínas para outro local¹⁴. Aqueles sentidos elaborados pelos órgãos oficiais, por sua vez, nem sempre recebem a acolhida daqueles afetados pelas práticas de preservação patrimonial.

Ou seja, as identidades ou os vínculos imaginados com relação a certo bem podem fugir das narrativas institucionais, revelando outras fidelidades e interesses. Ainda que se atribua ao “poder público” o papel de ativador privilegiado do patrimônio histórico-cultural (PRATS, 1997, p. 33), é possível

¹⁴ Na Argentina também houve desacordo quanto aos critérios e aos mecanismos de preservação das reduções misioneras. Quando do processo de obtenção do título de “Patrimônio da Humanidade” para algumas de suas reduções, por exemplo, a questão gerou tensões políticas entre a esfera federal, representada pela CNMMyLH, e o governo da Província de Misiones. Daryle Williams (2012), citando documentação obtida junto àquela Comissão, aponta que Carlos Oneto, “o arquiteto escolhido [...] para inspecionar as Missões durante os estágios preparatórios para a proposta à UNESCO, relatou que seria difícil superar “o consenso regional de que os conjuntos jesuíticos estão, em sua maioria, condenados a desaparecer” (2012, p. 296). De acordo com Oneto, ainda, o “multilateralismo estava fadado a falhar enquanto a população local fugisse de sua responsabilidade de ajudar o governo”, ao passo que a população local desconfiava da Comissão em questões tais como a do “uso do solo, desenvolvimento econômico e serviços a turistas nas Missões” (Idem). Em 1992, nessa disputa, vencem as instâncias locais, quando o Presidente Carlos Menem decreta a “provincianização das ruínas de San Ignacio”, medida essa recebida pelo Governador da Província de Misiones “como uma vitória da autorregulamentação regional” (Idem, p. 297).

reconhecer a existência de uma multiplicidade de atores (ONGs, associações, empresas, etc.) que, em suas respectivas escalas de atuação, são também capazes de produzir “memórias parciais, setoriais, particulares (de grupos, associações, empresas, coletividades, etc.)” (HARTOG, 2013, p. 236). Referidos atores, muitas vezes, atuam inclusive de modo a que suas narrativas sejam “reconhecidas como legítimas, tão legítimas ou mesmo mais legítimas” (Idem) do que aquelas narrativas elaboradas pelo poder público.

Em outras palavras, todas as narrativas desenvolvidas em torno de um determinado bem cultural são resultado de “construções sociais” (PRATS, 1997, p. 19). Em vista disso, pode-se também concluir que tais narrativas têm o “presente” como marco referencial privilegiado (CHUVA, 2009, p. 44), sendo elas produzidas por grupos sociais e/ou indivíduos. Esses grupos, embora se remetendo ao passado, formulam suas estratégias a partir de interesses atuais, muitas vezes colidentes entre si.

Com relação a essas formas de apropriação do passado, a partir de interesses atuais, ponderamos que

“O Século XX foi aquele que mais invocou o futuro, mais construiu e massacrou em seu nome, levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro [...]. **No entanto, também foi aquele que, sobretudo nos últimos trinta anos, deu a maior extensão à categoria do presente: um presente maciço, onipresente, invasivo, que não tem nenhum horizonte a não ser o próprio, fabricando cotidianamente o passado e o futuro de que necessita, dia após dia.** Um presente já passado antes mesmo de ter ocorrido completamente. [...]” (HARTOG, 2013, p. 238, grifo nosso).

Dessa forma, pela ação de determinados agentes, no presente, é que se poderia explicar como as Missões Jesuítico-Guaranis, inicialmente incorporadas às respectivas histórias nacionais de Brasil e Argentina, poderiam ter sido remobilizadas como parâmetro para uma pretendida integração regional (WILLIAMS, 2012, p. 283). Isto é, são demandas atuais – ainda que remetentes ao passado – que orientam as já referidas “construções sociais”, os discursos que “dão” ou “retiram” o valor de determinado bem.

Quais circunstâncias teriam permitido ao serviço de preservação do patrimônio histórico brasileiro reelaborar os sentidos atribuíveis ao conjunto missionário, de modo a favorecer o processo de integração? Quais os critérios, as

“fidelidades” e as estratégias pensadas dentro do SPHAN com vista a estabelecer o que seria identidade nacional, e como fazer para ir além dessa?

São essas circunstâncias que abordaremos a seguir. Iniciaremos com uma explicação sobre o processo de formação do SPHAN a partir dos anos 1930, estabelecendo relações que nos permitirão compreender sua atuação sobre as Missões desde aquele tempo até o período abordado nesse trabalho. Isso, decerto, tendo como enfoque as possíveis interconexões dessas mudanças com o processo de aproximação Brasil-Argentina.

1.2. A definição do patrimônio nacional e as Missões Jesuítico-Guaranis (1930-1960)

“Não tenho, como é moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração... No período de evolução em que nos encontramos, **a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade**” (grifei; VARGAS, 1940, *apud* CAPELATO, 2009, p. 101)

“Sr. Presidente:

A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é assunto que de longa data vem preocupando os homens de cultura de nosso país.

[...]

O grande acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico ia-se perdendo, dispersando, arruinando, alterando.

Proprietários sem escrúpulos ou ignorantes deixavam que bens os mais preciosos se acabassem ou se evadissem, ante o descaso ou a inércia dos deveres públicos. As vozes de um ou de outro patriota ou esforço deste ou daquele homem público não traziam o remédio necessário adequado.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em abril de 1936, foi o passo decisivo, montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, **para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido.**

[...]

Transformado em lei, é lícito esperar que de sua execução decorra para o nosso patrimônio histórico e artístico a proteção vigilante, segura e esclarecida de que ele, há tanto tempo, está carecendo.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de respeitosa consideração.

Dos excertos acima podem se depreender duas das características-chave do período varguista, em especial do Estado Novo e dos processos que permitiram o estabelecimento, em 1937, do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁵: a centralização do poder em mãos do Poder Executivo Federal e a instrumentalização do patrimônio cultural pelo Estado, para atingir esse objetivo.

Com efeito, a primeira citação que ilustra este artigo, extraída de um discurso proferido por Getúlio Vargas em 1940, revela a pretensão de que a produção cultural apresentasse um sentido para além do prazer estético. Ela deveria estar subordinada ao projeto político em curso e cumprir “a missão do testemunho do social, que em muito ultrapassava a mera veiculação da beleza” (CAPELATO, 2009, p. 101-102). As manifestações artísticas deveriam vincular-se “ao nacional”, expressando “os nossos temas e motivos mais típicos” (Idem). Com esse projeto, consoante aponta Maria Helena Rolim Capelato (2009),

“[...] política e cultura mesclam-se com o objetivo de adaptar os meios de comunicação e a produção cultural às novas concepções de poder. A reflexão sobre o enaltecimento da política em vigor leva a concluir que, nesse contexto, obra de arte e obra de propaganda são inseparáveis. As duas formas mesclam-se formando um produto de natureza cultural e política” (Idem, p. 120).

A partir desse viés mais proativo do Estado, adquiriu importância a educação e o estabelecimento de meios de comunicação para a propagação de um determinado conjunto de referenciais identitários. Era necessário, com o perdão da adaptação da expressão comumente referida a Massimo D’Azeglio quando do processo de unificação da Itália, “fazer os brasileiros”. Em realidade, durante o Estado Novo procurou-se

¹⁵ Renomeado, em 1946, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

“[...] difundir uma versão de brasilidade que vincule os diferentes setores da sociedade em torno dos rumos da revolução de 30. A educação e os meios de comunicação (cinema educativo e rádio) transformam-se em instrumentos de construção da nacionalidade (por exemplo, a valorização do canto orfeônico: praticado pelas crianças na escola, ela contribuiria para a formação do espírito patriótico das novas gerações” (ORTIZ, 2013, p. 619-620).

E é por essa razão, justamente, que se trouxe, na segunda citação que ilustra este tópico, trecho da “Exposição de Motivos” da Lei nº 378/1937, assinada por Gustavo Capanema. A partir dela foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), e colocado sob a sua guarda o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), supervisionado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esse departamento, por sua vez, foi um dos diversos órgãos estabelecidos com o propósito de criar e divulgar uma nova brasilidade. Na forma da referida exposição de motivos e do artigo 46 do texto legal¹⁶, o SPHAN representava um passo decisivo para preservar o patrimônio histórico e artístico do País e para “torná-lo [...] conhecido” (CAPANEMA, 1937). Contudo, não exatamente conhecido fora do País, mas conhecido entre os brasileiros. Isto é, o órgão era uma “peça no conjunto de atos políticos, implementados especialmente a partir de 1937, pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma ‘memória nacional’” (CHUVA, 2009, p. 34).

Prestava-se ele à confirmação, por via do tombamento e da divulgação do patrimônio cultural brasileiro, de um determinado conjunto de referenciais da nossa “nacionalidade”. Falando ao Jornal *O Globo*, em 22/10/1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade ressaltava, justamente, o caráter educativo que deveria ter a instituição que ainda viria a comandar na definição e consolidação dos “novos” caracteres da nacionalidade brasileira:

“[...] *Divulgação popular*

Perguntado que vantagem adviria para a cultura popular dos trabalhos deste departamento, o Sr. Rodrigo M.F. de Andrade responde:

¹⁶ Art. 46. Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional.

- O departamento visa justamente divulgar o mais possível as nossas relíquias históricas e artísticas, educando o povo no seu conhecimento. Evidentemente não seria recomendável apenas uma obra para eruditos. As massas precisam saber também destes assuntos.
(ANDRADE, 1936, *apud* SPHAN/FNPM, 1987, p. 27).

Esses referenciais, contudo, não eram unívocos, e seu estabelecimento deu-se muito em razão da atuação política de alguns intelectuais que tiveram participação direta na constituição do SPHAN, com o já citado Rodrigo Andrade. Sobre o tema, explica Maria Cecília Londres Fonseca que

“[...] Se, por um lado, o Estado Novo suprimiu a representação política e instaurou a censura, por outro, ao assumir a função de organizador da vida social e política, abriu espaços para os intelectuais, tanto para os que assumiram claramente a função de ideólogos do regime (Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Almir de Andrade, etc.), quanto para aqueles que, sem aderirem, e até demonstrando reservas quanto ao novo governo, viram no processo de reorganização do Estado uma possibilidade de participarem da construção da nação”. (1997, p. 90-91)

Desse modo, muitos artistas e intelectuais, em sua maioria associados ao movimento modernista dos anos 1920, viram nas funções governamentais a chance de veicularem os seus projetos culturais:

“A consagração do movimento modernista da década de 1920 e a ascensão de boa parte daqueles que o integraram a uma posição dominante no campo político foram fundamentais no processo de institucionalização e legitimação de uma ação estatizada de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. As articulações entre modernização e invenção de uma ‘tradição brasileira’ seriam apropriadas pelo Estado, a partir de 1930, configurando representações da nação brasileira com o intuito de alcançar o ingresso na modernidade. [...] O modernismo, nascido em São Paulo, foi capitalizado pela ideologia da ‘revolução’, em voga desde a década de 1920, e apropriada pelo golpe de 1930, tendo sido amplamente vulgarizada ao longo de todo o Governo Vargas. A incorporação das diversas proposições que aquele movimento aglutinou no sentido da concretização de um ou vários projetos culturais – todos centrados na ideia de ‘brasilidade’ – se deu às custas de um esvaziamento de seus vários significados. [...]” (Idem, p. 92-93).

Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Romeiro Chuva, em suas obras, respectivamente, “O Patrimônio em Processo” (1997) e “Os arquitetos da

memória” (2009), abordaram o papel exercido por alguns desses intelectuais no Ministério da Educação e Saúde, e no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como as ideias de brasilidade que prevaleceram em razão de tal atuação.

Chuva explica-nos que o SPHAN, com vista a “edificar uma nação” (2009, p. 61), procurou identificar “bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num tempo homogêneo e vazio”. Assim, buscando criar um “elo (...) entre o Estado colonial e o novo Brasil independente, protegeu-se o patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas, assim como a intensa produção artística de Minas Gerais” (Idem, p. 48).

Na escolha desses vetores da nacionalidade, que privilegiavam a herança lusitana e católica, e davam ênfase à produção artística mineira do Século XVIII, teve especial importância, dentro dos círculos de intelectuais que colaboraram com o SPHAN,

“[...] uma espécie de centralidade constituída pela ‘rede mineira’ de agentes [...]. Um grupo de intelectuais mineiros esteve engajado no processo de institucionalização do Sphan, ao lado dos também mineiros Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Sphan, vinculado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. [...] Essa centralidade mineira configurou-se também, e sobretudo, nas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional, em que a produção artística e arquitetônica do Século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz do patrimônio mineiro – padrão de qualidade a ser buscado”. (Idem, p. 62-63)

Por sua vez, essa “rede mineira”, com representação em postos-chave do SPHAN, não pode ser dissociada do movimento modernista dos anos 1920, com o qual Gustavo Capanema pessoalmente identificava-se (FONSECA, 1997, p. 101). Além de Carlos Drummond de Andrade, também o poeta Mário de Andrade, por exemplo, foi interlocutor importante na elaboração do anteprojeto que daria origem ao Decreto-Lei nº 25/1397, que regulamentou e estruturou o SPHAN (CHUVA, 2009, p. 159-160).

No entanto, foi principalmente no campo da arquitetura que Gustavo Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade encontraram aqueles que seriam

os seus principais aliados na constituição de tal “brasilidade”. O estabelecimento de uma agência nacional para preservar o patrimônio cultural caminha inclusive passo a passo ao processo de consolidação da Arquitetura como área autônoma, desvinculada da Escola de Belas Artes (EBA).

Nesse rumo, foi importante a atuação do arquiteto Lúcio Costa. Ele, indicado por Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1930 ao cargo de diretor da EBA, passou a atuar diretamente no processo que, em 1933, levou à “regulamentação das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor” (Idem, p. 202). É a ele atribuída, ainda, a

[...] consolidação e oficialização da vertente modernista da arquitetura [...]. [Lúcio Costa] criou as possibilidades da institucionalização da arquitetura modernista, com a formulação de um discurso perfeitamente enquadrado nas questões mais presentes daquele momento, até mesmo no que diz respeito à recuperação da tradição passada, **sempre de acordo com uma visão moderna de mundo: em vez de imitar ou reproduzir a tradição, atualizá-la ‘no que ela tinha de melhor: a pureza das formas, o lirismo, o equilíbrio, etc.’ (Lissofsky e Sá, 1996, p. xxi)”. (grifei; Idem, p. 204)**

Rodrigo Melo Franco de Andrade, por seu turno, também via com bons olhos a arquitetura modernista, e a participação dos arquitetos, em geral, nas instâncias decisórias do SPHAN. Falando sobre o estilo modernista e sobre o arquiteto Oscar Niemeyer, em conferência realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 19/09/1947, apontava Rodrigo que seria no

“[...] campo da arquitetura [...] que, de fato, mais se tem destacado a contribuição de nosso país para o impulso renovador operado, durante os últimos anos, em todo o mundo, no domínio das artes plásticas. O próprio edifício, que nos hospeda neste momento, impõe-se e popularizou-se internacionalmente como um dos monumentos de arte moderna mais importantes do patrimônio universal. Além dele [Oscar Niemeyer], um número já considerável de outras obras de envergadura excepcional, projetadas pela geração atual de arquitetos patricios, com o mesmo ímpeto rejuvenescedor das formas e semelhante senso de monumentalidade, colocaram o Brasil na vanguarda das nações que abriram um capítulo inteiramente novo na história da arquitetura. [...] (ANDRADE, 1947, *apud* SPHAN/FNPM, 1986, p. 268).

Lusofilia e catolicismo, centralidade mineira e modernismo na arquitetura. Eram essas as linhas mestras do projeto de identidade nacional formulado por Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa e outros intelectuais ao longo dos anos 1930-1940. Qualquer proposta que fugisse de tais caracteres era analisada com maior escrutínio, e não raras vezes rechaçada pelas instâncias administrativas do SPHAN¹⁷.

Escrevendo ao *Jornal o Estado de São Paulo*, em 1947, batia-se Rodrigo de Andrade contra aqueles que, por exemplo, desejam ver origens indígenas na arquitetura colonial:

“[...] É injustificável, com efeito, acreditar-se que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com os nossos indígenas a erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na própria península. Nem se pode admitir que os colonos europeus se resignassem a utilizar por longos anos construções extremamente frágeis e toscas como se tem pretendido, quando é certo que, no continente de onde procediam, as edificações de estrutura exclusivamente de madeira tinham solidez que inúmeros dos seus exemplares provinham da Idade Média.

[...]

Mas as construções feitas pelos povoadores portugueses no primeiro período, quer fossem de pedra e cal, quer de taipas [...] ou de estrutura de madeira, devem ter tido sempre a feição as características da arquitetura tradicional da metrópole. Frequentemente terão sido casebres ou choupanas de emergência, mas quase nunca imitadas das habitações indígenas, das quais copiaram apenas as coberturas de palha, quando faltassem os elementos para fabricação de telhas. [...]

(ANDRADE, 1947, *apud* SPHAN/FNPM, 1986, p. 123)

Aparentemente, também na década de 1960, eram essas as linhas mestras do agora Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), consoante palestra proferida por Rodrigo de Andrade em 1964, em defesa do patrimônio móvel e imóvel do Brasil:

¹⁷ Como se verá, muito das linhas-mestras traçadas por esses intelectuais permaneceram relativamente intactas nas décadas seguintes, inclusive nos anos 1970-1980. Isso é particularmente marcante com relação às Missões Jesuítico-Guaranis, e São Miguel em especial, na medida em que os elementos de destaque permanecem associados à beleza arquitetônica e ao valor do trabalho jesuítico na região.

“[...] Não há meio tão eficaz para inculcar-nos a convicção da unidade e da perenidade da pátria quanto um balanço, ainda sumário, dos monumentos herdados de nossos maiores, ao longo de toda a superfície do Brasil.

Da decisão e da capacidade de nosso povo assegurar a defesa da integridade nacional, as provas mais convincentes e emocionantes são as fortificações que, no decorrer dos séculos da formação e do desenvolvimento do Estado brasileiro, foram edificadas e se conservam nos limites mediterrâneos e marítimos do nosso território. Do ideal e do fervor religioso, que inspiraram nossas antigas populações, contribuindo notavelmente para firmar o sentimento de solidariedade entre os habitantes deste imenso país, as igrejas levantadas nos sítios mais diversos e distantes, em número prodigioso, perduram como testemunhos sublimados.

[...]

(ANDRADE, 1964, *apud* SPHAN/FNPM, 1987, p.57)

Além disso, notava-se uma maior consideração ao apelo estético do que propriamente ao valor histórico do bem a ser tombado. Essa observação vai corroborada pelo número de inscrições feitas no Livro Tombo das Belas Artes até 1969, num total de 340, contra 217 outros itens com inclusão tanto no Livro Tombo das Belas Artes quanto no Livro Tombo Histórico (FONSECA, 1997, p. 126).

As Ruínas de São Miguel, embora apresentassem “claramente um valor histórico”, “foram inscritas em 1938 apenas no LBA” (FONSECA, 1997, p. 126). Na verdade, segundo a autora,

“[...] até o final dos anos 50, eram pouco numerosas as inscrições apenas no LH, sendo o caso, em geral, de casas natais, algumas fortalezas e ruínas. [...] o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes” (Idem)

Ou seja, aqueles bens que não gozavam de certo apelo estético eram, no geral, “relegados” ao Livro Tombo Histórico ou ao Livro Tombo Arqueológico. No entender de Maria Cecília Londres Fonseca (1997), tal opção decorreria de três fatores: (a) do próprio processo de constituição do SPHAN, que privilegiou a arquitetura e a monumentalidade, e não tanto a incorporação dos “avanços da historiografia nacional e internacional”; (b) do fato de que, como “o principal objetivo era de assegurar a proteção dos bens pelo ato jurídico do tombamento”,

o rigor nos critérios de inscrição não veio a ser tão importante, e (c) da circunstância de que, em geral, eram as decisões de tombamento tomadas com base nas razões das proposições encaminhadas, que, por sua vez, obedeciam, via de regra, a critérios estritamente pessoais (Idem, p. 127).

De todo modo, o que se observa é a existência de certa arbitrariedade na utilização dos critérios de tombamento. Com base no terceiro fator é que talvez tenha se dado a inscrição de São Miguel, embora em ruínas, no Livro Tombo das Belas Artes, e não no Livro Tombo Histórico. Com efeito, o posicionamento favorável à inscrição no referido livro teria se dado muito em razão do parecer elaborado por Lúcio Costa, quando de sua viagem, a serviço do SPHAN, em 1937, em companhia de Augusto Meyer, a fim de aferir o estado de conservação dos remanescentes jesuíticos do sul do Brasil¹⁸. Ele, ao que se pôde verificar, teria ficado mais encantado pelo “valor artístico” das reduções, do que propriamente por seu “valor histórico”.

Da leitura do relatório em questão verifica-se genuína surpresa com os achados, que endossam essa conclusão. Por exemplo, falando dos remanescentes do Povo de São João Batista, afirma ter sido esse “a melhor das surpresas”, em razão do “grande número de peças, algumas de excepcional valor” (COSTA, 1937, *apud* IPHAN, 2008 p. 37). Chamou-lhe a atenção, ainda, uma “casa datando presumivelmente de fins do Século XVIII e toda ela construída com material da antiga redução” (Idem, p. 23). Em Santo Ângelo, igualmente, surpreende-se com uma série de ruínas, tais como “uma bela pia de batismo de duas conchas, tudo em grés, além de nove imagens, entre as quais uma do Senhor Morto com dois metros de comprimento” (Idem, p. 22).

De tais remanescentes, entretanto, aqueles que mais lhe pareceram relevantes foram as Ruínas de São Miguel, e em especial a sua catedral. No seu parecer constou o seguinte:

“Julgo, para tanto, de toda a conveniência a concentração em S. Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertencam e estão

¹⁸ Somente em 1984 deu-se a primeira inscrição de bens missioneiros no Livro do Tombo Histórico (IPHAN-Rio, Processo 1.076-T-83, 1984), especificamente com relação a “10 (dez) imagens de madeira existentes na Matriz de São Luiz Gonzaga e proveniente da antiga Igreja daquele Povo Missioneiro” (Idem, p. 01).

espalhados um pouco por toda a parte, mas, ainda, dos das demais missões, constituindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. **Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de S. Miguel capital dos Sete Povos os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido**, porquanto [...] a impressão que nos dará S. Miguel, com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo, será de muito maior significação”. (grifei; COSTA, 1937, *apud* IPHAN, 2004, p. 37)

Ou seja, os aspectos arquitetônicos da redução de São Miguel, vistos em seu conjunto, compostos pela catedral e edifícios adjacentes, e a possibilidade de lá instalar um museu, eram as justificativas centrais para a sua preservação. Não se colocava o seu tombamento, portanto, nas linhas mestras da lusofilia. Tampouco se cogitava do reconhecimento da eventual experiência “comum” por parte de Brasil, Argentina e Paraguai no que tange ao compartilhamento do espaço missioneiro. A sua proteção, naquele momento, dava-se muito mais em razão da monumentalidade e do exotismo do trabalho dos jesuítas na região noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul do que propriamente pela sua relevância para a tradição nacional imaginada pelos “fundadores” do SPHAN. Daí a importância, inclusive, de estabelecer-se um museu que servisse a melhor exposição das peculiaridades da experiência missioneira¹⁹.

Aliás, o “deslocamento” das Missões Jesuítico-Guaranis em face da narrativa de Brasil elaborada pelo núcleo de intelectuais com atuação no SPHAN, ao longo dos anos 1930, fica claro no seguinte excerto, que compõe manuscrito localizado no arquivo pessoal de Rodrigo Melo Franco de Andrade:

¹⁹ Segundo Leticia Bauer, Lúcio Costa não teria a pretensão de proceder à “reconstrução do passado”, não intencionava “tratar de um passado ao vivo, como se ‘você estivesse lá’, mas reaproximar tempos em certa medida díspares” (BAUER, L., 2006, p. 77). O arquiteto não pretendia “alterar os documentos, como proponho [a autora] que sejam compreendidos os remanescentes [missioneiros], mas, sim, organizá-los, urdindo um enredo finalístico” (Idem). Assim, o museu a ser instalado deveria servir como “um simples abrigo para as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios” (PESSOA, *apud* BAUER, L., 2006, p. 79). Seu objetivo central, dessa forma, era resgatar o que havia restado, “do lado de cá”, da experiência missioneira (COSTA, *apud* BAUER, L., p. 18), dando uma ideia da experiência missioneira, mas sem maior preocupação com a vinculação de tal período à história nacional.

“Entre esses bens [que mereceriam proteção por parte do SPHAN], reclamavam muito encarecidamente a sua diligência os remanescentes dos sítios denominados os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, em terras transferidas do domínio espanhol para a coroa de Portugal por força do *Tratado de Madri*, de 13 de janeiro de 1750, terras essas compreendidas no território atual do estado do Rio Grande do Sul. **O interesse excepcional que tais restos despertavam provinha da celebridade da experiência ali realizada pelos jesuítas, da qual tanto o escopo econômico quanto as características do urbanismo peculiar e a força das edificações civis e religiosas diferiam de tudo que os padres da Companhia tinham executado no Brasil.** [...] (grifei - ANDRADE, s/d, *apud* SPHAN/FNPM, 1987, p. 160)

A experiência missioneira, portanto, era vista como *sui generis*, cuja preservação se justificava pelo que diferiria “de tudo que os padres da Companhia tinham executado no Brasil”. Assim, nessa fase inicial de organização do patrimônio cultural do País, além daqueles bens mais próximos das tradições lusas, católicas, e de centralidade mineira, protegia-se um conjunto arquitetônico que fugia de tais vetores-chave.

As Missões Jesuítico-Guaranis, ainda que preservadas pelo SPHAN, não se encontravam propriamente consolidadas como parte integrante da “história” do País, pelo menos nas linhas traçadas pelos intelectuais envolvidos na instituição. Tampouco serviam de pilares para um futuro projeto de integração econômica, política e/ou cultural entre os países que integram a região do Rio da Prata. Ao que parece, a justificativa para a sua preservação dava-se muito mais em razão de seu suposto valor arquitetônico e do fato de ser um “lugar de memória” que, em verdade, rememorava e consolidava a “guerra, na Ibéria de além-mar e no Sul da América do Sul”, entre as Coroas de Portugal e de Espanha (PESAVENTO, 2007, p. 57), do que propriamente por um sentimento de “comunhão” com os países vizinhos, ou mesmo como marco da nacionalidade brasileira. Aliás, a ênfase no seu “exotismo” aparentemente ressaltava essa conclusão.

Os anos 1950 e 1960, por sua vez, representaram ao mesmo tempo certa continuidade, mas também impuseram alguns desafios ao órgão responsável por zelar pelo patrimônio nacional. Como observamos anteriormente, a partir dos anos 1930 deu-se início à centralização do poder em mãos do

Governo Federal. Anteriormente concentrado o poder nos Estados da Federação, a Revolução de 1930 se prestou à “racionalização do aparelho de Estado” (ORTIZ, 2013, p. 618-619), passando Getúlio Vargas a ter a última palavra em diversos temas de ordem econômica, política e cultural, sendo “o liberalismo e as elites políticas do período anterior (...) responsabilizados pela impossibilidade de produção de uma consciência nacional” (CAPELATO, 2009, p. 237). Além disso, é a partir de então, em um movimento que se prolonga ao longo dos anos 1950-1960, que ganha fôlego o processo de urbanização, com a gradual transferência do motor da economia nacional do campo para a cidade (ORTIZ, 2013, p. 618-619).

O agora DPHAN seria tributário de tal tendência centralizadora e “modernizante”. À instituição cabia determinar, em nível nacional, aqueles bens que mereceriam ser preservados, dentro de certa narrativa de Brasil elaborada por seus membros, na qual as tradições portuguesas e católicas teriam lugar destacado. Além disso, dava-se ênfase ao movimento intelectual e à arquitetura modernista em particular, como expressões que sintetizariam a cultura nacional. Ou seja, “as noções de *modernidade* e *tradição* foram fundadoras das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil” (CHUVA, 2009, p. 91).

Assim, as décadas de 1950-1960 marcam a consolidação das linhas mestras traçadas em 1930 no tocante à atuação do SPHAN no campo da preservação do patrimônio histórico nacional. Muito disso em razão do fato de que, a despeito da queda do Estado Novo, manteve-se praticamente intacta a estrutura de poder do órgão: Rodrigo Melo Franco de Andrade seguiu a sua frente até 1967, e Lúcio Costa permaneceu como diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) da repartição até 1972 (FONSECA, 1997, p. 157; PESSÔA, 1998, p. 11).

A permanência dessas narrativas ainda era nítida em fins da década de 1960, como ilustra palestra proferida por Rodrigo em 1968, em homenagem à Cidade de Ouro Preto, cujo teor se encontra transcrito no nº 17 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

“A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em número maior e com feição mais expressiva do que as demais regiões do país.

[...] O fato de serem as obras de arte sacra a parte incomparavelmente superior do patrimônio artístico mineiro demonstra a intensidade do sentimento religioso da população local, avivado talvez pela influência maior que os indivíduos atribuíam à Providência Divina nos azares de seus descobertos e na boa ou má sorte de suas explorações auríferas e de pedras preciosas.

[...]

Quanto à feição peculiar que assumiram, [...] a produção artística e artesanal de Minas Gerais, [formou] o que se pode chamar, sem exagero de pretensão regionalista, um estilo mineiro do período colonial.

De fato, como já procurei sustentar em outra oportunidade, examinando-se atentamente o patrimônio da região, não há senão reconhecer-se que as condições particulares de Minas Gerais produziram, no lapso breve de pouco mais de um século, obras de literatura, de música, arquitetura, pintura, escultura e artes menores cujo conjunto constitui, particularmente, no domínio das artes visuais, testemunho irrecusável de uma escola mineira, com traços próprios e bem vincados, que permitem identificá-los nas obras de feição erudita ou popular aqui realizadas”. (ANDRADE, 1969, nº 17, p.11-13).

O destaque à “mineiridade” e às tradições católico-portuguesas era uma constante. Todas as edições da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançadas entre 1955 e 1969 (nº 12 a 17) traziam artigos quase que exclusivamente sobre a história colonial e a “herança” lusa. Especial destaque, ainda, era dado a aspectos arquitetônicos dos edifícios protegidos pelo órgão, e à vida ou aos estudos de artistas, intelectuais ou políticos “célebres”, que seriam representativos dessa corrente institucional.

No entanto, a preservação de tais linhas mestras não implicou imobilismo, ou desobrigou a atualização das estratégias de ativação patrimonial adotadas pela instituição. Em verdade, o contexto de “modernização” econômica do País, e o envolvimento de outros órgãos estatais nas disputas atinentes à definição da identidade nacional, impactou sobre as formas de atuação do DPHAN. Conforme Maria Cecília Londres Fonseca (1997),

[...] a ideologia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores da modernização. Foi a época áurea da

industrialização, da urbanização e da interiorização, estimuladas pela construção de Brasília. **As consequências, para a preservação, desse modelo de desenvolvimento, repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto o edificado quanto o paisagístico. Na prática do SPHAN, surgiram tensões agudas especialmente na preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. A proteção dos conjuntos e do entorno dos monumentos tombados passou a exigir um novo dimensionamento. Como observa Vera Milet (1988), o caráter marcadamente cultural da atuação do SPHAN nas suas três primeiras décadas revelava-se inadequado ao novo modelo de desenvolvimento**". (grifei; 1997, p. 160)

De fato, quanto às tensões de nível "econômico e social", os pareceres emitidos por Lúcio Costa ao longo dos anos 1950-1960 revelam o embate entre a expansão urbana e a missão de preservar²⁰. Também em um nível mais simbólico, as disputas entre "tradição" e "modernidade" impuseram ao DPHAN, principalmente ao longo da década de 1960, a busca de novas formas de legitimação²¹. Com efeito, face à necessidade de compatibilização, por exemplo,

²⁰ Podemos apresentar alguns exemplos de tais disputas. Em 1953, na condição de Diretor do DET, por exemplo, respondeu o arquiteto com um lacônico "não pode, naturalmente", a uma consulta feita pelo Departamento de Obras do Rio de Janeiro acerca da possibilidade de utilizar parte do "Passeio Público" como estacionamento para ônibus (COSTA, 1953, *apud* IPHAN, 2004, p. 140). Naquele mesmo ano, solicitava que se indagasse o Ministro da Marinha sobre a possibilidade de reformular as obras de uma base naval a ser construída no Recife Antigo, de forma a preservar as ruínas do chamado "Forte do Buraco", "uma vez que o governo federal se tem empenhado, desde que criou a DPHAN, em salvaguardar por toda a parte esses vestígios simbólicos da pátria em formação" (Idem, p. 137). O forte, contudo, foi de fato demolido. Também Lúcio Costa, avaliando o conjunto arquitetônico de Ouro Preto, em 1958, recomendava a realização de "obras de natureza diversa" com o objetivo de proceder à "restauração da cidade propriamente dita". Dentre essas, encontrava-se a sugestão para a demolição "do banco contíguo ao Chafariz dos Contos, plantando-se no local arborização adequada", bem como a "recomposição" de edifícios que abrigavam um cinema e uma escola, cujos detalhes destoariam por demais da arquitetura colonial. Reclamava ainda, fortemente, pela "transferência [...] do monumento comemorativo da morte de Tiradentes, uma vez que, por sua falta de proporção e feição bastarda, constitui verdadeira almanjarra que não se concebe permaneça indefinidamente no logradouro principal da cidade tombada" (Idem, p. 148-149).

²¹ Essas disputas simbólicas podem ser sintetizadas pelo o que a construção de Brasília teria representado para a cultura nacional. A nova capital sintetizava o projeto desenvolvimentista e celebrava a modernidade e a própria arquitetura modernista. Assegurar a preservação de seus edifícios implicava avaliar tal projeto e os ideais que representava. Assim, procedeu-se, por exemplo, à inscrição do "Catetinho", residência provisória do Presidente Juscelino Kubitschek quando Brasília ainda se encontrava em construção, no Livro do Tombo Histórico, em 1959, historicizando-se imediatamente a fundação de Brasília (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL *apud* ZANCHETTI e HIDAKA, 2014, p. 13). Situação semelhante viera a ocorrer com a Catedral de

entre preservação e desenvolvimento econômico, já sob a gestão de Roberto Soeiro (1967-1979), houve

“[...] uma considerável mudança nas ações de patrimonialização do IPHAN. A partir de então, o objetivo não era convencer o poder público e a sociedade da importância de preservar o patrimônio nacional, mas de demonstrar que os bens culturais possuíam um grande potencial econômico, e que o tombamento, não era um instrumento de entrave do desenvolvimento econômico, pelo contrário, seria um expediente importante para o benefício financeiro do governo, da população e dos proprietários dos bens patrimoniais” (DA SILVA, R., 2012, p. 59).

É nesse sentido, ainda, que o Governo Federal passou a buscar maior interação entre o DPHAN, a UNESCO, e outras instâncias internacionais, associando a proteção do patrimônio histórico-cultural à pauta econômica. Procurava o DPHAN, assim, substituir a sua imagem de

“[...] protagonista de batalhas memoráveis em defesa do interesse público relativamente ao patrimônio, contra proprietários e setores insensíveis da Igreja e do poder público, em consonância com as diretrizes da UNESCO, **pela figura do negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; ou melhor, que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo contrário, são compatíveis**”. (grifei; FONSECA, 1997, p. 160).

Referida interação entre preservação-desenvolvimento, e o papel da UNESCO, é mencionada na publicação intitulada “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural: Uma Trajetória”, produzida pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1980:

“A questão que se apresentava então era verificar que, se por um lado, **aumento demográfico, industrialização e turismo podem ser fatores positivos de enriquecimento [...], por outro podem representar graves riscos para o patrimônio se não forem devidamente dirigidos e adequados.**

Por tudo isso, os técnicos do Patrimônio decidiram solicitar o auxílio especializado de técnicos internacionais, já que não possuíamos experiência no assunto, principalmente no que se

Brasília, inscrita no Livro Tombo Artístico em 1967, já sob a gestão de Renato Soeiro, antes mesmo de sua conclusão, apesar das iniciais negativas de Lúcio Costa e de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1962 (COSTA, 1962, *apud* IPHAN, 2004, p. 183).

refere a turismo cultural. **A primeira solicitação nesse sentido foi ainda na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando então a UNESCO enviou ao Brasil em 1966/67 o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel Parent, cujo relatório passou a representar documento básico para o assunto**” (grifei; IPHAN/FNPM, 1980, p. 20)

É na década de 1960, portanto, que se lançam as bases para a questão relativa à interação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos bens culturais. É nesse período, também, que se dá o início da interação entre o órgão de preservação e outras instâncias internacionais (apesar do prosseguimento, no âmbito nacional, da ênfase na mineiridade e na herança lusa).

As bases dessa interação aparecem expressas no documento intitulado “Normas de Quito”, produzido pelos Países-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) na “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico”. Realizada no Equador, no ano de 1967, essa destacava, em sua introdução, justamente que

**“Informe final
I – Introdução [...]**

O acelerado processo de empobrecimento que vem sofrendo a maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e de falta de defesa em que se encontra sua **riqueza monumental e artística** demanda a adoção de medidas de emergência, tanto em nível nacional quanto internacional, mas sua eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.

As recomendações do presente informe são dirigidas nesse sentido e se limitam, especificamente, à adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico [...].

IV – A Solução Conciliatória

[...] A continuidade do horizonte histórico e cultural da América, gravemente comprometido pela entronização de um processo anárquico de modernização, **exige a adoção de medidas de defesa, recuperação e valorização do patrimônio monumental da região e a formulação de planos nacionais e multinacionais a curto e a longo prazo.** [...]

V – Valorização Econômica dos Monumentos

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Conseqüentemente, as medidas que levam à sua preservação e adequada utilização **não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles.**

[...]

A extensão da cooperação interamericana para esse aspecto do desenvolvimento implica o reconhecimento de que o esforço nacional não é por si só suficiente para empreender uma ação que, na maioria dos casos, excede suas atuais possibilidades. **É unicamente através da ação multinacional que muitos Estados-Membros em processo de desenvolvimento podem prover-se dos serviços técnicos e dos recursos financeiros indispensáveis** (grifei; OEA, 1967, p. 01-05).

A preservação do patrimônio cultural nacional deveria ter um viés “pragmático”, associado ao seu potencial de desenvolvimento enquanto produto. À vista dessas ponderações, que davam ênfase ao aspecto econômico do patrimônio cultural, chancelou o documento recomendações acerca de como cada país deveria proceder para valorizar os seus respectivos bens culturais, tanto em “nível nacional”, quanto em um “nível interamericano”. Quanto ao último, havia a seguinte sugestão:

[...] Vincular a necessária revalorização do patrimônio monumental e artístico das nações da América a outros países extra-continentais e, de forma muito especial, **à Espanha e a Portugal, dada a participação histórica de ambos na formação desse patrimônio e a comunhão dos valores culturais que os mantêm unidos aos povos deste continente.** [...] (Idem, p. 11).

Ou seja, apesar da ênfase dada à combinação preservação-desenvolvimento, as linhas mestras que deveriam orientar os trabalhos dos órgãos de preservação nacionais eram bastante conhecidas e giravam em torno do patrimônio material e das tradições ibéricas. As Missões Jesuítico-Guaranis, nesse contexto, talvez bem se amoldassem ao “tradicionalismo” do DPHAN: afinal, seriam remanescentes, justamente, das tradições hispano-portuguesas, e expressariam os nossos “laços” com a Península Ibérica.

No entanto, esse entendimento, tal como aquele dos anos 1930-1940, também implicava a desconsideração das contribuições dos povos indígenas no processo de estabelecimento das Missões. Além disso, ao dar ênfase à

“comunhão dos valores culturais” que manteriam Portugal e Espanha unidos “aos povos deste continente”, acabava-se por descontextualizar a iniciativa missioneira de seu aspecto mais amplo, relacionado à própria dinâmica colonial. Isto é, desconsiderava-se o problemático processo de ocupação do continente, do qual o projeto missioneiro e catequético também fazia parte²².

Ao fim, os critérios aplicados à preservação do patrimônio histórico-cultural, mesmo nesses esforços iniciais de âmbito internacional, também incorreram, para utilizar as ponderações do sociólogo Néstor García Canclini (1994),

[...] numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais.

[...] Se se revisa a noção de patrimônio sob a ótica da teoria da reprodução cultural, os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos”. (CANCLINI, 1994, p. 96).

Isso reforça a conclusão de que o patrimônio cultural não é neutro, e sim fruto de “construções sociais” (PRATS, 1997, p. 19). Apesar do ideal desenvolvimentista, não se verifica alterações substanciais da linha adotada pelo IPHAN de valorização das tradições lusas. No entanto, é inegável que dentre as suas preocupações acrescentou-se o fator de “desenvolvimento”.

Esse entendimento também fica bem claro nas razões apresentadas por Luiz Saia, então Chefe do 4º Distrito do DPHAN, quando da inscrição das ruínas de São Lourenço e São Nicolau no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Processo nº 813-T-1969, 1969). Tombado definitivamente em janeiro de 1970, ademais de seu “valor” arqueológico,

²² Quanto ao tema, vale lembrar que “as missões não foram apenas uma iniciativa jesuítica com os guaranis. Por todo o globo terrestre, os religiosos da Companhia de Jesus tentaram catequizar os nativos do Século XVI ao XIX. [...] A rigor, as missões jesuíticas junto, aos guaranis, se instalaram em uma região de pouco interesse material para o rei católico, pela inexistência de grandes riquezas. Por isso, coube aos religiosos a continuação da conquista sobre estes indígenas. O objetivo da Coroa espanhola com as reduções era inserir os guaranis no projeto colonial” (BURD, 2012, p. 25).

justificava Luiz Saia a necessidade de preservação dos resquícios de tal redução em razão do

“[...] interesse turístico e cultural de sua proteção e consolidação; todos se encontram na imediação de estradas de fácil acesso e numa eventual linha de tronco que interligaria o miolo da região missioneira.

De outra parte é preciso considerar dois aspectos: a) se o seu tombamento proporcionará os meios indispensáveis para as necessárias operações de limpeza, desmonte e pesquisa; b) **parece que se afiguraria imperdoável o não tombamento de “restos” intimamente ligados ao grupo principal das mais antigas explorações de ferro do Brasil** (casos de São João e São Nicolau)” (grifei; IPHAN/Rio, Processo nº 813-T-1969).

As justificativas para a preservação de São Nicolau, portanto, se amoldavam aos critérios fixados ao longo da década de 1960. Adaptavam-se à pretensão de vincular a preservação do patrimônio ao seu potencial turístico, e, conseqüentemente, econômico. Quanto ao último aspecto, aliás, talvez por essa razão se devesse a referência à necessidade de preservar “restos intimamente ligados ao grupo principal das mais antigas explorações de ferro do Brasil”.

Ou seja, pelo menos neste momento, estava-se longe de evocar qualquer identidade comum a nossos vizinhos platinos. Da mesma forma, tampouco se justificava a revalorização do patrimônio missioneiro como parte componente da história nacional.

1.3. Bens culturais, modernidade e desenvolvimento econômico: uma “nova” abordagem e o seu impacto sobre as Missões Jesuítico-Guaranis (1970-1980)

Analisaremos, agora, as supostas transformações, havidas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979), sucedido pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990), acerca dos critérios de “ativação patrimonial” praticadas pela organização ao longo dos anos 1970-1980.

Abordaremos tais transformações em dois tópicos, relativos a dinâmicas que se implicaram mutuamente: (a) as inovações havidas, no interior

do órgão, com relação aos critérios de determinação dos bens a serem protegidos, e as estratégias para o seu aproveitamento; e (b) a colaboração do órgão com outras instituições, em especial a UNESCO. Em ambas as linhas procuraremos analisar os impactos de tais dinâmicas sobre as Missões Jesuítico-Guaranis, em especial no tocante à sua atribuição de valor e ao seu uso turístico.

1.3.1. Tradições Modernas, Modernidade Heroica: um novo conceito de patrimônio?

Maria Cecília Londres Fonseca, em “O patrimônio em processo” (1997), ao abordar a consolidação das práticas de preservação do IPHAN, reparte o histórico do instituto em duas etapas. A primeira, a qual denomina “fase heroica”, vai de 1937 até 1967, quando da substituição de Rodrigo de Andrade por Renato Soeiro. A segunda, referida como “moderna”, teria sido iniciada com a assunção de Renato Soeiro ao cargo de Diretor do DPHAN. No entanto, o seu ápice teria ocorrido quando do ingresso de Aloísio Magalhães na direção do Centro Nacional de Referência Cultural (1975), e, depois, na presidência da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória (1979), até a atualidade.

Como pudemos verificar, nos anos 1960 o órgão alterou suas práticas muito mais em virtude do potencial econômico do patrimônio cultural do que propriamente em razão da modificação das linhas-mestras que orientaram o sentido a ser dado à nacionalidade brasileira. A partir dos anos 1970, contudo, teria se verificado, também, a reinterpretação do que poderia ser considerado patrimônio nacional, e dos critérios para a sua “ativação”.

Consoante a mesma autora, o patrimônio brasileiro teria deixado de ser pensado com vista à confirmação de uma exclusiva determinada narrativa. Ao contrário da fase dita “heróica”, constituída a partir do “instituto do tombamento” e do reforço às ideias “de conservação e de imutabilidade”, teria se passado ao enfoque às noções “de mudança ou transformação” (FONSECA, 2003, p. 64). Além disso, houve uma alteração de ênfase por parte dos governos militares, no

sentido da regionalização dos esquemas de preservação. Conforme Roberto Sabino da Silva, valendo-se de Marilena Chauí,

“[...] Esse modelo adotado no campo patrimonial era uma máxima do regime que deveria ser utilizada em todos os âmbitos governamentais da cultura: ‘proteger e integrar a nação’ (CHAUÍ, 1986, p. 99). Nesse sentido, o patrimônio passou a ser entendido pelo governo militar como um elemento de integração de todas as regiões do Brasil, de todos os cidadãos brasileiros”. (DA SILVA, R., 2012a, p. 04)

Assim, a partir dos anos 1970, teria havido uma modificação nos discursos sobre o “ser brasileiro” e sobre o patrimônio representativo do país. O patrimônio, em especial, passa a ser percebido em seu “caráter de construção ou invenção, derivados das concepções antropológicas de cultura, que passa a ser tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações” (OLIVEIRA, 2008, p. 135). Passa-se a questionar

“[...] quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos” se dão os processos de patrimonialização, dando-se destaque para o caráter conflituoso das estratégias de preservação” (FONSECA, 2001, p. 111).

Adota-se, ainda, a noção de “referências culturais”, pela qual se entendia que

“[...] o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história *oficial*, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou para, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. [...]” (grifei; Idem, p. 112).

Desse modo, ao falar-se em “tradições” brasileiras, passa a se dar ênfase o aspecto plural da nossa sociedade, e à variabilidade de sentidos atribuíveis a este ou aquele bem. São diversos os referenciais identitários, e esses dizem respeito a inúmeros grupos sociais. No Brasil, ainda, tal alteração de sentido teria tido especial efeito na medida em que

“[...] a proteção de monumentos isolados, outrora priorizada, foi suplantada pela preservação dos espaços de convívio, assim como pela recuperação dos modos de viver de distintas comunidades, manifestas, por exemplo, na restauração de mercados públicos e de outros espaços populares. [...]” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 49).

Em defesa de tal reorientação de sentidos, mas ao mesmo tempo invocando a continuidade de certas tradições estabelecidas nos anos 1930-1940, ponderava o Aloísio Magalhães que

“[...] Convidado para diretor do Patrimônio, passei imediatamente do plano cultural para o real. Comecei a estudar a fundo o IPHAN e seus problemas, quando o Instituto do Patrimônio foi criado, em 1936, seu plano já incluía um conceito amplo de bem cultural. **Não privilegiava apenas nosso acervo histórico e artístico feito em pedra e cal. O grande golpe inteligente de seu primeiro diretor, Rodrigo Mello Franco, foi o de instituir a lei com toda a abrangência. Mas, por razões lógicas e inevitáveis, ele foi obrigado a se dedicar quase exclusivamente aos bens em perigo de extinção: casas, igrejas, conventos, conjuntos urbanísticos, monumentos.** Através desse conceito, tratado por ele com todo o rigor e coragem, Rodrigo conseguiu estabelecer no país um gabarito ético para os nossos bens culturais. No entanto, o próprio Rodrigo, em artigo no primeiro número da revista do Patrimônio, chamou atenção para a excessiva ênfase que o Patrimônio estava dando à arquitetura” (grifei; MAGALHÃES, 16/06/1979, *apud* FNPM, 1985, p. 114).

Dessa forma, o apto à preservação não mais abarcaria o exclusivamente “monumental”, “material”, ou representativo das tradições ibéricas. As práticas, os saberes, as festas, etc., enfim, outras manifestações de caráter dito “imaterial” passam a merecer proteção. Também assim, se daria maior atenção às práticas culturais regionais, em cooperação com os institutos históricos locais, e também com a UNESCO.

Buscava-se a “brasilidade”, em princípio, como fruto de referências plurais, não adstritas à “pedra e a cal”. No entanto, continuavam a se preservar as “tradições”, mas agora com retoques “modernos”, atentos às particularidades regionais, setoriais, etc. Também conforme Aloísio Magalhães, em matéria do *Jornal do Brasil* publicada em maio de 1979, perguntava-lhe um entrevistador:

“- Quais, de início, seus planos para o IPHAN?

- O ponto de partida é a relação entre o conceito clássico do IPHAN e o trabalho que começamos no Centro Nacional de Referência Cultural. [...] O Patrimônio atuava de cima para baixo e, de certo modo, com uma concepção principalmente elitista. A igreja e o prédio monumental são bens culturais, mas de um nível muito alto. [...] O CNRC procura trabalhar de baixo para cima. [...] Quem faz uma igreja sabe o valor do que faz. Mas quem trabalha couro, por exemplo, nem sempre. Desse contraponto pode surgir uma hipótese – a de que o CNRC começa a tocar nas coisas vivas, enquanto o IPHAN se preocupava principalmente com as coisas mortas. [...] O IPHAN já estava convencido dessa necessidade de revitalizar o passado, para ele não morrer. Acho que é possível essa síntese. Por isso acho que eu fui para lá [IPHAN].

- O CNRC continua existindo?

- Não. Vai fazer parte do IPHAN. [...]

(MAGALHÃES, 05/1979, *apud* FNPM, 1985, p. 217-218)

Ou seja, haveria a necessidade de despertar a consciência de uma gama mais ampla de indivíduos para a importância dos saberes, das produções e dos monumentos artísticos locais. Dessa postura decorreria a possibilidade de se valorizar a cultura como fator dinamizador da economia, o que já vinha sendo delineado desde os anos 1950-1960:

“- No plano da produção cultural, o que houve de importante provocado pela abertura política?

- [...] O que eu acho que está sendo modificado, a médio e a longo prazo, é a consciência do Brasil. Costumamos falar do Rio de São Paulo e nos esquecemos do que chamamos de resto. [...] **Agora mesmo estou tombando a única fábrica de vinho de caju do Brasil. Antigamente só se tombava prédio antigo. Existe, na Paraíba, uma fábrica de vinho fundada em 1890, Vinho Celeste, excelente do ponto de vista da evolução de uma tecnologia própria. Pois bem: está falida por falta de estímulo, por pressões das Coca-Colas da vida. [...] Na década de 50, o Instituto de Nutrição de Pernambuco já tinha estudado o imenso valor de proteínas da farinha de castanha de caju.** A paçoca com açúcar é uma coisa tradicional e popular na alimentação das crianças do Nordeste. E esta merenda não está incluída no programa de merendas do Ministério da

Educação” (grifei; MAGALHÃES, 03/01/1982, *apud* FNPM, 1985, p. 216-217).

Tal ampliação, conforme Chuva (2011), é explicada em função da referida “guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação” (2011, p. 157). A despeito dessa guinada, vale registrar o caráter ambíguo de categorias tais como “intangibilidade” ou “imaterialidade”, em especial quando tratamos de “patrimônio cultural”. O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, por exemplo, questiona a adequação de tais termos quando aplicados à classificação de “bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos” (2005, p. 21). Aliás, no último excerto citado vê-se que ao falar da preservação da “tecnologia própria” da produção de vinho de caju, remetia-se Aloísio a um bem edificado: a fábrica Vinho Celeste. Por isso a importância de termos em mente que o patrimônio

[...] se trata de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria. A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, **na verdade rematerializa a noção de “cultura” que, no Século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. [...]**” (grifei; Idem).

De fato, por mais que se protegessem expressões imateriais da cultura, como os saberes, ainda não se abria mão, totalmente, de associá-las a um bem material definido. De toda a sorte, houve a tentativa reorientação, pelo menos no que tange à fala dos agentes envolvidos com a preservação do patrimônio cultural, dos critérios de ativação para um escopo mais amplo.

Isso seria tributário das inovações trazidas pelo extinto Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Fundado em 1975, operava não “com a noção de patrimônio cultural, mas sim de bem cultural; nem com a ideia de folclore, mas de cultura popular”, também abraçando a noção de “referência cultural” (CHUVA, 2011, p. 158). Almejava agregar “o mundo avançado da tecnologia e da indústria e o mundo das tradições populares, do fazer artesanal”, de modo a “recuperar e

proteger as raízes autênticas da nacionalidade” (MAGALHÃES, 1985, *apud* FONSECA, 2001, p. 116).

Ademais, ao amalgamar-se o CNRC à futura Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nos anos 1980, tais inovações acabam influenciando os setores mais tradicionais envolvidos nas práticas patrimoniais. Torna-se o referido órgão, assim, a “arena privilegiada de conflitos onde se confrontaram posições antagônicas, que passaram a concorrer também por hegemonia e por recursos” (Idem, p. 160).

A transferência da direção do DPHAN de Renato Soeiro para Aloísio Magalhães bem demarcaria as posições em jogo, em especial quanto ao poder de nomeação do patrimônio nacional. Também o período em que cada um esteve à frente do órgão de preservação (1967-1979 e 1979-1982) poderia ser contrastado, grosso modo, a fases relativamente distintas da Ditadura Militar. Renato Soeiro, embora introduzindo outras temáticas, tais como a da vinculação do patrimônio ao desenvolvimento econômico e à necessidade de compartilhamento de responsabilidades com outras instâncias, regionais e internacionais, seria representado como fiel “ao passado luso-brasileiro”. Aloísio, por seu turno, teria se apresentado como defensor de bens de outras matrizes culturais, com apelo pretensamente menos elitista (DA SILVA, R., 2012, p. 47).

Essa avaliação, contudo, deve ser apreciada com cautela, na medida em que Renato e Aloísio se encontravam em disputa. A “vitória” de Aloísio, e a fusão entre o CNRC e o IPHAN, ocorrida em 1979, dando origem, em seguida, à Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), muito deveu, aliás, à proximidade entre Aloísio e indivíduos atuantes na cúpula militar, como Golbery do Couto e Silva (Idem, p. 88). Além disso, ao reforçar as ideias de diversificação do patrimônio a ser preservado, e de uma postura mais ativa em prol do desenvolvimento econômico, Aloísio Magalhães desvencilhou “seus discursos sobre patrimônio nacional das polêmicas relacionadas às discussões em torno da grande concentração de renda no país” (Idem, p. 89), promovendo uma visão “otimista” acerca da identidade nacional.

Por outro lado, é interessante notar que as alterações introduzidas por ambos (incorporação de novos atores às práticas de preservação, reformulação

dos sentidos atribuíveis ao patrimônio histórico, etc.) ocorreram durante a Ditadura Militar²³. Recapitulando, Renato Soeiro manteve-se a frente do DPHAN/IPHAN entre os anos de 1967 e 1979. Aloísio Magalhães, por sua vez, atuara no CNRC, e, depois, na SPHAN/FNPM²⁴, até 1982, quando da sua morte. Esse período corresponde aos governos Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985).

Ambos, portanto, faziam parte dos quadros políticos do regime autoritário. E, de fato, o uso da cultura parecia ser peça importante para garantir uma melhor imagem do regime, dando-lhe certa aparência moderna, e promovendo certos aspectos que o Regime entendia como “essencialmente brasileiros” (FICO, 1997, p. 139). As proposições de Aloísio Magalhães, ao darem ênfase à integração nacional e ao potencial popular do patrimônio, bem se amoldavam à proposta do regime naquele momento. Afinal, no seu cerne estava a ideia de atualização das práticas culturais brasileiras, mas sem que isso significasse a perda de controle sobre o dizer o que seria “brasileiro”. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

“[...] em um primeiro momento, o ideário do CNRC se propunha a modernizar a noção de cultura brasileira, sem abrir mão, no entanto, de uma visão calcada no ‘nacional-popular’. [...] [...] A intenção clara era de revitalizar a cultura brasileira, inserindo-a no circuito do tema que, no discurso governamental, tomava o lugar da ‘segurança nacional’, embora estivesse articulado a essa preocupação: o desenvolvimento. [...]” (FONSECA, 1997, p. 170).

Era uma postura ambígua: ao mesmo tempo em que propunha a reformulação de certas interpretações mais “elitizantes”, não deixavam de ter o CNRC ou o SPHAN o objetivo de definir o “ser brasileiro”. Uma das possíveis explicações para tal “zelo” por parte do Governo Federal, como já esboçamos

²³ De certo modo, encontramos paralelismos entre as iniciativas institucionais tomadas na área cultural ao longo das décadas de 1970 e de 1980 com a fase dita “heróica”, no sentido de encontrar os caracteres básicos da brasilidade. Ambos os momentos, o “heroico” e o “moderno”, tem seu nascimento em momentos reconhecidamente autoritários da História do Brasil, em um quadro de redefinição da identidade e das representações nacionais.

²⁴ Em 1979 o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), braço executivo das políticas de preservação. Aloísio Magalhães esteve à frente de ambas durante a sua gestão.

anteriormente, centra-se na ideia de que o regime buscou na cultura os mecanismos necessários para reforçar a imagem de um país ao mesmo tempo moderno e orgulhoso de suas tradições (OLIVEIRA, 2008, p. 125). De fato, conforme Boris Fausto, a “arma da propaganda” foi amplamente utilizada nesse período, em especial nos Governos Médici e Geisel, com vista a promover a ideia do “Brasil Grande Potência” e do chamado “milagre brasileiro” (2009, p. 484-485).

Carlos Fico, por seu turno, na obra “Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”, aponta que o “marketing político”, do qual se valeram os governos militares, buscava, ainda trazer um “um clima mais ameno no Brasil, abalado pela luta de guerrilhas e pelos seqüestros” (1997, p. 124), criando um “imaginário otimista sobre a brasilidade” (Idem, p. 127). Podemos igualmente argumentar que tal visão “otimista” servia à tergiversação a temas mais sensíveis, como o da concentração de renda, das torturas praticadas contra os opositores do regime, etc., bem como à “facilitação” do processo de redemocratização, mediante a instituição de verdadeiras “políticas de desmemoria e esquecimento, [...] consideradas fundamentais para a reconciliação política, como parte da interdição ao passado” (BAUER, C., p. 204).

A “modernidade” almejada pelos militares no campo cultural, assim, servia à ocultação de temas prejudiciais à sua imagem. Além disso, cuidava-se de um moderno “em parte”, na medida em que não se abandonava a pretensão de salvaguardar a “identidade nacional” e/ou “a história nacional”. Aliás, tanto em Soeiro quanto em Magalhães a problemática da definição do “ser brasileiro” era fundamental.

Nesse sentido, por exemplo, das conclusões do denominado “Compromisso de Brasília” (1970), encontro que reuniu o Ministro da Educação e Cultura, Secretários Estaduais, governadores, prefeitos, etc., com o objetivo de discutir as políticas nacionais para o setor:

[...] Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares **[...] matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico,** [...] adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior [...] a

introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional; [...] (grifei; IPHAN, Compromisso de Brasília 1970)

Aliás, em verdade, durante os governos militares,

“[...] a preocupação com a identidade constituiu uma verdadeira obsessão (Gianotti, 1976:3). Sem o auxílio dos analistas acadêmicos – que já estavam às voltas com o predomínio universitário da crítica marxista – nem da literatura – cuja postura política pós-64 ‘não carrega mais o antigo otimismo social que edificava’ (Santiago, 1990:18) –, foi através da imprensa e da própria voz onipalrante de ideólogos e presidentes-generais que as leituras sobre ‘valores brasileiros’ se espessaram (sic). [...] À época de Médici, destacavam-se a arquitetura futurista de Brasília, o desenvolvimento das metrópoles paulista e carioca, o peculiar do Nordeste [...] e da Amazônia [...]. À época de Geisel, a ênfase recaiu sobre a ‘constatação’ do ‘novo patamar de desenvolvimento econômico’, alcançado em função do ‘milagre’, ocasião em que foram lembrados aspectos da produção de aço, petróleo, eletricidade, carros, tanto quanto a construção de estradas, etc. (Melo Filho, 1974:66-84). [...] (FICO, 1997, p. 37).

Desse modo, preservar a “tradição brasileira” ainda era a função primordial dos órgãos relacionados à cultura. Fazia-se necessário, entretanto, além de reformular as instâncias decisórias existentes, repensar as bases em que tal tradição deveria ser interpretada, *vis a vis* aos projetos de desenvolvimento econômico em curso. Trata-se de elaborar, por assim dizer, tradições modernas, mas num contexto de modernidade heróica, em que a luta pelo desenvolvimento econômico do País seria a tônica das políticas patrimoniais. Ou seja, buscava-se o culto ao passado, mas com toques “atuais”, de forma a celebrar a pretensa modernidade “triumfante” do país.

Tal ênfase na “reformulação” da identidade nacional vem manifesta no documento intitulado “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória” (SPHAN/FNPM, 1980). Publicado pela SPHAN, ali, muito claramente, afirmava-se que havia se iniciado, ainda em 1967,

“[...] uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos. O rápido desenvolvimento urbanístico e viário do país, sua crescente industrialização e sobretudo a valorização imobiliária daí decorrente impuseram a implantação de medidas mais enérgicas e abrangentes. **Procurou-se, a partir de então, conciliar a**

preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões. (SPHAN/FNPM, 1980, p. 19)

Há, ainda, o reconhecimento da necessidade de “desenvolvimento econômico das regiões”, da preservação de suas peculiaridades sócio-culturais e do caráter multifacetado da cultura nacional. Associava-se a isso certa ideia de que um país desenvolvido deveria também preservar o seu passado, e dele valer-se para o seu crescimento econômico. Procurava-se relacionar a preservação dos agora chamados “bens culturais” a projetos de índole turística. Teria sido a partir de então que “bens culturais” de fora da matriz luso-católica, e europeia, em geral, passam a ser considerados para fins de preservação²⁵. Aliás, ainda quanto à necessidade de preservar bens que representassem a diversidade cultural do país, Aloísio Magalhães, em entrevista ao Boletim nº 04 do SPHAN/Pró-Memória, de fevereiro de 1980, assim ponderava:

“[...] Em sua opinião, como se daria esta relação entre as necessidades desenvolvimentistas e a preservação de uma identidade cultural?”

Se a perda de identidade cultural e o empobrecimento que isto representa se impõem à reflexão dos estudiosos das áreas humanísticas, **mais importante ainda é que os formuladores das políticas nacionais estejam persuadidos de que não haverá desenvolvimento harmonioso se na elaboração das políticas econômicas não forem levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura. Os programas de desenvolvimento econômico que baseiam a criação de riquezas principalmente na importação de tecnologias revelam-se insatisfatórios, quer pela demora na redistribuição dos benefícios, quer pela gradativa perda da autonomia nacional, a dependência econômica e cultural, a perda do caráter nacional.** [...]

Como fazer para que esses bens possam participar como instrumento de nosso processo de desenvolvimento?

- Entre as várias iniciativas possíveis, podemos mencionar duas. A primeira, de caráter mais institucional, é aquela já citada de revitalizar o IPHAN na perspectiva inspirada por Mário de Andrade. **Assim, não há criação de nova instituição, mas a dinamização de uma já existente, que passa a cobrir maior espectro de bens culturais: desde o universo cultural de um**

²⁵ O tombamento do Terreiro da Casa Branca, em 1986, por exemplo, é tido como um marco das inovações introduzidas no “campo da política de patrimônio, com tudo o que significou de luta política e simbólica” (OLIVEIRA, 2008, p. 128). Para compreender a importância do ato, vale contrastá-lo à inscrição do Cemitério Protestante de Joinville, mais de vinte anos antes, no Livro do Tombo Histórico. Em 1962, justificava Lúcio Costa a importância da inscrição do referido cemitério com base no “alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica” (COSTA, 1962, *apud* IPHAN, 2004, p. 185). Ou seja, tardou vinte e quatro anos para que um bem edificado representativo da matriz cultural africana obtivesse reconhecimento símile por parte do órgão oficial de preservação do patrimônio nacional.

produto brasileiro como o caju até os monumentos holandeses do Cabo de Santo Agostinho, desde as indústrias de emigrantes em Santa Catarina até as cerâmicas de Tracunhaem, da tecelagem do Triângulo Mineiro ao artesanato indígena do Centro-Oeste. [...] De tudo que dissemos até agora uma coisa parece evidente: a certeza de que a realidade brasileira contém riquezas que ainda permanecem desconhecidas e como que protegidas por um imenso tapete que as encobre e abafa. Para descobri-las e conhecê-las dispomos de um admirável potencial humano, rico de invenção e tolerância. Resta-nos trabalhar, mantendo-nos conscientes de nossa responsabilidade social. (Boletim SPHAN/FNPM, 1980, nº 04, p.12)

Nas palavras do sucessor de Renato Soeiro, para atingir o desenvolvimento se faria necessário promover a tecnologia local. O passado, assim, deveria ser usado não só como referencial, mas também como instrumento para o desenvolvimento. Ademais, seria necessário atentar-se para as necessidades regionais e ao potencial que cada lugar oferecia, a fim de evitar, em duas frentes, a “dependência econômica e cultural” e também “a perda do caráter nacional”. Reginaldo Gonçalves, interpretando as propostas de Aloísio, refere que, para o *designer* pernambucano,

“[...] a apropriação da cultura nacional segue dois caminhos. Em um deles, o foco está no passado. Nesse caso, não se trata do passado exemplar da concepção de Rodrigo, mas de um passado concebido como um instrumento, uma referência a ser usada no processo de desenvolvimento econômico e social. [...] Segundo Aloísio, o passado desempenha um papel especial em uma nação concebida como em um ‘processo ininterrupto de transformação’ e cujo futuro tem de ser construído” (GONÇALVES, 1996, p. 75).

A transformação da nação, desse modo, passaria pela reinterpretação do que seria o patrimônio nacional. O olhar para o passado, por simples “ilustração”, não se revelaria mais suficiente, era necessário torna-lo útil, relevante, para o futuro. Disso decorreria a vinculação entre identidade nacional-preservação-desenvolvimento.

Esse fluxo interpretativo, podemos argumentar, também alterou a forma de interpretar e promover o patrimônio missioneiro. Questionado sobre as condições das Ruínas de São Miguel e sobre os projetos em curso para a sua exploração turística, Aloísio Magalhães, em declaração ao Jornal Folha de São Paulo, fez inclusive a seguinte comparação:

“[...] ‘os homens da economia [...] têm sido sensíveis aos problemas do patrimônio histórico’. Elogiou o ministro Delfim Neto, mas ressaltou que o fundamental para a atividade da secretaria [SPHAN] não são as verbas federais, ‘mas competência e dedicação’.

‘Um país que constrói Itaipu não vai deixar cair um monumento como São Miguel das Missões’, salientou. (grifei; IPHAE/POA-Jornais, Folha de São Paulo, 24/04/1981)

A referência à Hidrelétrica de Itaipu não se fazia à toa. Cuidava-se, de um dos maiores empreendimentos de infra-estrutura realizados durante o Regime Militar, um dos carros-chefe da “pujança” propagandeada pelo regime. Além disso, a partir da fala de Aloísio Magalhães ficava clara a vinculação feita entre preservação e desenvolvimento econômico.

O arquiteto Roberto Di Stéfano, por sua vez, ia um pouco além. Enviado pela UNESCO para averiguar a situação das reduções jesuíticas americanas e avaliar a sua eventual declaração como Patrimônio da Humanidade, apontava o Técnico Restaurador que:

“[...] a decisão de gastar grandes somas de dinheiro na preservação de monumentos histórico-culturais é uma questão que [...] exige cada vez mais **um objetivo de investimento produtivo**. ‘Precisamos ter bem claro que um monumento é um dado cultural e que cultura é coisa viva, integrada à comunidade. **De nada adianta, como fato cultural, recuperar um patrimônio histórico para deixá-lo no meio do mato onde ninguém o vê**’.

Mas, se Di Stéfano apóia e até incentiva a necessidade de um aproveitamento turístico das Ruínas de São Miguel – **para que elas possam ser vistas não apenas pelos gaúchos como até mesmo pelos turistas estrangeiros** – ele também frisa a importância de que essa possibilidade de autofinanciamento da preservação do monumento não acabe colidindo com sua integridade.

[...] ‘São Miguel é, de fato, um patrimônio mundial a testemunhar o nascimento de **um novo mundo gerado pela expansão européia do Século XVII e pela ação civilizatória jesuíta**. Vocês são os depositários privilegiados de um monumento que não é apenas parte da história brasileira, mas marco importante da história mundial’. [...] (IPHAE-POA/Jornais; Zero Hora, 29/04/1982, p. 35)

Das afirmações de Di Stéfano podemos depreender, além da ênfase na ideia de desenvolvimento, a manutenção do discurso das Missões Jesuítico-Guaranis como símbolo das tradições ibéricas e marco da “ação civilizatória jesuíta”. Ora, essa proposição vai aparentemente de encontro ao discurso

modernizador que teria dominado o IPHAN a partir da década de 1970, em especial se considerada a alegada ênfase na diversidade cultural do país.

Na verdade, ele praticamente reeditava e endossava uma visão mais “conservadora”, que, como pudemos observar, se fazia presente desde pelo menos a década de 1930 no Brasil. A despeito da “trajetória” modernizante, invocada, inclusive, em publicações oficiais, as práticas patrimoniais e os critérios aplicados seguiam relativamente estáveis com relação às Missões Jesuítico-Guaranis. Elas, apesar do verniz da cooperação internacional, foram objeto de leituras tradicionais, que não fugiram do destaque às linhas de interpretação estabelecidas nos anos 1930. Tratavam-se, assim, de “tradições modernas”, que heroicizavam o fato histórico missioneiro e sobrevalorizavam o seu uso econômico e turístico.

Essa relação será aprofundada no tópico a seguir, em que apreciaremos com mais detalhes a colaboração havida entre IPHAN e UNESCO.

1.3.2. A interação internacional

Afora as disputas conceituais havidas no âmbito do IPHAN, outro fator que levou à reorientação das práticas do instituto, a partir dos anos 1970, foi o debate internacional acerca da ideia de diversidade, humana e ambiental (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 23). Isso, como se verá, teve especial reflexo sobre as Missões Jesuítico-Guaranis, que passam a ser “valorizadas” em razão da parceria de brasileiros, argentinos e paraguaios com a UNESCO.

Como marco desse processo, remetemo-nos à “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (1972). Essa convenção definiu e estabeleceu medidas para o resguardo do “patrimônio cultural e natural”, assim entendido globalmente. Ou seja, o tratado chamou os Estados signatários a adotar iniciativas no âmbito da cultura e da proteção patrimonial, abarcando bens representativos de comunidades indígenas, religiosas, etc. (FUNARI e

PELEGRINI, 2006, p. 23), e de “grupos e nações de tradições não-europeias às políticas de patrimônio cultural” (Idem, p. 70)²⁶.

A adesão e ratificação do Brasil à referida Convenção deu-se em 1977, durante o Governo Geisel. Seguindo certa corrente historiográfica, podemos ponderar que essa medida refletiria as opções da diplomacia brasileira do período, denominada “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”. Apesar de todas as dificuldades econômicas e políticas, caminhava-se, no plano internacional, no sentido de dar vazão à projeção de grandeza almejada por parte dos governos militares. Procurava-se, assim, valer-se do cenário internacional “para ampliar a dimensão e fortalecer o exercício do poder nacional”, aproveitando-se da conjuntura internacional em benefício do desenvolvimento do país, o que demandava uma atuação mais marcante por parte do Brasil em fóruns multilaterais e na celebração de novas parcerias, dentre elas a UNESCO (CERVO, 2008, p. 398-399).

Afora que, a partir da propaganda “otimista” do Governo, o estabelecimento de uma agenda externa positiva revelava-se útil para a melhoria de sua imagem interna. Por exemplo, o então Secretário da Cultura, Marcos Vilaça, falando sobre a importância da chancela da UNESCO, indicava que

“[...] Ter o reconhecimento como patrimônio da humanidade tem, segundo o Secretário, um aspecto político muito importante: **é a posição da cultura brasileira em relação ao mundo. O Brasil tem apenas Ouro Preto reconhecido** [o Ministro falava no ano de 1982]. **Mas a Etiópia, o Zaire e o Equador, por exemplo, possuem vários monumentos, o que lhes dá uma posição melhor.** Outro aspecto relevante, acrescenta, é o de aporte de maiores recursos de organismos internacionais para a preservação e o desenvolvimento de ações culturais nestes locais. Uma vez reconhecidos, eles recebem mais verbas e o Brasil, cooperação [...]. (grifei; IPHAN-POA/Jornais, Correio do Povo, 22/08/1982, p.16)

Aparece implícita na frase do Secretário a sua consideração de que o Brasil estaria em condições melhores do que “Etiópia, Zaire e o Equador” para obter, para os seus bens, o título de Patrimônio da Humanidade. Cuidava-se

²⁶ Cabe lembrar que essa interação entre o Brasil e outros Estados e agências internacionais já era uma tendência que vinha se estabelecendo desde os anos 1960, a partir da gestão de Renato Soeiro. Nesse sentido, lembramos, em especial, a instalação da representação da UNESCO no Brasil (1964), e dos contatos feitos no âmbito da OEA em prol da preservação do patrimônio cultural (OEA, Normas de Quito, 1967).

praticamente de uma competição, em que o estava em jogo era “a posição da cultura brasileira em relação ao mundo” e o valor dado às tradições nacionais.

Daí, por exemplo, os primeiros esforços, sob a gestão de Aloísio Magalhães, para a concessão do título de Patrimônio da Humanidade a uma série de bens. O Centro Histórico de Ouro Preto foi a primeira localidade brasileira a receber esse título (1980). A ele seguiu-se o Centro Histórico da Cidade de Olinda (1982), as Ruínas da Redução de São Miguel (1983), o Centro Histórico de Salvador (1985) e o Santuário do Bom Jesus de Congonhas (1985). Ou seja, as construções e monumentos do período colonial seriam o que haveria de mais significativo da “civilização brasileira”.

De toda a sorte, a valorização das Missões Jesuítico-Guaranis também se mostraria possível frente à sua aparente representatividade para o patrimônio universal. Ainda assim, as razões que justificariam a preservação das referidas Ruínas, no âmbito da UNESCO, vinham centradas no fato de que seriam um marco do processo civilizatório europeu na América (UNESCO, World Heritage List nº 275, 1983).

Além disso, também a partir da referida lista, verifica-se que os cinco primeiros “monumentos” reputados Patrimônio da Humanidade no Brasil cuidavam-se de bens associáveis à “fase heroica” do IPHAN. Em outras palavras, pelo menos no que tange à atuação do Brasil junto à UNESCO, a lógica da “pedra e cal” seguia vigente; não se percebia destaque aos saberes, às contribuições de outras matrizes culturais, senão a europeia, para a conformação da nação brasileira. Aliás, mesmo em termos regionais, verificava-se o privilégio das regiões sudeste e nordeste entre os bens a serem indicados para o rol da agência internacional.

No entanto, de fato se fazia presente a ideia de tratar a cultura a partir dos conceitos de “referências culturais” e “bens culturais”, associando-o, ao máximo possível, a sua preservação ao desenvolvimento econômico do País. As Missões Jesuítico-Guaranis, certamente, também poderiam ser aproveitadas nesse contexto, em especial a partir de parcerias com a UNESCO.

Essa proposta tem suas origens na visita do representante da UNESCO, Michel Parent, ao Brasil, em 1966-1967. Naquela oportunidade, teve

ele a oportunidade de visitar uma série de cidades “típicas” do período colonial, como Ouro Preto, Sabará e Salvador, além de São Miguel e outras demais ruínas missionárias. Ao final de sua viagem, propôs em relatório, ao que pude verificar, mecanismos para a preservação e exploração econômica dos referidos centros, principalmente do ponto de vista turístico (PARENT, 1968).

Em suas observações sobre São Miguel, aponta inicialmente algumas características que distinguiriam o Estado do Rio Grande do Sul do resto do país, caracterizando como a “terra gaúcha”²⁷. Ressalta, ainda, as dificuldades de tráfego até a região durante períodos de chuva (PARENT, 1968, p. 94). A seguir, elabora um breve relato histórico sobre o projeto jesuítico na América do Sul e aponta que seria possível aproveitar as reduções existentes para fins de “peregrinação”, de orientação religiosa ou laica. A partir de projetos estabelecidos na França (Vézelay e Saint Bernard), justifica essa ideia no fato de que se trataria de um “lugar de fraternidade humana” e marco de um projeto utópico que visaria à proteção de indígenas em meio a terras disputadas por Portugal e Espanha. Reconhece, entretanto, que o lugar ainda é de difícil acesso, mas que o aprimoramento de rotas aéreas, partindo de São Paulo, Porto Alegre, Buenos Aires e Assunção, estimularia o “turismo interamericano” (Idem).

Na opinião do enviado da UNESCO, o desenvolvimento de projetos internacionais de integração cultural poderia ser um fato de desenvolvimento econômico das regiões em que situadas as reduções jesuíticas (Idem). A “utopia” missionária, construída a partir da promoção do projeto civilizatório jesuíta e da resistência indígena, deveria ser instrumentalizada a fim de também servir a propósitos “mundanos”, como o turismo de peregrinação. A integração cultural e/ou social dos países que hoje apresentariam exemplares das tradições jesuítico-guaranis, igualmente, não seria completa se não se viabilizasse a sua integração econômica, com o estabelecimento de rotas aéreas e de infraestrutura adequada para visita de São Miguel.

Essa fórmula de assistência técnica se repetirá, posteriormente, também com relação às Missões Jesuítico-Guaranis. É com a colaboração da UNESCO, por exemplo, que em 1972 se realizam as primeiras reuniões entre

²⁷ *Le Pays Gaúcho*, no original (PARENT, 1968, p. 92).

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para a “integração de um circuito de turismo cultural e a revalorização da arquitetura missioneira” (GUTIERREZ, 1987, p. 92). Cinco anos depois, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concluiria um relatório para fixar um “plano de desenvolvimento turístico da região das Cataratas de Iguazu, nas Missões e nas zonas de influência” (Idem). Concomitantemente a isso, tomam-se diversas medidas para conservar os sítios localizados na Argentina, no Brasil e no Paraguai (Idem). Esse esforço culmina na XX Conferência Geral da UNESCO, quando se autoriza o Diretor Geral da organização a fixar um projeto que garantisse a “proteção, preservação, restauração e apresentação” das Missões Jesuítas dos Guaranis, dando origem à campanha “La Ruta de los Jesuítas” (UNESCO, Resolução nº 4/7.6/6, 1978).



Figura 1: moeda comemorativa ao patrimônio jesuítico-guarani, lançada pela UNESCO, em 1978, como parte do “apoio técnico” a Brasil, Argentina e Paraguai²⁸.

Note-se que tal atuação junto à UNESCO exigiu uma maior concertação política entre Argentina, Brasil e Paraguai. E, de fato, pela mesma época, para certa parte da historiografia, teria se verificado, a partir de fins dos anos 1970, a aproximação entre os três países na construção de projetos culturais, políticos e econômicos de forma comum. Na década de 1970, segundo

²⁸ Imagens disponíveis em: GUTIERREZ, Ramón. **As Missões Jesuíticas dos Guaranis**. Rio de Janeiro: UNESCO/SPHAN/FNPM, 1987.

essa corrente, é inclusive que teriam se estabelecido, de forma mais sólida, as bases para a futura cooperação política e econômica entre Argentina, Brasil e outros países latino-americanos, ao longo dos anos 1980-1990 (CERVO, 2008, p. 452-453). No entanto, embora se tenha ciência da existência de uma série de acordos internacionais com vista à melhoria, por exemplo, das relações Brasil-Argentina, muito se via a atuação brasileira na região como “megalomaníaca” (como relevava o slogan “Brasil, Grande Potência”, cunhado durante o Governo Médici) e de traços imperialistas (FICO, 1997, p. 87).

Além disso, para certos setores da intelectualidade brasileira, a aproximação com os vizinhos platinos não poderia deixar de considerar os traços “benignos” da tradição portuguesa, em contrapartida à “agressividade” hispânica. Isto é, em verdade, notava-se certa reticência quanto à possibilidade de tal aproximação. O próprio Aloísio Magalhães, em entrevista à Revista Veja, ao falar do trato aos indígenas por parte dos colonos portugueses, referia:

[...] – Eu acho que o confronto da cultura hispânica e da cultura portuguesa não foi de pares, mas de quase pares ao nível de desenvolvimento. No mundo português havia um choque, houve uma vitória, uma predominância. Mas ela foi diferente qualitativamente. O fato das culturas do espaço brasileiros serem mais primitivas denotava que elas estavam muito mais próximas dos fenômenos da natureza. [...] Aí você acrescenta que o português se depara com um mundo tropical. É obrigado a abrir mão e aprender com a natureza e com o homem da natureza tropical, a conviver e a sobreviver no espaço tropical. [...] **eu estou convencido de que é possível distinguir na formação brasileira uma menor vivência desse choque e uma maior situação de equivalências.** [...]

– Essa ausência de choque é, a seu ver, um resultado da explorada ‘índole pacífica’ do índio brasileiro ou da decantada boa vontade do português, ou apenas um ajuste de interesses que fosse conveniente para os dois lados?

– Tudo junto. A passividade do índio não era passividade: é que ele identificava muito mais ainda num estágio da natureza do que numa civilização mais complexa. [...] **Depois o português tolerante, sem dúvida. Basta ver o fenômeno da miscigenação: o português nunca estabeleceu essa barreira.** [...]

(MAGALHÃES, 1979, *apud* FNPM, 1985, p. 88-89)

A linha interpretativa estabelecida por Aloísio Magalhães, acerca da suposta maior “tolerância” portuguesa, nos parece, é um discurso conhecido, e que, no Século XX, poderia ser associado a pensadores como Gilberto Freyre (1933). É certo que suas construções, como a da fusão de raças, ausência de

maiores conflitos étnicos e o suposto caráter benigno da “civilização portuguesa”, que conformam certo mito de igualdade racial, eram (e ainda são) lugares-comuns, e que foram reforçados pela propaganda da Ditadura. Aliás, dentro da “visão otimista” desenvolvida no contexto dos governos militares, fomentar a integração nacional significava, também, distender eventuais conflitos étnicos ou decorrentes das diferenças econômicas, com vista a superar as dificuldades. Conforme Carlos Fico,

“Tal singularidade sustenta-se não só na materialidade da geografia e na opulência da natureza brasileira, mas também em certos ‘traços especiais’ de nossa história, que, conforme uma série de fabulações, teria sido incruenta, sem conflitos raciais e prova da possibilidade de um escravismo que, apesar de tudo, foi benevolente. [...] Assim, apesar de maus governos, ‘não sofre o povo, no Brasil, felizmente, de frustrações generalizadas ou nacionais, que provocassem (...) ódios ou discriminações’ (Rodrigues, 1963: 28)” (FICO, 1997, p. 78).

Dessa forma, embora possamos ponderar que a associação com a UNESCO implicou alterações das estratégias de preservação do patrimônio histórico-cultural, não se poderia concluir que tenha o discurso nacional sido desmobilizado. Ainda assim, em que pese a eficácia dessa representação, que justificaria a abordagem da questão identitária em termos nacionais, verifica-se, também ao longo dos anos 1970-1980, um esforço por parte dos países que comporiam o espaço missionário em promover iniciativas conjuntas para a sua preservação do patrimônio missionário.

Esse processo, como posto na introdução deste trabalho, revelou-se extremamente dificultoso. Se havia uma identidade que poderíamos denominar “nacional”, também poderíamos argumentar acerca da existência de sentidos de pertencimento outros que evocassem, por exemplo, a ideia de unidade cultural entre cidadãos de países distintos.

A vinculação das Missões Jesuítico-Guaranis a projetos de integração foi, e ainda é, uma forma de atribuir sentido às tentativas de aproximação entre as diferentes nações que compõem a América do Sul. Acerca dessa necessidade de atribuição de sentido, aponta Santiago González Cravino (2000) que

“Así como el proceso de integración supone connotaciones económicas muy importantes, la legitimidad social del proceso como la necesidad de dar respuestas adecuadas a ciertos problemas sociales y a situaciones generadas por el propio proceso, aparecen como centrales al momento de querer asegurar su éxito” (CRAVINO, 2000, p. 80).

Ou seja, o projeto integrador deveria ser legitimado de alguma forma. Seja econômica, política ou culturalmente, as medidas encaminhadas por aqueles interessados nesse processo devem fazer “sentido”. Assim como os projetos encaminhados no campo patrimonial brasileiro pelo IPHAN deveriam encontrar “ressonância” (GONÇALVES, 2005, p. 19), também deveria haver “ressonância” no projeto de integração regional. Até mesmo porque, conforme ainda lembrado por Cravino (2000), ao falar especificamente do MERCOSUL,

“Han sido los grandes actores institucionales y políticos los que han conducido y profundizado hasta el presente las relaciones dentro del bloque regional, **dándole prioridad en principio a la óptica comercial más que a la búsqueda de valores comunes característicos de un formato supranacional.** [...]”

Al momento del nacimiento del Mercosur, los cuatro países habían iniciado un proceso democrático, lo que facilitó la convergencia de estos principios en la construcción del espacio regional. Sin embargo, la voluntad política de cada uno de los miembros fue diferente, así como fueron distintos los intereses que los motivaron: [...]. Este punto es relevante para el área social, **ya que los diversos intereses puestos en la construcción del proceso tienen incidencia sobre la voluntad política – o la falta de esta – para buscar la solución de las diferencias existentes.**

Por todo ello, sería necesaria la generación y/o jerarquización de un espacio social dentro del proceso de integración. Esto implica no sólo la recuperación de la iniciativa política de los Estados nacionales como orientadores y garantes de las diferentes iniciativas y beneficiarios, sino también **el comenzar a delinear la posibilidad de instituciones supranacionales que se comprometan tanto con el área social como con las económicas y comerciales**” (grifei; CRAVINO, 2000, p. 79-80)

Delinear hierarquias e instituições supranacionais implicaria, decerto, reinterpretar hierarquias e instituições nacionais. Implicaria, também, repensar bases identitárias há muito arraigadas, colocando em evidência o caráter ambíguo da definição do que é patrimônio e do que é nacionalidade.

De que forma essas bases identitárias poderiam ser repensadas, levando em conta o projeto integrador? O sociólogo argentino Gregório Recondo,

escrevendo em 1989, na condição de Diretor de Assuntos Institucionais do Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, propunha que o desenvolvimento econômico prometido pelo processo integrador só viria se acompanhado do aspecto cultural. Falando na existência de uma “unidad de lo diverso”, frisava, por exemplo, que

“En nuestra América, la unidad surgió como designio inevitable, a pesar del desconocimiento que tenían algunas culturas precolombinas sobre la existencia de otras localizadas en la desmesura del territorio americano. [...] Nada más cierto: las luchas por la independencia hermanaron a todos. Se sentía, en carne y espíritu, la patria común. Los libertadores San Martín y Bolívar recorrieron la vasta escnografía continental, superando los limites chauvinistas para volcarse a la pasión redentora de la Patria Grande. [...] Hay, entonces, *unidad de origen e unidad de procesos sociales* compartidos. [...] Com frenos al desarrollo, sus pueblos se tutearon con el hambre, el miedo y la ignorancia. [...]” (grifei; 1989, p. 39).

Sendo assim, a título de conclusão, destacava:

“[...] 2. El análisis del desarrollo integral obliga a considerar la dimensión cultural del desarrollo. No habrá desarrollo integral sin desarrollo cultural y viceversa. El proceso de democratización de la cultura no es suficiente. Nuestros pueblos exigen la democracia cultural, afirmada em la participación de cada persona en la creación de la cultura.

3. América Latina es, a la vez, una y plural. La unidad surge de la “unidad de origen, del sincronismo y la homogeneidad de su cultura”. Se reconoce en una afin sensibilidad y um nuevo humanismo gestado por sus pueblos. **La diversidad se precisa a través de las diversas culturas nacionales y subculturas que expresan un variado pluralismo cultural.**

4. La problemática de la integración cultural de nuestros países se centra en la armonización de las respectivas y diferentes identidades nacionales con la perspectiva de plasma una **efectiva integración en una Patria Grande. Unidad en la diversidad.** [...]” (grifei; Idem, p. 51)

Note-se que Recondo não falava em uma só “cultura americana”, mas em “culturas nacionais” e subculturas. Admitia, assim, a dificuldade de formular um discurso unificador para países tão diferentes, mas ainda assim acreditava na construção de uma “pátria grande”, “una na diversidade”.

Especificamente com relação ao MERCOSUL, o autor argentino via nessa iniciativa potencialidade de alcançar tais objetivos, porque sopravam

“[...] vientos de integración en el espacio y en el tiempo latinoamericanos. Son vientos que reconstruyen la utopía de la América de las Pátrias que soñaron nuestros libertadores. Son vientos que nos acercan la ética solidaria y nos devuelven la esperanza a los pueblos de nuestro subcontinente invertebrado. Vivimos, sin lugar a dudas, una nueva cultura integradora.

[...] Como bien se expresó al ponerse en marcha la integración con Brasil - base fundamental del MERCOSUR - se trata de ‘crecer juntos’ Esto supone, sin lugar a dudas, una verdadera revolución cultural” (RECONDO, 1995, p. 22-23).

A questão que se colocaria, portanto, é a de como realizar tal “revolução cultural”, aproximando Estados e culturas que, até pouco antes, rivalizavam-se. E que, como no caso brasileiro, culturalmente, criara uma imagem de oposição da herança lusitana à espanhola.

A preocupação de Recondo com a “formatação” de uma identidade baseada na diversidade se mostra semelhante, por exemplo, àquela expressa por Aloísio Magalhães com relação à existência de bens de “valor universal”. Em audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito com o fim de investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o intelectual pernambucano apontava que

“[...] um grande problema, a meu ver, é a confusão que o Ocidente parece fazer de propósito entre o universal e o apenas igual. Na verdade, essa confusão custa-nos caro e é um dos mais graves problemas com que o Ocidente se defronta. [...] Universal, meus senhores, não é igual; universal é o diversificado, é a interligação, é a interface de diversas coisas, da heterogeneidade que compõe o caráter de uma nação” (MAGALHÃES, 1981, *in* FNPM, 1985, p. 83-84).

Nesse processo, contudo, não se desfaria o referencial nacional. Ou seja, a crença na existência de elementos identitários além-nação, ou na validade de bens de valor universal, não significaria, necessariamente, a obliteração daqueles referenciais que supostamente fariam uma nação “enxergar-se” enquanto tal. Aliás, pelo contrário, o que se verifica tanto nas assertivas de Recondo quanto de Magalhães é a preocupação em manter acesa a chama das peculiaridades de cada nacionalidade.

É justamente a partir desse embate, portanto, que poderíamos argumentar acerca da possibilidade de mobilização de certos referenciais para fomentar tal identidade comum. No entanto, como visto, tal mobilização em prol

da integração resultaria na competição, ou pelo menos convivência, com outras narrativas mais tradicionais, como as que abordamos ao longo deste primeiro capítulo: isto é, como, por exemplo, falar em aproveitamento de bens culturais comuns quando geralmente se colocavam as tradições portuguesas como superiores às espanholas? E no caso específico das Missões Jesuítico-Guaranis, de que forma interpretá-las sem dar ênfase à dinâmica geopolítica colonial, e às disputas entre as Coroas de Portugal e Espanha? E o desenvolvimento econômico, e do turismo regional, em particular, como promovê-los em parceria com outras nações? E, ainda, que referenciais utilizar para privilegiar a integração, e não a rivalidade, entre nações com “histórias nacionais” tão díspares?

São algumas dessas questões que pretendemos levantar ao analisar, a seguir, os três principais períodos de ativação patrimonial que identificamos, ao longo da presente pesquisa, para o fomento da integração regional, a partir do patrimônio missioneiro.

Capítulo 2

O Circuito de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas

2.1. Uma aproximação possível

O “Circuito de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas” foi o resultado de uma série de propostas surgidas em reuniões promovidas pela OEA no ano de 1967, na Cidade de Quito. Naquela oportunidade, representantes de Argentina, Brasil e Paraguai já haviam se manifestado, como mencionamos no capítulo anterior, acerca do seu interesse no aproveitamento turístico da região missioneira. Com isso, almejava-se o desenvolvimento econômico dos países que possuíam esses resquícios reducionais, em parceria com outros países e/ou organizações.

Localizamos informações a seu respeito, fisicamente, nos arquivos do IPHAN e do IPHAE, em Porto Alegre. No entanto, a maior parte das referências a eles foi remetida depois de contatado o Arquivo Central do instituto no Rio de Janeiro, em pastas eletrônicas denominadas “Sub-séries Congresso”. Nelas, de um modo geral, consta documentação pertinente aos projetos de cooperação internacional encaminhados pelo IPHAN junto a órgãos como Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciências (IBECC)²⁹, UNESCO, OEA, representações da UNESCO na Argentina e no Paraguai, etc. Cuida-se, assim, de material de ordem administrativa, produzido por agentes institucionais no contexto de reuniões, encontros de cúpula, relatórios e/ou informes de participação em eventos, etc.

²⁹ Órgão então com sede no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, fazia as vezes de “Comissão Nacional” da UNESCO no Brasil. A referida agência da ONU, por sua vez, também possuía representações no Paraguai e na Argentina, e também atuava nesses países por meio de órgãos semelhantes ao IBECC, como era o caso das Comissões Paraguaia e Argentina de Cooperação com a UNESCO. No caso brasileiro, ao IPHAN cabia representar o Brasil nas reuniões que deram ensejo ao “Circuito Turístico”, contando, aonde possível, com a assistência do IBECC e da UNESCO.

A documentação obtida possibilitou identificar, temporalmente, as “origens” do projeto. Possibilitou, ainda, compreender o seu andamento junto às instâncias administrativas do IPHAN, bem como as principais ideias que o norteavam, até de fato ser estabelecido como “Circuito Turístico”, em 1979. Isso poderá se verificar, esperamos, a partir da avaliação e do estudo dos Informes e Atas produzidos nas reuniões que levaram ao seu estabelecimento, em 1979. No entanto, em vários momentos não nos foi possível, por meio desse material, tracejar as discussões havidas em cada reunião. Isso, decerto, representou uma grande limitação, especialmente no que diz respeito a eventuais discussões teóricas ou problemáticas políticas porventura subjacentes à iniciativa.

Afinal, o que está numa ata e/ou informe nem sempre representa o que de fato ocorreu em dada reunião. Além disso, de um modo geral, os participantes desses encontros eram agentes de determinadas instituições, e escreviam para seus superiores hierárquicos. Sua visão e descrição dos fatos, assim, poderiam refletir determinadas perspectivas e posicionamentos institucionais, e não propriamente a sua visão acerca do tema.

No entanto, a fim de não fazer uma leitura tão “dura” sobre o tema, procuramos opor tal documentação à abordagem teórica que fizemos no capítulo anterior. Tentaremos, desse modo, avaliar quanto das transformações conceituais supostamente encampadas pelo IPHAN ao longo dos anos 1970 teriam impactado a forma de apropriação das Missões Jesuítico-Guaranis. Tentaremos verificar, ainda, como se apresentaram eventuais continuidades e/ou rupturas nessas abordagens, se considerado o contexto mais distante dos anos 1930.

Cuidou-se o Circuito da primeira “fase” de estabelecimento de um “projeto multinacional” de aproveitamento turístico da região missioneira, com a orientação técnica do IBECC e da UNESCO. Foi, em verdade, um acordo firmado entre diversas instâncias estatais para o aproveitamento dos remanescentes jesuítico-guaranis existentes na Argentina, no Brasil e no Paraguai.

Ou seja, o Circuito representou uma primeira aproximação dentro de incipientes esforços de integração entre representantes dos três países. Ainda assim, uma aproximação relativamente pequena, cujas conquistas, pretendia-se, serviriam de base para “voos mais altos”, que analisaremos posteriormente. Seu

propósito, ao que podemos verificar a partir de um Convênio estabelecido entre os três países com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1973, era basicamente de pensar estratégias “para o desenvolvimento turístico integrado da região formada por parte dos três países, abrangentes das Cataratas do Iguaçu das Missões Jesuíticas e das zonas de influência desses dois centros de atração turística” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, EM/GM/Nº 005, 1978). Tal convênio, por sua vez, teria levado ao estabelecimento de um “Comitê Tripartite”, com as tarefas de (a) elaborar “um amplo diagnóstico da região, incluindo seus aspectos urbanísticos, institucionais, sociais, econômicos e turísticos”, (b) avaliar a “potencialidade dos atrativos turísticos existentes” e (c) elaborar um “estudo de viabilidade econômico-social do desenvolvimento turístico da área” (Idem).

Não havia o interesse explícito, por exemplo, em criar uma instância administrativa multinacional ou supranacional para coordenar a preservação e promoção da região missioneira. Nesse momento almejava-se, basicamente, o estabelecimento de parâmetros comuns, compatibilizando projetos nas áreas de infraestrutura viária, turismo, estudos técnicos e acadêmicos, etc. Era, portanto, uma proposta incipiente de aproveitamento conjunto dos bens existentes na região missioneira.

Passaremos, agora, a contextualizar o estabelecimento do “Circuito”. Teremos como norte a documentação que antes referimos e as supostas contribuições dos dois diretores do órgão de preservação do patrimônio missioneiro no período em que fixada a iniciativa (Renato Soeiro e Aloísio Magalhães). Com isso, esperamos avaliar se, e de que forma, foi proposta alguma releitura para o patrimônio missioneiro, a partir, ainda, da interação com outras instâncias responsáveis por zelar pelo patrimônio histórico-cultural.

2.2. Soeiro e Magalhães: o Circuito do ponto de vista brasileiro

O “Circuito de Turismo Cultural” foi uma iniciativa longamente pensada. Foram doze anos desde a sua idealização, em 1967 (OEA, Normas de Quito,

1967), até o seu lançamento oficial, em outubro de 1979. Da documentação obtida junto ao IPHAN e ao IPHAE depreende-se que essa demora possivelmente decorreu dos trâmites burocráticos inerentes à máquina estatal e da dificuldade de adaptar opiniões e projetos distintos, que foram aperfeiçoados ao longo de reuniões preparatórias. Nesse sentido, igualmente provável que a reforma administrativa do órgão, ocorrida em 1976, tenha colaborado para a “demora” no processamento da proposta por parte do Brasil (IPHAN/Rio - Subsérie Congresso, Of. Nº 1.433, 1976)³⁰.

E, ao contrário do que se poderia presumir, do lado brasileiro, não foi Aloísio Magalhães quem esteve à frente da fase preparatória da iniciativa. Na realidade, foi Renato Soeiro, normalmente detratado como seguidor de uma corrente que via patrimônio como “reliquia cultural” (WILLIAMS, 2012, p. 290), quem dirigiu o IPHAN entre 1967 e março de 1979, ao longo dos primeiros esforços de “internacionalização” das práticas patrimoniais.

Além disso, do que se verifica dos ofícios trocados entre as diversas instâncias administrativas do órgão federal, teria ele acompanhado, atentamente, o estabelecimento do “Circuito das Missões Jesuíticas”. No seu entender, os esforços envidados representavam a continuidade das iniciativas de 1930-1940 para o “aproveitamento turístico cultural ‘dessas excepcionais ruínas’” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Of. Nº 3581, 1976). Dele partira a indicação de todos os arquitetos responsáveis pela representação do Brasil nas reuniões preparatórias (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Ofício 555, 1979).

Inclusive a indicação de Augusto da Silva Telles para o encontro de lançamento do programa, em outubro de 1979, quando não mais se encontrava na direção do Instituto, dera-se por indicação de Renato Soeiro (IPHAN/Rio –

³⁰ Essas reformas levaram, entre outras alterações, à criação de uma Diretoria-Regional com sede em Porto Alegre/RS. Além disso, não podemos descartar a própria substituição de Renato Soeiro por Aloísio Magalhães, em 1979. Renato Soeiro, no Ofício que serve de base para essa conclusão, escrevia a um cidadão de Porto Alegre, que o questionava sobre as transformações que estavam sendo geridas com relação à estrutura do órgão. Explicava que, no caso das Missões, seria estabelecida uma Diretoria Regional, responsável por supervisionar os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No entanto, o Museu das Missões, e a área missioneira como um todo, ficariam sob supervisão da “Unidade Museológica com sede no Museu de Arqueologia e Artes Populares, na Cidade de Paranaguá-PR” (IPHAN/Rio - Subsérie Congresso, Of. Nº 1.433, 1976). Ou seja, uma mudança importante, e que, do ponto de vista administrativo, poderia representar atraso nos processos em curso.

Subsérie Congresso, CT nº 46, 1979)³¹. Ou seja, o sucessor de Rodrigo de Andrade tivera papel importante nos primeiros passos da cooperação do IPHAN com organizações internacionais e parceiros em outros países.

Contudo, talvez em virtude da memória institucional construída em torno de Soeiro, atualmente talvez haja certa tendência a ver em Aloísio o responsável pela “dinamização”, inclusive, com relação às parcerias estabelecidas junto a UNESCO. Relega-se a atuação de Renato Soeiro, em geral, a um segundo plano, colocando-o como mero sucessor de Rodrigo de Andrade. No entanto, cumpre ressaltar que

“Como seus predecessores, Magalhães e seus companheiros mantiveram certa lógica nacionalista em sua defesa por reformas; a agência oficial de preservação reteve o direito de proteger e preservar os símbolos de um apelo cultural nacional. O patrimônio continuou a ser um veículo privilegiado de integração nacional” (WILLIAMS, 2012, p. 290).

Ambos seguiam, portanto, uma orientação nacionalizante, a despeito das reformas realizadas ao longo de suas gestões para fomentar a “universalização” do patrimônio brasileiro. Logo, para os dois, importava identificar e proteger aquilo que entendiam como representativo da cultura nacional, promovendo-a internacionalmente.

³¹ Renato Soeiro foi substituído em 27/03/1979, apenas doze dias depois da posse de João Baptista de Oliveira Figueiredo (SOPHIA, 2015, p. 335). Nessa oportunidade, “a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico do país passou para a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que passou a se constituir em órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionar os meios que permitissem agilizar as ações da Secretaria (Idem).



Figura 2: Renato Soeiro, Diretor do DPHAN/IPHAN de 1967-1979, e Aloísio Magalhães, Diretor da SPHAN/FNPM de 1979 a 1982³².

Além dessa linha continuidade entre as práticas de um e de outro, deve-se atentar para outro fator, a fim de evitar uma eventual avaliação excessivamente depreciativa de Soeiro, ou exageradamente otimista sobre Magalhães: ambos se encontravam em disputa, como já pudemos ressaltar em momento anterior, pelo poder de nomear o patrimônio nacional e pela obtenção de recursos junto ao Governo Federal.

Magalhães seria próximo da cúpula militar (DA SILVA, R., 2012, p. 88). Afora isso, Aloísio era visto como um profissional melhor habilitado a fugir “das polêmicas relacionadas às discussões em torno da grande concentração de renda no país” (Idem, p. 89), promovendo uma visão, a partir primeiramente do CNRC, e depois, da SPHAN, mais “otimista” acerca da identidade nacional.

De toda forma, sendo Magalhães um agente dinamizador, ou não, é marcante a permanência de aspectos tradicionais da preservação do patrimônio missionário. De Renato a Aloísio, a despeito dos discursos, na prática, permanece a ênfase em aspectos tradicionais, tais como a educação jesuítica, a grandiosidade e a “universalidade” do projeto missionário. Além disso, também se fazia marcante o binômio preservação/desenvolvimento, sem necessariamente vinculá-lo a projetos mais amplos, como o da integração cultural.

³² Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Último acesso: 26 jul. 2016.

Essas características, aliás, são perceptíveis quando se contrastam os “Informes” produzidos após cada uma das reuniões do grupo responsável pelo estabelecimento do Circuito. E, aqui, aliás, vale ressaltar que se tratam de “Informes”, ou seja, de relatórios descritivos das atividades supostamente realizadas em determinados encontros de cúpula. Se por um lado esperávamos encontrar indicativos de mudanças na forma de apropriar-se do patrimônio missioneiro, a partir das novas práticas patrimoniais a partir dos anos 1970, o que nos chamou a atenção foi a constância de certos discursos, e a aparente ausência de divergência quanto aos rumos para tanto.

O “Relatório” da reunião de 1972³³ encaminhado a Renato Soeiro, por exemplo, foi produzido pelo então presidente do IBECC, Agostinho Olavo Rodrigues. Fizeram-se presentes delegados da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai, tendo cada país apresentado propostas sobre que tratamento poderia ser dado ao aproveitamento do patrimônio jesuítico em geral. Na reunião, da parte brasileira, participaram o Arquiteto Luís Sala, como representante do IPHAN, além de Nilza Roquette, pelo Ministério da Indústria e Comércio, e Dante de Laytano, Professor de Filosofia da UFRGS (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Relatório/Delegações, 1972).

Dentre as recomendações do encontro constou que “cada país, com a maior urgência”, designaria “**um arquiteto** ou um especialista para elaborar os anteprojetos nacionais respectivos” (sic) sobre o potencial turístico e cultural da região missioneira³⁴. Além disso, concordava-se com a “necessidade de estabelecer um grande projeto **multinacional** de turismo cultural”, que abrangesse “o Circuito dessas Missões”, tendo a UNESCO como “**organismo patrocinador**” e a harmonização das iniciativas nacionais (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Relatório/Delegações, 1972).

No informe produzido pelo IBECC nota-se três elementos-chave a orientar as estratégias para a construção de um Circuito Turístico que aproveitasse as Missões situadas em território brasileiro, argentino e paraguaio:

³³ Intitulado “Seminário Sub-regional sobre ‘O Circuito das Missões Jesuíticas e a possibilidade de conservar os monumentos e as tradições da região e de estabelecer um projeto de Turismo Cultural’, organizado pela Comissão Nacional [da UNESCO] do Paraguai” (IPHAN-Rio – Subsérie Congresso, Relatório, 1972).

³⁴ Atividade que coube a Luís Saia.

(a) o seu aspecto mais “tradicional”, revelado pela ênfase na monumentalidade e no valor arquitetônico das obras jesuíticas; (b) o seu caráter de interação “multinacional”, no sentido de englobar instituições de vários países, mais do que propriamente de integração, e (c) o destaque à necessidade de se obter a assessoria e apoio da UNESCO para fins de “harmonização” dos projetos existentes.

Essas propostas, de tom pragmático, pareceriam refletir de forma satisfatória o objetivo da delegação brasileira nesse encontro. Em suas recomendações, havia a sugestão de avançar em estudos relativos às Missões do Guairá, e o intercâmbio de informações técnicas a respeito do patrimônio missioneiro. Com relação às primeiras, em especial, “devido ao prazo limitado que é imposto pelas obras de Itaipu” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Recomendações propostas pela delegação do Brasil, 1972).

Além disso, sugeria que se priorizassem os trabalhos de “consolidação, preservação e valorização das três unidades, Trinidad, Sto. Ignácio Miní e S. Miguel” (Idem). Centrando-se os esforços nos remanescentes de Argentina, Brasil e Paraguai, seria possível, posteriormente, incluir a iniciativa em “um projeto mais geral”, a ser chamado “Cuenca del Plata, conforme proposta da delegação uruguaia” (Idem). Isto é, tratavam-se de objetivos que aparentemente não se importavam, tanto, com o estabelecimento de critérios de conformação da identidade nacional e/ou de qualquer outra identidade de caráter latino-americano.

Contudo, se considerarmos as demais propostas encaminhadas individualmente por cada país, notamos a diversidade e a particularidade de interesses existentes nesse encontro. Inclusive, aliás, para fins integracionistas. A começar, inclusive, pela participação de representantes uruguaio e chileno na Reunião. Afinal, embora esses países não apresentassem exemplares reducionais guaranis em seus países, percebia-se o seu interesse em participar de tais esforços internacionais, talvez porque dispusessem de bens relativos à presença jesuítica em seu território.

Na documentação encaminhada pelos representantes chilenos havia referências a uma série de iniciativas de preservação tomadas pelo país. Além disso, havia um extenso relato acerca da atuação dos jesuítas em seu território, e

sobre os bens materiais representativos desse período (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, LAUTARIO, 1972, p. 05 e 09-14). O autor da proposta, o professor Lautaro Nuñez Atencio, Diretor do Programa de Arqueologia e de Museus da Universidad de Chile, elogiava a proposta pela possibilidade que oferecia em termos de “mostrar un proceso histórico concreto a través de sus restos monumentales – culturales – tradicionales, existentes en determinados conjuntos de países” (Idem, p. 02). No entanto, na proposta encaminhada, também ressaltava Atencio que talvez no caso chileno fosse mais interessante abordar a criação de Circuitos turísticos relacionados à região andina (Idem).

De todo o modo, chamava a atenção, na proposta encaminhada, o destaque dado pelo professor à visão de que presença jesuíta na América seria fruto de um “processo histórico”. Isto é, a sua leitura não se embasava em um referencial exclusivamente nacional (os remanescentes jesuíticos chilenos, ou os remanescentes jesuíticos brasileiros), mas em uma concepção transfronteiriça. A compreensão da atuação dos jesuítas, portanto, não deveria ser limitada à região em que localizados os índios guaranis, mas ser observada em espectro mais amplo.

No centro da proposta uruguaia, por sua vez, estava o seu interesse em ver os resquícios jesuíticos existentes na Região do Rio da Prata, e em especial no território uruguaio, entrelaçados às iniciativas de preservação da Região das Missões, vistas ambas como “una tradicional unidad histórica” (IPHAN/Rio - Subsérie Congresso, Propuesta de la Delegación de la República Oriental del Uruguay, 1972). Para os delegados uruguaio o Circuito se justificava pela promoção e pela “difusión de los elementos comunes de la cultura de nuestros pueblos, como fator de reintegración regional, facilitando la comprensión recíproca y las solidariedad entre los mismos” (Idem). Assim, almejava-se a consolidação de um roteiro turístico e cultural que,

“[...] lejos de constituir una idea etnocéntrica, egoísta o cerrada, es un plan de apertura, donde nuestro país, **con auténtico espíritu americanista** y, a despecho de circunstanciales dificultades, abre totalmente las ventajas de lo mejor de su área turística” (grifei; Idem).

No entanto, por motivos que a documentação coligida não permitiu identificar, foi o projeto posteriormente tocado, depois da reunião de 1974, exclusivamente por Argentina, Brasil e Paraguai. Com isso, deixava-se de lado as propostas uruguaia e chilena, a primeira, em particular, com forte apelo americanista.

Não podemos afirmar, peremptoriamente, que tal circunstância tenha se dado em razão do desinteresse total em abandonar e/ou reinterpretar as respectivas histórias nacionais e o tratamento dispensado à experiência jesuítico-guarani. Podemos argumentar, entretanto, que essa restrição tenha se dado em razão de um motivo mais prosaico, qual seja, a maior facilidade de integrar, em Circuito Turístico, a Região Misioneira do Alto Rio Uruguai. Abandonava-se, por consequência, a ideia de explorar a temática *jesuítica* para fixar-se, mais estritamente, na relação *jesuítico-guarani*.

Como destacamos anteriormente, inclusive a delegação brasileira via a integração Argentina-Brasil-Paraguai como possível parte de um projeto maior, a ser eventualmente chamado “Cuenca del Plata”. No entanto, prevaleceu, nesse momento, a ênfase na iniciativa de menor abrangência. Essa linha de entendimento tem sua razão de ser no fato de que o Relatório da Reunião realizada em 1972 também destacava a necessidade de tomar em conta, para o sucesso da iniciativa, o “Proyecto Regional de Desarrollo Turístico de la Zona Cataratas del Yguazú y Misiones Jesuíticas Guaraníes”, firmada entre Argentina, Brasil e Paraguai e o BID (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Relatório/Reunión sobre las Misiones Jesuíticas Guaraníes, 1972).

Ou seja, paralelamente ao Circuito, havia, no âmbito do BID, um projeto tripartite visando à obtenção de créditos envolvendo três dos cinco países que integraram essa primeira reunião. Não por acaso, os três países com presença *jesuítica* e *guarani*, daí talvez se justificando a gradual limitação da iniciativa. Ainda assim, como se verá, na reunião seguinte, também participou o Uruguai, em uma linha muito semelhante àquela da reunião de 1972.

Dando seguimento à proposta da realização de encontros periódicos para discutir essa temática, foi realizado outro encontro no ano de 1974. O “Informe Final” produzido nesse evento, por sua vez, indica que o encontro contou

com delegados de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final, 1974). Ou seja, não foram enviados representantes chilenos, ao passo que se fizeram presentes representantes da OEA, da UNESCO e da Comissão Nacional Paraguaia para UNESCO, responsáveis pelas conduções dos trabalhos. Por fim, também compareceram “observadores”, que, pelo seu saber, poderiam contribuir para o andamento das discussões. E, da mesma forma que ocorrera dois anos antes, cada país forneceu aportes sobre o andamento das atividades de valorização de seus respectivos bens de origem missioneira.

Desse grupo, composto por vinte pessoas, dez tinham formação nas áreas de arquitetura e de urbanismo. Se contarmos exclusivamente os “delegados”, de um total de nove pessoas, seis intitulavam-se arquitetos. Tanto Brasil e Argentina, por sua vez, enviaram dois representantes, ambos arquitetos³⁵ (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Participantes, 1974). A participação de profissionais dessa área, portanto, parece demonstrar, em comparação com as práticas dos anos 1930-1940, na esteira dos estudos de Márcia Chuva (2009), que a atuação desses profissionais ainda era muito efetiva. Mesmo no âmbito de contatos com órgãos estrangeiras, eram eles os responsáveis por representar o posicionamento brasileiro.

Da parte dos representantes brasileiros, ainda, sobressai outro apontamento interessante sobre a caracterização das Missões para o IPHAN, e o seu papel no desenvolvimento do turismo regional. Segundo o Arquiteto Luís Sala, embora houvesse o interesse por parte do governo em realizar restaurações nos resquícios jesuítcos existentes em território nacional,

“[...] Desde el punto de vista turístico [...] para las autoridades brasileñas la zona jesuítica no constituye un interés prioritário dentro de los planes nacionales de desarrollo turístico. Sugirió además concentrar los esfuerzos de consolidación y de infraestructura turística em um ejemplo significativo de cada país, a saber: San Ignacio Miní (Argentina),

³⁵ Eram eles, pelo Brasil. Luís Sala e Antônio Luiz Dias de Andrade. Por parte da Argentina, Jorge Gazaneo e Eduardo Ellis. As exceções cabiam ao uruguaio Fernando Assunção, historiador e especialista na área de antropologia social, e aos paraguaios Jorge Patrício Escobar Genes e Pablo Godoy, que atuavam em nome da Dirección General de Turismo do Paraguai (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Participantes, 1974).

San Miguel (Brasil) y Trinidad (Paraguay)” (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Informe Resumido, 1974, p. 03).

Ao que se verifica, portanto, a ideia de aproveitamento conjunto elaborado pelas autoridades brasileiras seguia restritiva, abrangendo São Miguel e outras duas reduções. Ainda, comparando essa postura com o que se poderá observar posteriormente, quando abordarmos a celebração do tombamento de São Miguel como Patrimônio da Humanidade, chama-nos a atenção o caráter não-prioritário da região missioneira dentro dos planos nacionais de desenvolvimento turístico.

A nosso ver, isso poderia ser explicado pelo fato de que, em 1974, tinha a região missioneira relevância em razão de outros fatores. Em especial, nos parece, pelo próprio projeto de construção da represa da Usina de Itaipu, que, segundo o próprio Luís Sala, poderia fazer submergir uma série de remanescentes do período missioneiro (Idem, p. 02). A urgência do tema, aliás, lembramos, já havia sido invocada em 1972, quando mencionada a construção da Usina de Itaipu (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Recomendações propostas pela delegação do Brasil, 1972). Em suma, a região apresentaria importância mais em virtude da sua localização geopolítica do que propriamente pelo seu potencial uso turístico.

Outra explicação para esse caráter secundário talvez resida na circunstância de que desde 1973 vigia o “Programa Cidades Históricas” (PCH). Implementado em parceria com o Ministério da Indústria e Comércio, esse canalizava recursos para obras de infraestrutura e de “suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões do Nordeste” (FONSECA, 1997, p. 161). A partir de 1977, ainda, o programa foi estendido para cidades da região Sudeste (Idem), de forma que, aparentemente, restava a Região Sul desprivilegiada em termos de recursos financeiros. Além disso, como também destacamos no capítulo anterior, desde a década de 1960 mantinha o governo brasileiro convênios com a UNESCO, com especial enfoque na recuperação e divulgação de localidades associadas às tradições portuguesas,

como Ouro Preto, Salvador e Parati (IPHAN/Rio – Subsérie UNESCO II, IBECC, 1969, p. 07-08).

Em contrapartida à pouca “atenção” do IPHAN às Missões, notava-se o destaque dado pelos representantes argentinos ao projeto de valorização da região pelo viés turístico. Segundo os também Arquitetos Jorge Gazaneo e Eduardo Ellis, delegados representantes do país vizinho, para as autoridades do setor turístico

[...] las misiones jesuíticas guaraníes formarían una de las tres alas de un tríptico de la obra jesuítica em la Argentina: las dos restantes serían la “Manzana de las Luces” de Buenos Aires y las estancias jesuíticas de Córdoba. [...]

[...] la primeira prioridad en el área [do setor turístico] es la explotación racional y respetuosa de San Ignacio Miní como centro turístico complementario de las Cataratas del Iguazu (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Informe Resumido, 1974, p. 02)

Para os representantes argentinos a “herança” jesuítica parecia ser muito mais importante do ponto tanto da construção da identidade nacional quanto em um projeto de aproveitamento internacional. Essa leitura, conforme pudemos esboçar no capítulo anterior, era chave nas interpretações elaboradas pela CNMMYLH. Por isso, as ruínas missioneiras deveriam ser “conectadas” aos resquícios também existentes em outras regiões daquele país, como a “Manzana de las Luces”, em Buenos Aires, e as estâncias jesuíticas da região de Córdoba dando unidade àquela narrativa (Idem). Mesmo o Uruguai buscava essa conexão, ao insistir na compreensão de que ao Circuito Turístico a ser estabelecido deveria também abarcar a chamada “Calera de las Huérfanas”, nas proximidades de Colonia, que também seria herança da presença jesuítica na região (Idem, p. 04).

Essa diferença de tratamento da temática relativa à valorização da região missioneira fazia-se presente também no tocante aos projetos idealizados para a área. Os representantes brasileiros indicavam que não haviam sido estabelecidos planos para o biênio 1974-1976, relativamente à exploração turística e econômica da região, e que somente cerca de US\$ 20.000,00 seriam destinados à recuperação dos remanescentes da redução de São Lourenço

(Idem, p. 05). As autoridades argentinas, por sua vez, destacavam que iriam realizar uma série de obras com o intuito de qualificar a infraestrutura de turismo, além de fomentar a pesquisa sobre a presença jesuítica, em especial em San Ignácio Mini (Idem). O governo paraguaio, igualmente, informava a respeito do andamento, por meio de colaboração técnica da OEA, da recuperação das reduções de Trinidad, Cosme y Damián e Jesús de Tavarengue (Idem, p. 03).

Ainda assim, os delegados presentes no encontro, inclusive argentinos e brasileiros, concordavam sobre a necessidade de implementar

[...] un proyecto regional de turismo cultural (Anexo nº 4) que abarque, dentro de la gran cuenca del Plata, las antiguas misiones jesuíticas guaraníes y sus establecimientos de producción, así como todo el patrimonio histórico-cultural con ellas relacionado [...] (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Recomendaciones Finales, 1974/1974, p.01).

Ou seja, ao que parece, mantinham-se praticamente inalterados os preceitos estabelecidos no encontro de 1972 quanto ao aproveitamento da região. Apesar da aparente falta de “engajamento” do Brasil, a iniciativa deveria prosseguir em seu caráter “multinacional”, e sempre com foco no desenvolvimento econômico. A integração regional, por sua vez, estaria mais próxima de seu sentido econômico e de infraestrutura do que de um ponto de vista cultural, com a aproximação entre “os povos”.

De todo o modo, nota-se, a partir da documentação que antes apontamos, uma grande diferença de expectativa com relação aos rumos do Circuito. Enquanto autoridades argentinas, paraguaias e até mesmo uruguaias viam a iniciativa como prioritária, buscando parcerias internacionais e investindo no seu restauro e preservação, o governo brasileiro não estabelecia igual critério. Ao que parece, não se via, naquele momento, grande potencial de atração turística por parte das Ruínas de São Miguel e da temática missioneira como um todo. Com isso, conseqüentemente, parecia carecer o Governo Federal, e o IPHAN, de maior interesse sobre o desenvolvimento da região, dado que já possuía outros polos de atração turística melhor consolidados. No entanto, essas são conjecturas que a documentação oficial efetivamente não permite apurar;

afinal, por trás de cada Informativo ou Relatório podem se apresentar razões subjacentes que escapam à análise documental.

2.3. Rumo ao Circuito de Turismo Cultural e a Reunião de 1979

Como pudemos verificar a partir dos Informes Finais e da documentação produzida pelos agentes do IPHAN³⁶ para as reuniões de 1972 e 1974, a atuação brasileira para a construção do Circuito Turístico foi bem “cautelosa”. O alcance da iniciativa, ao que pudemos verificar da posição do instituto, deveria se centrar em poucas reduções, tidas como mais representativas (São Miguel, San Ignacio Mini e Trinidad, principalmente). Longe, portanto, da ideia da integração pela via da cultura, e de um “autêntico espírito americanista”, conforme propugnava o representante uruguaio na reunião de 1972 (IPHAN/Rio - Subsérie Congresso, Propuesta de la Delegación de la República Oriental del Uruguay, 1972).

Essa postura, como também pudemos observar, discrepava do posicionamento dos demais representantes presentes às reuniões de 1972 e 1974, que tinham o projeto de valorização da região missioneira em maior estima. No entanto, como veremos a seguir, o ano de 1979 parece ter representado uma guinada na forma como o IPHAN tratava a questão, levando, ao final, ao efetivo lançamento do circuito. É essa dinâmica que tentaremos compreender a partir de agora.

Pela documentação obtida, não pudemos averiguar a existência de outras reuniões regionais no período compreendido entre 1974 e 1979. Assim, não foi possível verificar, na interação entre delegados brasileiros, argentinos e paraguaios, os potenciais motivos para essa guinada. Isso, certamente, teria sido interessante; afinal, talvez, por meio dessa análise, teria sido possível compreender as razões para a limitação do projeto e as restrições impostas àqueles agentes compreendidos como aptos a falar sobre o patrimônio jesuítico-guarani.

³⁶ Com esta nomenclatura de 1970 a 1979.

De toda sorte, há, no material coligido, alguns dados interessantes, que nos permitem pensar o estado das Ruínas de São Miguel e das demais reduções como um todo nesse período. E, claro, no seu pretense valor. Em particular, chamou a atenção uma carta encaminhada por uma pessoa chamada Maria Luz de Carvalho diretamente a Renato Soeiro, em 16/04/1977. Renato Soeiro, por sua vez, encaminhara a documentação em maio daquele ano ao então Chefe do 4º Distrito do IPHAN, por meio de ofício (IPHAN/POA – Área Técnica/Remanescentes do Povo de São Miguel, Of.869 DIRETOR-GERAL DO IPHAN, 1977). Havia uma cópia dela em uma das pastas disponíveis na sede do IPHAN em Porto Alegre (IPHAN/POA – Área Técnica/Remanescentes do Povo de São Miguel, Carta de Maria Luz de Carvalho a Renato Soeiro, 1977).

Nessa carta, Maria, que se apresentava como funcionária do “Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Ministério da Justiça”, reclamava veementemente da suposta “destruição do patrimônio” que ocorria no sítio de São Miguel, quando da sua visita ao local, em março daquele ano. Segundo ela,

[...] Os túmulos do cemitério, que assinalei na foto [e cujas cópias não se encontravam com a carta], não existe mais. Este cartão recebi em 1976 [e que tampouco se encontrava com a documentação], ainda havia os túmulos, segundo informação da pessoa que enviou-me o cartão. A grama virou macega (mato pequeno). Os filhos de turistas – geralmente da região, fizeram necessidades fisiológicas nas escadas existentes na parte interna – das paredes que no passado davam acesso aos sinos do tempo. Os índios, descendentes dos Guaranis, faziam fogo dentro da Igreja.

Havia, no dia que visitei as “Ruínas”, - uma pessoa dando informações errôneas sobre a... história da obra. Não sei se era pago para fazê-lo ou se fazia por espontaneidade.

[...]

Sempre tive amor e carinho pelo patrimônio histórico do meu país. Se assim procedo não é para prejudicar ninguém, mas para preservação do que nos pertence.

[...]

Dr. Renato, se o senhor não conhece as Ruínas de São Miguel, venha ver é uma maravilha.

Fiquei horas pensando como poderam erguer aquela maravilha sem a técnica moderna? As imagens esculpas em pedra ou madeira, falam e como falam.

Desculpa, Dr. Renato, se a minha sensibilidade é demais, mas se o senhor assumiu a Direção de um Instituto Histórico, não é um homem comum e deverá compreender-me.

Um grande abraço.

Maria Luz de Carvalho (sic; Idem)

No início do primeiro capítulo deste trabalho apresentamos a carta escrita por Ana a uma possível colega de trabalho. Naquela oportunidade, travamos uma breve discussão acerca dos vínculos e leituras que cada um estabelece com determinados bens tomado como “patrimônio histórico”. Por sua vez, a correspondência que ora transcrevemos permite-nos questionar dois aspectos: a suposta “sacralidade” do patrimônio histórico, e as reais condições de preservação e valorização de São Miguel.

Afinal, a despeito de todo o pretenso valor simbólico daquelas ruínas, havia “filhos de turistas – geralmente da região”, conforme Maria Luz, que não tratavam o local com o respeito que ele mereceria. Além deles, índios descendentes de guaranis faziam fogo “dentro da Igreja”. Essas circunstâncias demonstram como o patrimônio histórico apresenta uma sacralidade apenas aparente. Aos olhos dos moradores locais, talvez, não houvesse nenhuma ofensa grave em “usar” o sítio de São Miguel para outras “atividades” além da admiração pura e simples. Aos índios, por sua vez, o acendimento de fogueiras talvez fosse parte de uma tradição ancestral. Para eles, possivelmente, as narrativas elaboradas pelo IPHAN em torno da beleza arquitetônica e da “raridade” de São Miguel sequer fariam sentido. Isto é, provavelmente, aquele local lhes era tido como importante por motivos diversos daqueles elaborados por Rodrigo de Andrade e Aloísio Magalhães.

O segundo aspecto a ser questionado diz respeito à aparente menor importância de São Miguel para a conformação da identidade nacional, conforme imaginado pelo IPHAN. Isso, ao que parece, refletia-se nos próprios recursos alocados para preservação do local. As observações de Maria Luz acerca do mau estado de conservação de São Miguel e do risco que corria, aparentemente, eram recorrentes. O Jornal Zero Hora, em matéria publicada em 14/11/1975, com texto de Carlos Alberto Kolecza, alertava para os planos de construção de um “loteamento” ao redor do parque de São Miguel, e de que, pelo estado de preservação do sítio, seria

“[...] de supor que o IPHAN espera a hora de passar adiante a responsabilidade pelas Missões. Por trás desse raciocínio está a opinião da que elas não fazem parte da história do Brasil e,

possivelmente, a omissão comodista. [...] Também falta explicação para o não tombamento das ruínas de São Nicolau, São Lourenço e São João Batista” (IPHAN/POA – Recortes de Jornais, Zero Hora, 14/11/1975).

Isto é, o período compreendido entre 1975 e 1978 parece ter demarcado uma fase de dificuldades para a manutenção e promoção do patrimônio missioneiro. O IPHAN, talvez por falta de recursos e de pessoal, não parecia colocar São Miguel e as demais reduções como prioritárias no seu escopo de atuação. Vale lembrar, inclusive, que em 1978 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul projeta e estabelece o espetáculo “Som e Luz”, a demonstrar, inclusive, certa “descentralização” no trato da questão patrimonial, bem como a atuação de outros atores. Ainda assim, de forma um tanto impressionante, a Reunião de 1979, realizada na Cidade de Assunção para novamente debater a temática do aproveitamento da região, trouxe novo ímpeto para a sua promoção internacional.

Embora não possamos afirmar as precisas razões para isso, pudemos ao menos verificar que o estado de preservação das missões localizadas em solo brasileiro, de 1974 a 1979, não era tão positiva quanto parecia. E que, conseqüentemente, a pretensão de mantê-las e promovê-las pairava muito mais em uma dimensão discursiva do que propriamente fática.

De toda a sorte, inclusive comparativamente ao Informe Final da Reunião de 1974, podemos apontar que o “Informe Final” da reunião ocorrida em outubro de 1979 teve um encaminhamento diferente. O encontro teve lugar em Assunção, entre os dias 22 e 26 de outubro de 1979, com o patrocínio da UNESCO e da Comissão Paraguaia de Cooperação com a UNESCO. Em seu exórdio, destacava o Informe que o encontro servira para encontrar

“[...] pautas a fin de fijar una ruta de Turismo Cultural de las Misiones Jesuíticas, cuyo legado constituye una ígnea impronta de la genialidad humana, y analizar y recomendar acciones de seguimiento para una revalorización del Patrimonio Cultural” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Exórdio, 1979).

Pelo Brasil, fizeram-se presentes, novamente, Nilza Roquete, pela EMBRATUR, e o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, pelo IPHAN. Um

número reduzido de participantes, portanto, especialmente se em contraste com as delegações argentina, que contava com nove representantes, e paraguaia, com sete (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Nomina de Participantes, 1979, p. 02-04). Além desses, havia representantes das Comissões Argentina e Paraguaia da UNESCO e do ICOMOS (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Lista de Participantes, 1979).

Cuidava-se, assim, basicamente, de um encontro de cúpula, que reunia pessoas diretamente interessadas na questão da promoção dos bens missioneiros para além de suas divisões nacionais. Percebe-se ainda que ao contrário das demais reuniões, não havia delegados chilenos ou uruguaios.

O congresso, ao que se pode verificar, teria começado com a apresentação de uma dissertação de autoria do Padre Antonio Gonzáles Dorado, Provincial da Companhia de Jesus em Assunção, sobre a importância da “Ruta Jesuítica como factor integrador de tres paises”. Ao longo de seu arrazoado, sustentava o padre que os Trinta Povos das Missões constituiriam a dimensão cultural mais importante “de este paisaje americano” (IPHAN/Rio- Subsérie Congresso, Informe Final/Anexo I, 1979, p. 18). Para ele, a cultura reducional representaria um “factor de legitima integración entre las tres naciones”, em respeito à “diversidad de sus nacionalidades”, pois sintetizaria, em uma região outrora disputada, uma “comunidad cultural” (Idem, p. 20-21).

Essa apresentação, conforme o Relatório, teria despertado discussões a respeito do “sentido integrador de esta cultura [comum] en los países de Argentina, Brasil e Paraguay. En la región se puede rescatar una misma orientación e reinterpretación de la vida, en comunión con las mismas raíces históricas” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final, 1979, p. 05). Note-se, entretanto, que essas raízes históricas, por força da ausência de representantes uruguaios e chilenos, se limitariam a Argentina, Brasil e Uruguai.

Esse documento, embora não necessariamente expressasse a opinião de todos os delegados presentes, demonstra que era possível dar outra dimensão aos esforços de aproximação. Para além do potencial econômico, haveria outros elementos de coesão, inclusive de caráter social, que poderiam dar sentido a uma

efetiva integração cultural³⁷. Ainda assim, de uma aproximação limitada e que não expressaria a dimensão da presença jesuítica na Bacia do Rio Uruguai e na região andina.

Essa limitação talvez tenha decorrido da necessidade de justificar, junto a órgãos financiadores, como o BID, e frente a UNESCO, a relevância da iniciativa a partir de um viés mais “universalista”, assim garantir o acesso a recursos que assegurariam as desejadas obras de infraestrutura e recuperação dos testemunhos culturais (GUTIERREZ, 1987, p. 92). Essa questão, de fato, talvez tenha sido efetivamente levada em conta por Aloísio Magalhães e pelos presentes na reunião de 1979, na medida em que “por meio do Fundo do Patrimônio Mundial, o Comitê [do Patrimônio Mundial] podia oferecer suporte financeiro emergencial para a estabilização e restauração de sítios em perigo” (WILLIAMS, 2012, p. 291).

Desse encontro, ao que pudemos verificar do Informe, advieram dois conjuntos de recomendações: um produzido pelos “Especialistas em Arquitetura”, e outro proposto por “Especialistas em Turismo”. Seguia-se, portanto, a lógica fixada desde o primeiro encontro, em 1972, com destaque para as facetas mais tradicionais de aproveitamento da região. Ou seja, deveria ser mantida a ênfase na monumentalidade das Missões e no uso do turismo como ferramenta para o incremento econômico da região.

O primeiro conjunto de recomendações apontava para a necessidade de tomada de medidas para a preservação das reduções. Além disso, defendia o estabelecimento de critérios comuns para a restauração dos remanescentes e o resgate da “imaginária missioneira”, mediante catalogação e produção de material acadêmico. No entanto, as recomendações constantes nesse documento

³⁷ Essa integração, para alguns, poderia inclusive apresentar certo caráter “socialista”, sem seguir a lógica de mercado. A aproximação, nesse caso, deveria ocorrer entre os povos latinos, herdeiros da supostamente “igualitária” experiência jesuítico-guarani, uma sociedade sem dominadores ou dominados (FREITAS, 1982, p. 63). Marcante dessa corrente foi o lançamento da obra “República ‘Comunista’ Cristã dos Guaranis”, de Clóvis Lugon, no Brasil, no ano de 1968. Na opinião de Lugon, a sociedade guarani e jesuíta teria sido a “mais perfeita que existiu até hoje”, ressaltando o religioso que “desde Cristo”, não teria havido, “no mundo, nenhuma outra sociedade tão fiel aos preceitos cristãos de fraternidade” (CECHIN, 2010). Ademais, os preceitos praticados nas reduções viveriam “por muito tempo ainda, interpelando cristãos e comunistas, muito cristã para os comunistas da época burguesa, muito comunista para os cristãos burgueses” (LUGON, 2004 (1978), p. 9-13).

apresentam um caráter mais genérico quando comparadas às propostas dos profissionais da área turística; não havia a indicação de quais reduções mereceriam maior atenção, ou datas para a publicação das obras técnico-científicas que deveriam servir ao “rescate y puesta en valor que sirvan como pautas de aplicación de nuevas intervenciones” (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Especialistas em Arquitectura, 1979, p. 13).

Os especialistas em turismo, por seu turno, talvez pela urgência do tema, parecem ter se preocupado em fazer uma análise mais “pragmática” da questão. Em suas recomendações há a indicação das cidades e das reduções que deveriam compor o roteiro turístico³⁸, bem como menção expressa à importância de vincular a região a “outros atrativos turísticos”, como as Cataratas do Iguazu e à Hidroelétrica de Itaipu, além de promover diversas atrações, de ordem desportiva, religiosa, etc. (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Especialistas em Turismo, 1979, p. 14).

Ora, esses “outros atrativos turísticos” pertenciam aos três países que aderiam ao Circuito. Da mesma forma, a proposta encaminhada, do ponto de vista da presença jesuítica, excluía a incorporação dos remanescentes existentes em território uruguaio e/ou chileno. Com isso, limitava-se a “coleção” jesuítica a poucos bens, e a apenas três países do continente sul-americano. A partir disso, podemos perceber, de maneira muito clara, como “o patrimônio cultural serve como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens” (CANCLINI, 1994, p. 97). Isto é, poucos Estados, em parceria com a UNESCO, tornam-se guardiães do que entenderiam como mais representativo do processo histórico jesuítico-guarani no continente, restringindo a sua interpretação a poucas ruínas, e concentrando investimentos nessas localidades.

Quase como reflexo dessas limitações e especificidades de investimento, destacava-se a importância da realização de obras de infraestrutura, tais como a construção de estacionamentos, serviços de

³⁸ Santo Ângelo, São Borja, São Miguel e São Luís (Brasil); Santo Tomé, Yapejú (em caráter opcional), São Carlos, Posadas, San Ignacio Miní (Argentina), e Encarnación, Trinidad, Jesús, San Cosme y Damián, Santiago, Santa Rosa, Santa María San Ignacio Guazú e Asunción (Paraguai) (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Especialistas em Turismo, 1979, p. 14).

assistência médica, instalações sanitárias, etc., que fossem compatíveis com as normas arquitetônicas aplicáveis ao entorno das áreas de preservação. Do ponto de vista da divulgação, exortava-se as autoridades a promover campanhas educativas e de valorização da herança missioneira, inclusive com a concessão de bolsas de estudo relacionadas ao desenvolvimento turístico da região (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Especialistas em Turismo, 1979, p. 14-17).

Esse processo de “construção imaginária” (CANCLINI, 1994) da presença jesuítico-guarani, que recorta e limita a forma de interpretá-la, vem expressa no mapa da rota turística. Proposto por Nilza Roquete, representante da EMBRATUR, a sua configuração bem demonstra o potencial e as limitações do projeto de integração imaginado:

RUTA TURISTICA JESUITICA (OPERABLE)

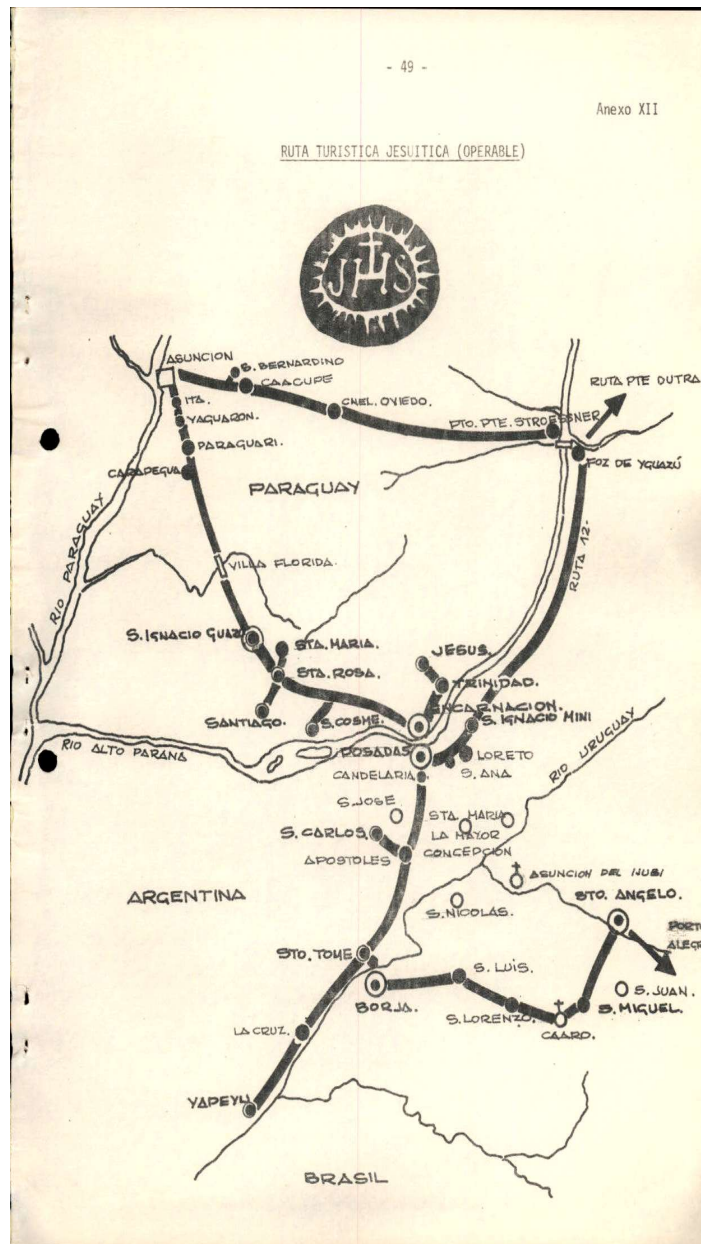


Figura 3: Ruta Turística Jesuítica (Operable), conforme Informativo Final³⁹.

Contudo, como referimos no início desta seção, não pudemos verificar as razões para a exclusão de Uruguai e do Chile nesse processo de construção de um itinerário cultural. Pudemos inferir a existência, apenas, de razões de ordem prática, relativas à obtenção de crédito para a iniciativa e à proximidade da temática *jesuítica* e *guarani* com argentinos e paraguaios. Além disso, pudemos verificar que, do ponto de vista brasileiro, a limitação da parceria à Argentina e ao

³⁹ IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Anexo XII, 1979.

Paraguai refletiria a posição institucional de dar prioridade, na interação com a UNESCO, a poucas reduções (como expresso nas Reuniões de 1972 e 1974). Ao mesmo tempo, foi possível verificar como a importância atribuída às reduções jesuíticas, em tais encontros de cúpula, contrastava com o zelo efetivamente dispensado para a sua preservação em território brasileiro.

2.4. Outras leituras e uma conclusão possível

O “Circuito Turístico Cultural”, a partir da análise que propusemos, pode ser visto muito mais com um acordo para a tomada de iniciativas que visassem ao aproveitamento do espaço missioneiro do que um projeto de caráter integrador e de reinterpretação da identidade nacional brasileira. A partir de então, os esforços nesse sentido passariam a se dar de maneira melhor dialogada, exclusivamente, entre Paraguai, Argentina e Brasil (mas sem falar necessariamente em coordenação).

A *expertise* obtida com o Circuito abriu portas para outras iniciativas. Esses primeiros esforços levaram a resultados de maior repercussão, incluindo o Circuito em campanhas de proteção, conservação, restauração e revalorização do patrimônio guarani (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Ministério de Cultura y Educación, CC/343/3, 15/05/1980). Além disso, em última instância, teria sido dessa interação, podemos inferir, que decorreria a inclusão de alguns remanescentes na lista de bens declarados Patrimônio da Humanidade.

No caso específico do Brasil, ainda que a região das Missões não fosse necessariamente prioritária quando comparada a outras áreas de atuação, pode-se inferir que tais iniciativas multinacionais serviram à “diversificação” da ação do órgão federal. E, de fato, essa melhor coordenação permitiu a obtenção de ajuda técnica para a preservação da redução de São Miguel, já a partir do ano de 1980 (Boletim SPHAN/FNPM, 1980/1981, nº 07 e nº 10). Ora, esse “pequeno passo”, no contexto das relações Brasil-Argentina, na década de 1970, não pode ser menosprezado. Afinal, alguns setores argentinos consideravam “todos os (...) empreendimentos de cooperação, cuja iniciativa cabia ao Brasil”, e a Usina de

Itaipu, em especial, “o desígnio de dominar a *hinterland* da bacia do Prata e o Atlântico Sul” (CERVO, 2007, p. 185).

Contudo, o “Circuito”, embora consolidando a cooperação do IPHAN com outras instâncias internacionais, não representou grandes alterações na forma de tratamento da questão patrimonial missioneira. Essa seguia sendo vista em seu aspecto material, mediante a valorização de edifícios, obras de arte, etc. Além disso, permanecia a ênfase na herança cultural “europeia” e na presença católica; em contrapartida, não se colocava em relevo a participação dos povos indígenas na construção da “civilização jesuítico-guarani”.

Aliás, a ausência de referências à participação dos povos indígenas no processo missioneiro talvez possa ser justificada pelo caráter “espinhoso” do tema para o Governo Militar. Nesse sentido, convém salientar que em 1975 havia sido fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entidade com fortes vínculos junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e também à Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), a CPT surgiu no âmbito de setores eclesiais ligados à luta “contra a violência dirigida a indígenas e posseiros”, em especial na região amazônica (BASTOS, 2012, p. 121). A sua missão, em síntese, era a de “articular [e] assessorar as lutas de terra, já existentes no país, e interligar os que atuam no meio rural” (Idem, p. 124-125). Ou seja, a CPT, pelos seus vínculos com comunidades cristãs tradicionalmente reconhecidas, servia à canalização de iniciativas no âmbito da proteção dos direitos dos indígenas e também do uso e ocupação da terra.

Antes da Comissão, em 1972, havia sido fundado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Sua origem também estaria atrelada à mobilização de setores da Igreja Católica vinculados à CNBB pela defesa da causa indígena, em especial na região norte do País (BRAND, 2012). O CIMI, com o passar do tempo, foi alcançando outras regiões do país, e projetos de mobilização das populações nativas foram implementados para a defesa de suas áreas tradicionais e de sua autonomia, também em oposição aos grandes projetos de infraestrutura levados a cabo ao longo dos anos 1970 (Idem).

O CIMI e a CPT, por sua vez, deveram muito de sua fundação a um movimento mais amplo de renovação dos setores religiosos, a “Teologia da

Libertação”. Tratava-se de um movimento teológico e político surgido nos anos 1960, consolidado nos anos 1970, que, partindo de uma análise “subversiva” do Evangelho e de pequenas células autogeridas denominadas “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), adotavam “o marxismo como instrumento de análise social a fim de que se compreenda as causas da pobreza e exploração das camadas populares”, dando-se preferência, em consequência, ao “desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres, como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista, imposto pelo sistema capitalista” (BASTOS, 2012, p. 93).

Como marco dessa tendência, ainda, situava-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na Cidade de Medellín (1968). Nesse encontro, que contou com a presença de diversos dignitários da Igreja Católica Latino-Americana, a “Igreja Oficial (...) oficializou a sua posição preferencial pelos pobres” (CECHIN, 2005, p. 36), constando, dentre as suas conclusões, a necessidade de “defender segundo o mandato evangélico o direito dos pobres e oprimidos, urgindo nossos governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrói a paz social” e de “encorajar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, para a reivindicação e consolidação de seus direitos na busca de uma verdadeira justiça” (II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Conclusões Pastorais, 1968).

A partir desse contexto político, que mesclava a religiosidade de certos setores da Igreja ao marxismo, combinado com a canalização de anseios de grupos tradicionalmente marginalizados dos processos políticos, pode-se compreender que a abordagem do processo missionário para além da monumentalidade, do aspecto “civilizatório” europeu e do aproveitamento econômico pudesse se apresentar dificultoso para o IPHAN. Afinal, no caso específico das Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul, as Missões Guaraníticas, em particular, tornaram-se um referencial comum desde começos dos anos 1970, em razão de sua representativa na luta pela posse da terra (CECHIN, 2005, p. 37).

A partir dessas ponderações, podemos concluir que, no trato da questão patrimonial, as bases identitárias nacionais, a despeito dos influxos universalistas decorrentes da relação com a UNESCO e com outros países, subsistiam no âmbito do “Circuito de Turismo Cultural”. Além disso, ainda que houvesse pressão de grupos de defesa dos direitos de indígenas e do acesso a terra, mantinha-se, com relação Missões Jesuítico-Guaranis, uma forma de apropriação institucional muito próxima da lógica da “pedra e cal”, de ênfase de aspectos arquitetônicos, monumentais, etc. Da mesma forma, a integração, de um ponto de vista social⁴⁰, ainda se apresentava (e provavelmente ainda se apresenta) como uma proposta distante, na medida em que os projetos eram tocados, como visto, a partir de cada instância nacional de preservação.

Portanto, cabe agora verificar se houve nas demais iniciativas que abordaremos a inclusão de elementos que pudessem indicar uma alteração de rumos. Ou se, em verdade, teria sido mantida tal leitura mais tradicional.

⁴⁰ E ainda que, no plano do universalismo pretendido pela UNESCO, teria Aloísio Magalhães, conforme ressaltado na apresentação da obra “E Triunfo?”, procurado divulgar e defender o “legado humanista da latinidade” (FALCÃO, 1985, p. 20-21).

Capítulo 3

Missões, Patrimônio da Humanidade?

Pudemos analisar, até o presente momento, o “Circuito de Turismo Cultural das Missões Jesuíticas”. Como uma primeira e longa etapa, verificamos que ele se tratou de um conjunto de primeiras medidas de aproximação entre Brasil, Argentina e Paraguai na área cultural. No entanto, não havia a preocupação explícita com a aproximação entre as populações desses países de um ponto de vista “fraternal”, mediante a criação de um patrimônio histórico-cultural comum. Da mesma forma, ao longo de sua construção, pudemos perceber como o seu “aproveitamento” foi sendo depurado até englobar poucos sítios, situados em três países. Em síntese: o Circuito de Turismo Cultural não serviu para a reformulação das bases da constituição da identidade brasileira, conforme estabelecida pelo IPHAN, nem para a conformação de um efetivo espaço de integração cultural entre nações latino-americanas.

Por outro lado, a obtenção, por uma série de reduções, do título de “Patrimônio da Humanidade”, em um projeto aparentemente transnacional, parece revelar o aprofundamento dessa interação. Pretendemos, assim, prosseguir na análise documental, a fim de avaliar os meandros e o impacto dessas declaratórias para esses processos de interação.

3.1. Uma aproximação possível

A fim de dar prosseguimento ao estudo desta segunda “fase” de aproveitamento do espaço missionário por parte do IPHAN, seguiremos, em linhas gerais, a proposta traçada com relação ao Circuito de Turismo Cultural. Portanto, manteremos o nosso centro de análise na documentação obtida junto aos arquivos do IPHAN e do IPHAE em Porto Alegre. Além disso, também faremos uso das já referidas pastas denominadas “Subséries Congresso” e

“Subséries UNESCO”, enviadas por meio eletrônico pelo Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro. Afora isso, também mencionamos o uso de documentação obtida no sítio eletrônico da UNESCO.

Essa escolha, como destacamos na seção anterior, permitiu que compreendêssemos os meandros do processo de Declaratória de São Miguel como Patrimônio da Humanidade em seu aspecto mais institucional. Isto é, por meio dessa documentação foi possível buscar um melhor entendimento acerca dos critérios adotados pelo instituto para promover as Missões Jesuítico-Guaranis. Isso se revelava particularmente importante, porque já estava Aloísio Magalhães a frente do instituto, e, supostamente, implementando uma nova forma de apropriação do patrimônio cultural. Assim, pudemos analisar o quanto das alegadas alterações conceituais acerca dos bens culturais teria impactado na leitura a ser feita da experiência missioneira. Afora isso, por meio desse material pudemos ter uma avaliação mais acurada sobre a interação do Brasil com os seus vizinhos, dentro do escopo da integração regional.

Ainda, diferentemente da seção anterior, aqui contamos também com a possibilidade de utilização dos Boletins Informativos da SPHAN/FNPM⁴¹. Editados, inicialmente, entre os anos de 1979 e 1989, em um total de quarenta e seis edições, eles são introduzidos quando da gestão de Aloísio Magalhães (DIAS, 2012, p. 68). Com isso, esperava-se criar um canal de divulgação das atividades do departamento, e, também, estabelecer um “processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural” (Idem). Esse veículo, em muitas oportunidades, abordou a temática missioneira, bem como celebrou e divulgou a potencialidade da relação da secretaria com a UNESCO. Cuida-se, assim, de outra via para a compreensão das estratégias estabelecidas pela

⁴¹ Conforme o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, “em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) incorporou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, e o Programa das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973. A partir dessas fusões o IPHAN transformou-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ainda no ano de 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, pela Lei nº 6.757, de 17 de dezembro, para funcionar como braço executivo da nova Secretaria” (REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural** (Org.: _____). Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015 (verbete)). A partir de então, face a essa dualidade, nos referiremos ao órgão como SPHAN/FNPM, até mesmo porque foi somente em 1990 que veio a ocorrer nova alteração de nomenclatura.

organização para os bens jesuítico-guaranis, e a forma como essa era exposta ao público externo.

No entanto, também como no caso anterior, o que essas fontes não nos permitiram verificar com maior profundidade foram as eventuais disputas acerca da forma de se proceder ao aproveitamento turístico da região de São Miguel. Além disso, trata-se de documentação majoritariamente elaborada por agentes públicos, dirigida a seus pares ou a seus superiores. Em vista disso, também aqui restou limitada a análise das disputas políticas subjacentes à escolha desta ou daquela estratégia de ativação patrimonial.

Mesmo no caso dos boletins, ainda que a equipe do periódico buscasse “trazer para a arena de discussões e decisões novos atores sociais, como os indígenas, as populações afro-brasileiras, cujos discursos, acreditava, mereceriam ganhar mais voz” (Idem, p. 69), parece-nos claro que essa produção seguia uma linha editorial condizente com as expectativas do instituto. Não servia, portanto, como palco para a exposição de confrontos e/ou divergências, seja dentro ou fora do instituto.

Com efeito, como destacamos no item anterior, o processo histórico jesuítico-guarani é sujeito a inúmeras interpretações. Inclusive, nos anos 1970, surgiram correntes políticas que tinham na resistência guarani, e não na arquitetura ou na educação jesuíta, um referencial de luta. Entretanto, referências a essas outras correntes surgem de forma esporádica na documentação, de modo que esta acaba oferecendo uma linha interpretativa, por assim dizer, mais “elitizada” a respeito do patrimônio missioneiro. Contudo, a essa visão hegemônica tentaremos opor outras, quando possível, a fim de questionar a sua univocidade e o suposto valor “universal” de São Miguel.

3.2. Um contexto propício?

Para acompanhar os meandros da declaratória de São Miguel e de outras Missões como Patrimônio da Humanidade, faz-se importante contextualizar a etapa da interação pós-1979, especialmente com relação à política externa

brasileira. Com isso, as imbricações do aproveitamento da região missioneira com o processo de integração regional poderão potencialmente ser melhor esclarecidas.

A busca por uma maior cooperação com a UNESCO, como pudemos verificar, e o diálogo com Argentina e Paraguai, já era uma tônica da Reunião de 1979, que deu origem ao “Circuito de Turismo Cultural”. Essa postura, em verdade, parece ser umas das respostas às dificuldades internas e externas vivenciadas pelo Regime Militar no período correspondente ao Governo Figueiredo (1979-1985), muito sob o impacto do “Segundo Choque do Petróleo” e da transição política (SOPHIA, 2015, p. 334-335).

As dificuldades enfrentadas nos planos externo e interno, e suas implicações na diplomacia nacional, eram reconhecidas pelo próprio Chanceler do Governo Figueiredo, o diplomata Ramiro Saraiva Guerreiro. Segundo esse, em palestra realizada em São Paulo,

“[...] A sensibilidade para as frequentes transformações da conjuntura nacional e a avaliação da situação internacional são dois segmentos que se somam, no curto prazo. No trabalho de formulação da política externa, entretanto, é igualmente necessário reter a perspectiva do longo prazo, sob pena de inaugurar-se uma ação internacional pautada pelo episódico, pelo dado conjuntural, enfim, pelo imediatismo” (GUERREIRO, 1983, p. 55-56).

E prosseguia o Chanceler, especificamente com relação ao “traço” universalista que se pretendia imprimir à política externa brasileira, em especial com relação à América Latina, a fim de superar tais dificuldades de ordem política e econômica:

“[...] Outra dimensão que caracteriza a política externa é o seu caráter universalista. O peso relativo do Brasil no âmbito da América Latina e a interdependência econômica crescente que se expressou numa intensa diversificação de fluxos comerciais e financeiros, são fenômenos que nos impulsionam no plano internacional, em direção a uma política cada vez mais abrangente e livre de provincialismo. Isto não impede, obviamente, a percepção dos graus de prioridade que assumem, na nossa atuação externa, os relacionamentos com diferentes áreas. **São prioritárias, naturalmente, as áreas onde o convívio político-econômico é mais denso por motivo de proximidade geográfica, herança cultural comum e intercâmbio econômico mais expressivo.** [...]” (grifei; Idem, p. 56).

Nesse cenário, que sugeria a necessidade de adensamento das relações regionais, advinha por consequência o objetivo de aprofundar as relações com a Argentina, especialmente depois de firmado, em outubro de 1979, o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus⁴². Além disso, não se pode perder de vista a preocupação em formar uma agenda o mais positiva possível, a fim de melhorar a imagem do governo. Tendo havido tal aproximação nas áreas de segurança e de economia, não nos pareceria equivocado falar que também fosse do interesse do governo brasileiro obter convergência no campo cultural com o seu potencial principal parceiro sul-americano.

Essa compreensão, aliás, transparece quando observamos as palavras de Presidente Figueiredo, em sua visita à Argentina em 1980⁴³:

“[...] Vamos reunir-nos, Senhor Presidente, em momento internacional especialmente conturbado. Mais que em outra ocasião qualquer, nossas vontades e nossos esforços têm de juntar-se no caminho da paz mundial, da justiça entre os homens e da prosperidade das nações.

O Brasil e a Argentina encontram-se em etapa decisiva de sua história. Ambos os países dedicam-se com esforço e tenacidade à procura de níveis crescentes de desenvolvimento. Vinculados por tradições e ideais semelhantes, e por um patrimônio ético e cultural comum, nossas duas nações têm um potencial de cooperação sumamente promissor.

Atentos à vontade de cooperação que anima argentinos e brasileiros, e convencidos dos seus benefícios recíprocos, nossos governos têm intensificado os contatos bilaterais. O diálogo franco, ininterrupto e cordial, com vistas à exploração de novos campos de entendimentos, já produziu resultados particularmente auspiciosos. Cada um deles aviva e acentua a consciência das múltiplas convergências existentes entre nossos países e dos variados campos de aproximação à disposição de nossos povos. [...]” (FIGUEIREDO, 1980, p. 05-06).

⁴² Esse tratado finalizou um antigo contencioso entre Brasil, Argentina e Paraguai acerca do aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Paraná via Usina de Itaipu, sendo uma etapa importante, portanto, para a criação de um ambiente de confiança entre os países da região. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, “a celebração do Tratado Tripartite Itaipu-Corpus [...] abriu uma nova fase nas relações entre Buenos Aires e Brasília e, também, com toda a América do Sul. O Tratado Tripartite de 1979 prenunciou o Tratado de Assunção, de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto, de 1994 – que desembocaram na criação do Mercosul –, permitindo a atual fase de estreita cooperação dos países do Cone Sul e os projeto conjuntos de integração regional (como o da Unasul e o Conselho Regional de Defesa)” (DA SILVA, F., 2014, p. 152).

⁴³ O último encontro entre presidentes dos dois países ocorrera em abril de 1961, entre os presidentes Frondizi e Jânio Quadros. Figueiredo, inclusive, visitou Buenos Aires, o que ocorria pela primeira vez desde a gestão Campos Salles (Fonte: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/de-campos-salles-a-dilma-rousseff-111-anos-de-visitas-presidenciais-brasileiras-na-argentina>. Último acesso: 10/01/2015).

A pauta da visita, entretanto, era, ainda assim, primordialmente de ordem econômica. As dificuldades nessa área recomendavam o estímulo à cooperação regional, e uma das soluções que se apresentava era a de unir as duas maiores economias sul-americanas à época. Isso era ressaltado, também, em discurso proferido por Figueiredo a um grupo de empresários argentinos, em Buenos Aires, na mesma visita:

[...] Nossos países atravessam momentos decisivos nos respectivos processos de desenvolvimento. Brasil e Argentina enfrentam dificuldades econômicas de natureza estritamente doméstica. Mas o impacto de dificuldades importadas intensifica as nossas, conferindo-lhes um teor de nocividade que de outro modo não teriam.

A crise energética nos traz — e ao Brasil em especial — consideráveis prejuízos. O neoprotecionismo nos países desenvolvidos impõe crescentes embaraços à expansão de nossas vendas. A inflação externa se justapõe à nossa, avivando-a, agravando-a, fazendo-a estender-se no tempo, muito além das causas internas.

[...]

E julgo particularmente lamentável que a interdependência produza — contra a razão e a lógica — surtos de confrontação e de ressentimento. Em vez de progredir — como o exige a sorte das nações e o interesse dos povos — a cooperação parece retroceder, no plano das relações econômicas mundiais.

O mesmo não ocorre, felizmente, em nosso Continente. Aqui, esforços se tornam cada vez mais coordenados. A América Latina configura um espaço econômico viável. Temos precioso potencial de oportunidades de complementação e intercâmbio. Nossas economias se aproximam. [...]

[...]

Agora, uma fase nova parece prefigurar válidas oportunidades de relacionamento ainda mais intenso entre os dois Países. Foi por assim pensar que o meu Governo e o do Presidente Videla viram com tanto agrado a realização deste Encontro de Cooperação Econômica Brasil-Argentina, paralelamente à visita que ora faço a Buenos Aires.

[...]

Em termos de negócios, competição não quer dizer conflito. Antes, abrem-se aí novas oportunidades: à troca de experiências, aos fornecimentos cruzados de equipamentos e componentes, e até à ação concertada em terceiros mercados. Cooperação sólida e estável requer alicerces firmes e duradouros. Êxitos de curto fôlego podem criar expectativas irrealizáveis. Sua frustração arrefece o ímpeto da aproximação e prejudica o aproveitamento de oportunidades efetivamente vantajosas.

Os avanços que buscamos serão de valia também no plano da cooperação entre os países latino-americanos. O espaço bilateral é, ao mesmo tempo, instrumento e beneficiário do multilateral. As relações brasileiro-argentinas — sem perda de sua dinâmica específica — devem inscrever-se harmonicamente no contexto mais amplo da colaboração regional” (grifei; sic; FIGUEIREDO, 1980a, p. 08-09).

Note-se que Figueiredo falava a um grupo de empresários, e, portanto, pretendia convencê-los a respeito da potencialidade do comércio Brasil-Argentina. Falava, ainda, no contexto da primeira visita de um presidente brasileiro ao país vizinho desde Campos Salles, no sentido, portanto, de restabelecer, no nível de Chefia de Estado, relações ao menos cordiais. Aponta-se, inclusive, que Figueiredo, diferentemente de seu antecessor, teria maior “disposição e interesse em participar pessoalmente através do instrumento das visitas presidenciais para ‘alavancagem’ dos objetivos da política externa” (GOMES, 2015, p. 107). Assim, a sua visita dava-se no sentido de restabelecer laços com o país vizinho, dentro do contexto de crise econômica e política que antes referimos.

Laços, aliás, que seriam restabelecidos independentemente do “parceiro” beneficiário dessa aproximação (na oportunidade, o General Videla). Veja-se que esse movimento de reaproximação, da parte argentina, dá-se no âmbito do chamado “Processo de Reorganização Nacional” (1976-1983). Esse processo, que tinha por objetivo “reduzir o Estado e silenciar a sociedade”, foi levado a cargo pelos militares e por diversos setores da sociedade, inclusive o empresarial (ROMERO, 2006, p. 209). Assim,

“[...] durante cinco anos, conseguiram [os militares] assegurar uma paz relativa, como a dos túmulos, devido à escassa capacidade de resposta da sociedade como um todo, em parte atingida ou ameaçada pela repressão, em parte disposta a tolerar muito de um governo que, após o caos, garantia uma ordem mínima. As vozes de protesto, ainda tímidas e confusas, só começaram a se elevar perto do fim do governo de Videla, estimuladas pelo descontentamento gerado pela crise econômica, pelas dificuldades crescentes e divisões internas que o governo militar enfrentava” (Idem, 214).

Nessa linha, o entendimento entre Brasil e Argentina, inclusive com a atuação individual de Figueiredo, parecia revelar um alinhamento não só econômico, como também político, com o vizinho. O quadro de instabilidade institucional enfrentado em ambos os países parecia exigir novos mecanismos de legitimação. Dessa forma, a melhoria das condições econômicas, e não exatamente a “correção” de rumos dos regimes, deveria ser a chave para a recuperação da imagem dos governantes. Os esforços na área cultural, por sua

vez, seguiriam secundários e tributários de tais necessidades primordialmente econômicas.

Além disso, já pudemos expor que o “marketing político” do qual se valeram os governos militares buscava trazer “um clima mais ameno no Brasil, abalado pela luta de guerrilhas e pelos seqüestros” (FICO, 1997, p. 124), criando um “imaginário otimista sobre a brasilidade” (Idem, p. 127). Em linha símile, pode-se argumentar que tal visão “otimista” servia à tergiversação de temas mais sensíveis, como o da concentração de renda, das torturas praticadas contra opositores, etc. Além disso, se prestava à “facilitação” do processo de redemocratização, mediante a instituição de “políticas de desmemória e esquecimento, [...] consideradas fundamentais para a reconciliação política, como parte da interdição ao passado” (BAUER, C., 2011, p. 204)⁴⁴.

A criação de pautas amenas, tanto interna quanto externamente, e a superação das dificuldades econômicas, pareciam ser medidas imperativas. O momento era propício para a distensão, e não para o conflito, que havia marcado outras épocas. Ainda assim, propício para uma distensão calculada, cuidadosa, que não engendrasses rupturas ou leituras “radicais”. O encontro de Figueiredo com Videla e grupos empresariais argentinos bem demonstrava tal discurso, que buscava recuperar a imagem de dois regimes autoritários. E isso, como se verá, demandou esforços que tiveram impacto no setor cultural, e em especial na área referente às Missões Jesuítico-Guaranis.

3.3. O “Plano de Ação” e algumas disputas simbólicas pela definição do patrimônio missioneiro

⁴⁴ Análise semelhante pode ser proposta com relação às práticas do governo argentino no setor cultural. O país vizinho aderira à Convenção de 1972 da UNESCO em 1978, já sob o referido “Proceso de Reorganización Nacional”. Pouco depois, em 1981, veio o Parque Nacional Los Glaciares a ser declarado “Patrimônio da Humanidade”, a primeira localidade a receber esse título na Argentina (UNESCO, 1981). Ainda nesse meio tempo temos a Copa do Mundo de 1978, com inegável impacto de marketing. Tais pautas “amenas” – note-se – são construídas em meio a um longo contencioso com o Chile pela posse de algumas ilhas localizadas no Canal de Beagle, só resolvido em 1984, e à desastrosa Guerra das Malvinas (DA SILVA, F., 2014, p. 151). Fosse pela via do poder simbólico, como revelam os esforços na área patrimonial ou na integração com o Brasil, ou pelo poder das armas, aparentemente havia um amplo escopo de atuação para a obtenção de legitimidade

Ao que pudemos verificar da documentação obtida junto ao IPHAN, a organização do “Circuito Turístico” foi relevante enquanto marco da coordenação de esforços internacionais para a valorização das Missões Jesuítico-Guaranis no internacionalmente. Em verdade, a principal herança do “Circuito Turístico” está no estabelecimento de esforços conjuntos para a obtenção de recursos para a preservação das reduções da região.

Ou seja, o desenvolvimento de uma identidade supranacional, ou de um patrimônio comum, não parecia ser parte da agenda dos envolvidos na questão. Mesmo depois do estabelecimento do Circuito, e a sua limitação às reduções argentinas, paraguaias e brasileiras, permanece a ênfase em estratégias de apropriação das Missões Jesuítico-Guaranis de caráter primordialmente “nacional”. Como consequência, apresenta-se uma espécie de disputa simbólica, na qual se tenta promover a valorização do patrimônio jesuítico-guarani a partir de certas diretrizes “internas”, que pretendemos analisar por meio do “Plano de Ação” elaborado por Argentina, Brasil e Paraguai com vista a promover a herança missioneira junto ao UNESCO.

Nessa disputa, já em 1979 as autoridades da área da cultura de Brasil, Argentina e Paraguai passaram a buscar, o quanto antes, um “esquema presupuestario [...] en la perspectiva de la inclusión de la puesta en valor de las Misiones Jesuíticas em la lista de las campañas” da UNESCO (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Ministério de Cultura y Educación, 1979). Tal “urgência” se justificava pelo curto espaço de tempo disponível para a apresentação de projetos para concorrer a verbas junto a UNESCO. Solicitava a organização que cada país, até setembro de 1981, apresentasse um “documento de trabalho”, que seria discutido em reunião agendada para novembro daquele ano, em Posadas, na Argentina, a fim de instruir o futuro “Plano de Ação”. Nesse documento deveriam constar dados relativos ao acervo missioneiro, atividades de preservação em curso ou já finalizadas, medidas legais a serem tomadas, dados sobre a infraestrutura viária e hoteleira, etc. (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, UNESCO, 1980, p. 01-02). Ou seja, em jogo estava a obtenção de recursos financeiros, que,

ademais de auxiliar na proteção das reduções, serviria ao fomento do setor turístico.

No “documento de trabalho” apresentado pelo Brasil foram colocadas referências gerais às principais reduções existentes no Estado do Rio Grande do Sul – São Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Lourenço, São João Batista e São Miguel. A fim de justificar o “valor” de cada uma delas, descreviam-se as ruínas e as obras estatuárias remanescentes, bem como se relata a ação dos padres jesuítas na região (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Documento de Trabalho, 1981).

Em alguns casos, como com os remanescentes de São Lourenço e São Nicolau, produziram-se, ainda, críticas à população e às autoridades locais pelo descaso com a preservação das respectivas áreas de preservação. Relativamente a São Nicolau, especificamente, indicava-se que

“[...] várias prospecções assistemáticas, realizadas por historiadores, muita depredação insidiosa feita pelos construtores da atual cidade e uma ponderável parcela de vestígios destruídos para implantação de infraestrutura urbana reduziram, mas não conseguiram, como em São Luiz, São Borja e Santo Ângelo, apagar o interesse pelo afloramento dos seus remanescentes” (Idem)

Isto é, apesar do aparente caráter plural que pretendia a direção da SPHAN/FNPM imprimir ao trato da questão patrimonial, vê-se que a instituição seguia responsável por dar a última palavra nesse tema. Com efeito, embora pela documentação obtida não tenhamos podido verificar a que “prospecções” o relatório se referia, ou o real impacto da apontada “depredação insidiosa”, fica claro que essas intervenções eram tidas por condenáveis por parte do instituto.

Também no “Documento de Trabalho” dava-se destaque às obras de paisagismo realizadas, e aquelas ainda pendentes, em cada remanescente do país. No caso específico de São Miguel, por exemplo, havia o destaque ao “florestamento” das vias de acesso, a fim de conformar “um espaço de chegada”, e o melhoramento do Museu lá localizado (IPHAN/Rio, Subsérie Congresso, Documento de Trabalho, 1981). São Miguel, por sua vez, ainda parece como o principal vetor de promoção do patrimônio missioneiro por parte do IPHAN; a apresentação do seu estado de conservação ocupa boa parte do “Documento de

Trabalho”, sendo descrita como “indubitavelmente a mais importante do Brasil”, somente estando a “restauração [de] San Ignacio Mini [...] à sua altura” (Idem).

Cumprir lembrar que essa era a avaliação do instituto a respeito dos remanescentes jesuíticos existentes no território nacional. Havia, portanto, o sentido de dar-lhes destaque, ainda que não expressamente, frente às reduções existentes na Argentina e no Paraguai. Notava-se, inclusive, certo conflito acerca da atribuição de “valor” a cada remanescente, na busca de definir aquele mais “exemplificativo”. Conflito esse que aparecerá em 1981, quando da reunião para a discussão dos projetos de valorização da Região Missioneira, com base nos “documentos de trabalho” dos países interessados.

Desse encontro estabeleceu-se um “Plano de Ação”, que continha três níveis de objetivos a serem atingidos relativamente ao patrimônio missioneiro:

“Se aspira a lograr metas ubicadas em tres niveles: 1) a nível local obtener un impacto sócio-económico que tienda a mejorar las condiciones de vida de la población de la región donde está ubicadas las ruínas; 2) revalorización a nível nacional del patrimonio turístico, que subraye su importancia histórica y contribuya al desarrollo cultural de cada país; 3) provocar **la toma de conciencia a nivel mundial sobre la importancia de los pueblos de las misiones, con lo que se contribuirá a la apreciación mutua entre las diferentes culturas**”. (grifei; IPHAN/Rio, Subsérie Congresso, Plan de Acción, 1981, p. 04).

Cada país, ainda, apresentou uma série de “acciones particulares”, tendo o Paraguai, em específico, anunciado que a redução de Trinidad receberia os maiores investimentos, na medida em que constituiria “el acervo más importante de los treinta pueblos misioneros jesuíticos” (Idem, p. 09). Argentina e Brasil, nas suas “acciones particulares”, não haviam produzido qualquer juízo de valor a respeito da relevância, ou não, de cada uma das reduções que mereceria atenção por parte da UNESCO (Idem, p. 06 e 08).

A importância de Trinidad parecia refletir, dessa forma, uma avaliação própria dos institutos paraguaios de preservação a respeito do seu conjunto missioneiro, sem consenso. E o assunto não passou em branco aos olhos dos agentes da Coordenadoria do Programa de Cooperação Técnica Internacional do IPHAN. Antes de remeter o Plano de Ação à UNESCO, foi ele encaminhado ao

MEC, para que esse então enviasse o documento àquela instituição. Isso, contudo, não sem a seguinte observação:

[...] Gostaríamos, outrossim, de fazer uma chamada especial relativa ao item 'a', da folha 9 do documento anexo, referente à parte redigida pelo Paraguai, no qual há menção à Trindade como 'o acervo mais importante dos trinta povos missioneiros jesuíticos'. Considerando que, no restante do documento não se faz juízo do valor, julgamos inadequada a manutenção do texto citado. Acreditamos que o conjunto deva receber igual tratamento, independentemente da localização, o que virá a facilitar os trabalhos futuros" (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Of. Sec./CTI nº 61/1983, p. 02).

Ou seja, em jogo estava a definição e a hierarquização do patrimônio missioneiro. Por essa razão, nos parece, os representantes do IPHAN julgavam inadequada a manutenção do aludido trecho. Afinal, esse poderia levar à constituição de uma “escala” de importância de cada remanescente jesuítico. E uma escala em que, aparentemente, sugeriria serem as reduções brasileiras menos importantes do que aquelas localizadas nos demais países.

Além dessa disputa acerca da hierarquização dos bens jesuíticos, a partir do “Plano de Ação” podemos abordar outro aspecto: a prevalência da ideia do desenvolvimento econômico a partir da atividade turística. O elemento “social” do processo jesuítico-guarani, referido quando abordamos a década de 1970 e a questão atinente à “tomada de consciência” sobre os povos missioneiros, aparece de maneira difusa. Não há a sua vinculação, por exemplo, à luta pelo acesso a terra e aos direitos dos povos indígenas. A promoção do patrimônio dava-se, dessa forma, ainda como projeto hegemônico, baseado na materialidade da “pedra e da cal”, e não exatamente de maneira plural.

Aliás, mesmo a ideia de desenvolvimento surge de maneira difusa no Plano de Ação. Há, de fato, a referência ao objetivo de causar um “impacto socio-económico que tienda a mejorar las condiciones de vida de la población de la región donde están ubicadas las ruinas” (IPHAN/Rio, Subsérie Congresso, Plan de Acción, 1981, p. 04). No entanto, não está especificada de que “población” se fala, e quais benefícios seriam de fato auferidos. Causa estranheza, também, a completa ausência de referência à figura do índio guarani nesse processo. Não há indicativo da existência de qualquer projeto específico, da parte argentina,

paraguaia e brasileira, para os descendentes daqueles que teriam sido os “moradores” de São Miguel e das outras reduções (Idem).

No caso específico da região missioneira brasileira, cumpre referir que, de um modo geral, a “presença do índio” foi “esmaecida na construção social da identidade do Rio Grande do Sul”, ao contrário do que ocorreu no resto do Brasil, nos anos 1930 (OLIVEN, 1992, p. 53-54). Ruben Oliven, na primeira edição de sua obra “A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação”, publicada em 1992, mencionava que

[...] “É significativo que um autor contemporâneo [José Hildebrando Dacanal], que se propõe a fazer a revisão da história, tenha escrito na década de oitenta um artigo com o sugestivo título de “A Miscigenação que não houve”, no qual, depois de criticar autores como Vellinho, sem acrescentar dados novos de pesquisa, chega à conclusão de que

O que houve foi a total extinção física do índio no Rio Grande do Sul como resultado de um processo de mais de três séculos [...]. Em consequência, a partir de uma perspectiva obviamente diferente, pode-se concluir, como Moysés Vellinho, que a participação do elemento indígena na constituição genética e sócio-cultural do Rio Grande do Sul foi ‘desprezível’.

No seu afã de desmistificar parte da historiografia, Dacanal acaba também negando a contribuição do índio na formação do homem sul-riograndense. O argumento é problemático, pois, como assinala Chiappini, ‘se o processo de extinção do índio se deu, como ele afirma, ao longo de três séculos, é sinal de que durante esse tempo pode ter havido, e certamente houve, miscigenação. [...]’. Como nem Vellinho nem Dacanal trabalharam com dados de pesquisa que embasassem suas afirmações, a conclusão a que se pode chegar é que, embora com sinais trocados, na visão de ambos não há lugar para o índio no Rio Grande do Sul” [...] (Idem, p. 55).

Dessa feita, valorizar as Missões fora desse discurso monumentalista representava uma dificuldade, na medida em que potencialmente dava visibilidade a certos grupos sociais, e, também potencialmente, à temática indígena⁴⁵. Além disso, tendo em mente os movimentos sociais que desde a

⁴⁵ Somente em 1994 teria um grupo de descendentes guaranis sido autorizado a se instalar em um terreno nas proximidades do Parque Arqueológico de São Miguel. Eram dezesseis pessoas, número que teria crescido nos anos seguintes. A partir de então, “a produção artesanal dos guaranis fica à espera dos turistas no chão do museu das Missões [...], Ninguém, além dos índios, está autorizado a vender objetos dentro do sítio tombado como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade” (Jornal Zero Hora, 02/04/1997, p. 46). Note-se que, mesmo em 1997, era marcante a precariedade da presença indígena no sítio, como se não fizessem eles, de fato, parte da

década de 1970 reivindicavam os direitos dessas populações, e o sentido “socialista” atribuído por alguns à experiência missioneira, não se torna implausível pensar que dar visibilidade a esses grupos se tornasse uma questão ainda mais delicada.

Outra disputa concentrava-se na necessidade de celebrar local e mundialmente a importância histórica de São Miguel. Desse modo, a “tomada de consciência” deveria não ser entendida unicamente como a sua promoção no âmbito da UNESCO, mas também como algo a ser conquistado em nível local. Ou seja, haveria de se “vender”, internamente, o suposto valor universal de São Miguel e de sua vinculação àquelas reduções situadas na Argentina e no Paraguai. Caso contrário, seria um bem sem “ressonância” suficiente a assegurar o seu status de patrimônio, no sentido atribuído por Gonçalves (2005, p. 19).

A dificuldade para expressar essas novas concepções também transparece no conjunto de medidas definidas no “Plano de Ação” de 1981. Além de medidas de restauro e do destaque ao potencial de desenvolvimento econômico, considerava o governo brasileiro como uma das medidas mais importantes a serem adotadas a de

“[...] **integrar** los conjuntos misioneros en la vida de los habitantes locales mediante programas de desarrollo cultural tendientes a elevar la calidad de vida de dichos habitantes” (grifei; IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Plan de Acción, 1981, p. 07).

Ora, nas propostas argentinas e paraguaias não havia nada de semelhante (Idem, p.05-06 e 09-10). Para a SPHAN/FNPM havia a necessidade de conectar a história missioneira ao dia a dia dos habitantes locais, fazendo-lhes adotar a “causa” de sua promoção internacional. Ao que parece, dada a ênfase nessa questão, esperava o instituto que a promessa do “desenvolvimento” ajudasse a contornar a ausência de “ressonância” do projeto integrador junto à população local. Assim, se asseguraria que a proteção àqueles bens não seria vencida pela especulação imobiliária, pela agropecuária, por obras de infraestrutura urbana, etc. Tratava-se, ainda assim, de uma proposta oferecida

história institucionalizada elaborada em torno daquela localidade. Também em 2003 e 2014, em visitas pessoais a São Miguel, pude constatar que a situação seguia a mesma.

como “neutra”, e que não considerava a forma de apropriação do patrimônio missioneiro por outros grupos, tais como aqueles que tomavam as Missões como símbolo de resistência ao colonizador.

Essas eram, portanto, algumas das disputas que se apresentavam quando da elaboração do “Plano de Ação”. Percebe-se aqui, novamente, a dificuldade de fixar diretrizes comuns aos três países, para a definição do patrimônio missioneiro. A atuação concertada entre Argentina, Brasil e Paraguai, além de potencialidades, apresentava restrições, muito em razão de interesses e dificuldades inerentes a cada um dos Estados participantes desses esforços. Essas dificuldades se expressavam, também, na relação específica Brasil-UNESCO, pela valorização de seus remanescentes jesuíticos.

3.4. A Interação Brasil-UNESCO: Ruínas Jesuíticas, Acrópole e Coliseu

Paralelamente ao “Plan de Acción” traçado em Posadas, devemos levar em consideração a aparentemente boa relação havida entre a UNESCO e a SPHAN/FNPM. Essa interação ocorria desde os anos 1960, em especial a partir de “missões” encabeçadas pela UNESCO com o objetivo de estabelecer estratégias para o aproveitamento do patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2008). Isto é, o Governo Federal, e a Secretaria, em particular, aparentemente atuavam em dois *fronts*: uma “frente tripartite”, e outra “frente dual”. Na primeira, com base no Plano de Ação, concentravam-se os esforços de cooperação e entendimento regionais, que buscavam uma melhor relação entre vizinhos em uma região estrategicamente sensível e carente de recursos financeiros. Na segunda, se valia da tradição de cooperação Brasil-UNESCO.

Essa interação com a UNESCO se fez presente ao longo dos anos 1980. E, em verdade, foi muito celebrada nos boletins informativos da SPHAN/FNPM, veículo de comunicação que, como vimos, servia à divulgação das atividades da instituição. Em particular, no ano de 1980, o Brasil recebeu o auxílio técnico de Roberto Di Stéfano, um dos fundadores do Conselho

Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), a fim de que tomasse conhecimento sobre o estado de preservação de São Miguel (Boletim SPHAN/FNPM, 1980, nº 07, p. 09).

A presença de Di Stéfano no Brasil, em 1980, foi comemorada em matéria publicada no Boletim nº 07 da SPHAN/FNPM. Segundo o artigo, cuja autoria não pode ser verificada, o professor teria expressado que a

“[...] a pouca divulgação dada às reduções jesuíticas impede que elas sejam melhor conhecidas, principalmente no exterior, mas que ele não hesita em reconhecer nas ruínas das missões jesuíticas a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras”. (Idem)

Como pode-se observar, ainda que tivesse visitado exclusivamente a redução de São Miguel, Di Stéfano referia-se às *ruínas das reduções jesuíticas* como comparáveis à *Acrópole* e ao *Coliseu*. Ou seja, não fazia menção a qualquer assentamento jesuítico em específico.

No entanto, na foto que ilustra a matéria, constou a seguinte legenda: “*Ruínas de São Miguel: ‘a mesma importância da Acrópole e do Coliseu’*” (Idem). Isto é, as palavras de Di Stéfano teriam sido “adaptadas” por parte do editorial do boletim, a fim de que parecesse que se referia, ele, às *Ruínas de São Miguel*. O ocorrido pode ter se tratado de um equívoco, mas em jogo parecia na verdade estar a questão relativa à valorização das Missões situadas em território brasileiro, e de São Miguel em particular.

Figura 7:
*Reunión de expertos en
la iglesia de San Miguel
(1980).*
Fuente:
Arquivo Escritório
Técnico, IPHAN, São
Miguel das Missões.



Figura 4: visita de Roberto Di Stéfano a São Miguel⁴⁶.

Consoante salientamos na seção anterior, o governo paraguaio, no “Plano de Ação”, teria sugerido que a redução de Trinidad seria a mais representativa. Por sua vez, o IPHAN, desde as primeiras Reuniões para a formação do Circuito de Turismo Cultural, advogava a ênfase em poucas reduções. Também no ofício encaminhado ao MEC, quando da finalização do Plano de Ação, como pudemos observar, apontava-se que a posição da instituição seria de “que o conjunto [missioneiro] deva receber igual tratamento, independentemente da localização, o que virá a facilitar os trabalhos futuros” (IPHAN/Rio, Subsérie Congresso, Of.Sec./CTI nº 61/1983, p. 02). Assim, aparentemente, na relação com seus vizinhos, o governo brasileiro posicionava-se de maneira paritária, com o propósito de valorizar todo os “Trinta Povos das Missões” enquanto conjunto.

Contudo, para o seu público nacional, o que transparece, a partir das matérias publicadas no Boletim da instituição, é a crença de que São Miguel, efetivamente, seria o melhor exemplar dos Trinta Povos das Missões. Essa forma de apropriação da questão transparece, por exemplo, na edição nº 13 do Boletim da SPHAN/FNPM, na qual, em matéria intitulada “Sete Povos das Missões: patrimônio cultural do país” aludia-se à “igreja de São Miguel [como] a principal das várias construções de vulto empreendidas pelos jesuítas entre 1735 e 1750” (Boletim SPHAN/FNPM, 1981, nº 13, p. 20). Mesma referência, aliás, na edição de nº 15, na qual se afirma, em matéria acerca da cooperação entre Argentina, Brasil e Paraguai, ser São Miguel “o conjunto mais importante e mais íntegro” dos remanescentes existentes nos três países (Boletim SPHAN/FNPM, 1981, nº 15, p. 09).

A comparação entre a Acrópole e São Miguel poderia ser interpretada, assim, como uma espécie de “ato falho”. Afinal, na Argentina e no Paraguai também haveriam remanescentes representativos do processo histórico

⁴⁶ A fotografia, assim como a sua descrição, foram extraídas da seguinte obra: CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato e STELLO, Vladimir Fernando. Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil. **Apuntes: Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural**. Bogotá, Volume 20, nº 01, jan/jun, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-97632007000100009&script=sci_arttext#n_16. Acesso em: 12/01/2015.

reducional. Ainda assim, aparentemente, almeja-se destacar unicamente um exemplar “nacional”. Mais uma vez, portanto, faz-se presente a disputa pela definição e hierarquização do patrimônio missioneiro, bem como a dificuldade de estabelecer uma narrativa congregante de todos os “Trinta Povos”.

Quando de sua visita, Di Stéfano também criticara um aspecto tradicional das práticas patrimoniais da SPHAN/FNPM: o excessivo apelo à monumentalidade e à “beleza” da igreja de São Miguel. Argumentava ele que o tombamento de São Miguel, na forma proposta em 1937, oferecia uma “leitura de elite”, enfatizando “excessivamente aspectos arquitetônicos, como a fachada a Igreja, em detrimento do espaço como um todo”, que precisaria ser valorizado na medida em que possibilitaria “uma leitura mais popular, permitindo um entendimento mais simples e claro do que representou o trabalho dos Jesuítas” (Boletim SPHAN/FNPM, 1980, nº 07, p.09).

Esse ponto de vista, que tampouco se fazia presente no “Plano de Ação”, tampouco havia sido veiculado no “Documento de Trabalho” encaminhado no âmbito da “frente tripartite”. As propostas de valorização apresentadas pelo Brasil, ademais, tampouco apresentaram essa “leitura popular”. Havia a preocupação com a realização de obras de paisagismo, tal como o “florestamento” das vias de acesso, a fim de conformar “um espaço de chegada”, e o melhoramento do Museu lá localizado, mas não necessariamente com o “espaço como um todo” (Idem).

Isto é, nas disputas pela definição da forma de apropriação do patrimônio cultural, também na “frente dual”, apresentava-se e valorizava-se uma leitura “hegemônica” do patrimônio missioneiro. Tampouco se buscava a exposição e/ou discussão da experiência sócio-política missioneira sob o enfoque mais “popular” que mencionamos anteriormente. De maneira lacônica, “com a finalidade de esclarecer aos turistas a origem e a história da missão”, fazia-se referência ao “espetáculo Som e Luz”⁴⁷, que, na opinião das autoridades da

⁴⁷ Show de luzes e som idealizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul instalado em São Miguel em 1978, e depois renovado, em 1987, no contexto do Projeto “Missões: 300 Anos”. Em funcionamento até hoje, o espetáculo tem por objetivo apresentar a história dos Sete Povos das Missões a partir de elementos tais como a “Catedral”, a “Terra” e personagens importantes nos embates contra Portugal e Espanha, como Sepé Tiaraju. O “Som e Luz” insere-se em outra

Secretaria, necessitava de “melhor adaptação à paisagem” e “menor interferência no conjunto das ruínas” (Idem). Ou seja, aspectos de ordem estética ainda se faziam proeminentes nos discursos dos agentes da SPHAN/FNPM, mesmo em um contexto de alteração dos discursos mobilizadores da questão patrimonial.

3.5. O encaminhamento brasileiro para o reconhecimento de São Miguel como Patrimônio da Humanidade

Depois de entregue o “Plan de Acción”, os países envolvidos reforçaram a sua atuação para a restauração e consolidação de suas respectivas missões. No entanto, essa coordenação aparentemente não teve maior impacto sobre os títulos de “Patrimônio da Humanidade” dado às reduções jesuítico-guaranis ao longo dos anos de 1983-1984.

Ou seja, apesar do discurso de cooperação, é a “frente dual” Brasil-UNESCO que parece mais redundar frutos. A cooperação estabelecida a partir da vinda de Di Stéfano parece ter sido mais profícua do que aquela que poderia ser obtida a partir da interação tripartite, para fins de valorização do patrimônio missioneiro aqui localizado. Aliás, essa postura na área cultural parecia refletir a opção geral da diplomacia brasileira na primeira metade dos anos 1980, em outras áreas. Segundo Amado Luiz Cervo,

“[...] a diplomacia brasileira, na primeira metade dos anos 1980, depreciava as diversas modalidades do consenso latino-americano por considerá-lo inexecutável em campos essenciais das relações internacionais como o comércio, as finanças, os transportes, o provimento energético e as relações com parceiros estratégicos como os Estados Unidos e a CEE. Essas questões, a menos que fossem encaminhadas isoladamente por cada governo, teriam abrigo, quando muito, em eixos bilaterais ou pequenos grupos integrados, nos quais as soluções se ajustassem aos contornos da realidade comum”. (CERVO, 2007, p. 211).

Em suma, plataformas multinacionais, embora valorizadas, não pareciam ser as mais eficazes para o atendimento das necessidades do País. A

interpretação possível do patrimônio jesuítico, dando maior destaque ao seu “papel” na construção do Estado do Rio Grande do Sul e na figura do gaúcho.

frente dual Brasil-UNESCO para valorização de São Miguel parecia, aos olhos dos dirigentes brasileiros, a mais segura para a promoção da região missioneira. Nessa linha, o Boletim nº 17 da SPHAN/FNPM, de março e abril de 1982, inclusive traz uma foto lateral da fachada da igreja, e no seu bojo, extensas matérias sobre as medidas a serem tomadas para a preservação do local. Dentre elas, uma entrevista com o arquiteto italiano Di Stéfano, que seguia como consultor da iniciativa e defensor da promoção de São Miguel à Patrimônio Mundial:

“São Miguel é, de fato, um patrimônio mundial a testemunhar o nascimento de um novo mundo gerado pela expansão européia do século XVII e pela ação civilizatória jesuíta. **O Brasil é o depositário de um monumento que não apenas parte da história deste país, mas um marco importante da história mundial**”, salienta o consultor técnico da UNESCO, que é também o vice-presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS” (grifei; Boletim SPHAN/FNPM, 1982, nº 17, mar/abr, p. 04).

As palavras do arquiteto, nessa entrevista, devem ser novamente tomadas como parte integrante do discurso de valorização do patrimônio missioneiro aqui localizado. Além disso, da forma como exposto o “valor” das Ruínas, tem-se o destaque a certos aspectos tradicionais para a sua inscrição no rol de bens considerados Patrimônio da Humanidade: a “ação civilizatória jesuíta” e o “nascimento de um novo mundo”. Esses são tópicos que, embora destoassem daqueles inicialmente formulados pelo SPHAN nos anos 1930-1940, mais ancorados no aspecto arquitetônico, aparentemente também ajudariam a assegurar o selo UNESCO de patrimônio mundial.

O interesse na inscrição das ruínas aumentara com o “sucesso” das inscrições de Ouro Preto (1980) e Olinda (1982)⁴⁸. A tramitação da proposta,

⁴⁸ O Centro de Ouro Preto foi declarado “Patrimônio da Humanidade” por conter “importante acervo das obras de Aleijadinho, características do estilo barroco”, e por representar “importante período da história da colonização das Américas” (DA SILVA, F.F., 2003, p. 100). O Centro Histórico de Olinda, por sua vez, recebeu esse título “por reunir, em suas construções, estágios significativos da história do Brasil e do continente americano” (Idem, p. 101). Depois de São Miguel (1983), o Centro Histórico de Salvador recebeu esse título (1985) em razão do fato de ser “um eminente exemplo de estrutura urbana da Renascença” e por “ser um dos principais pontos de convergência das culturas européias, africanas e ameríndias dos Séculos XVI a XVIII” (DA SILVA, F.F., 2003, p. 102). O Santuário de Bom Jesus (1985), por seu turno, obteve o título de Patrimônio da Humanidade a partir de um esforço do governo brasileiro, que “realçou a importância de Aleijadinho na história universal da arte e enfatizou o conjunto de sua obra em

contudo, poderia se alongar. Resumidamente, para que determinado bem fosse inscrito na lista de bens protegidos pela UNESCO era necessária a apresentação de um dossiê, expondo a importância daquele bem dentro de algum dos critérios fixados na Convenção de 1972. O documento, então, seria submetido ao ICOMOS, que recomendaria a concessão, ou não, do título na categoria de “bem cultural”, de “bem natural” ou em ambas. Feito isso, o expediente seria encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, que, em reunião plenária, decidiria finalmente acerca da questão.

Com o objetivo de acelerar os procedimentos, no segundo semestre de 1982 começou a ser elaborado o dossiê (Boletim SPHAN/FNPM, 1982, nº 17, p. 25). É interessante notar que nesse momento não havia efetiva cooperação entre Argentina, Brasil e Paraguai na obtenção do título de “Patrimônio da Humanidade”. Cada país veio a encaminhar dossiê específico, englobando as reduções que entendia mais representativas. O Brasil submeteu o seu ao ICOMOS em 30/12/1982, e a Argentina o fez em 20/09/1983 (UNESCO/ICOMOS, World Heritage List Nº 275 e 291).

Ainda assim, em que pese esse desacerto inicial, propôs o representante brasileiro na UNESCO que o pedido feito no ano anterior fosse “estendido”, passando a englobar, também, as missões argentinas, em um projeto binacional. O Paraguai, por outro lado, não pode fazê-lo porque ainda não havia ratificado a Convenção de 1972 (Idem). Isto é, mais uma vez verifica-se a existência de disputas entre os antigos, sem a efetiva preocupação com um projeto global.

O “Formulário de Proposta de Inscrição” apresentado pelo Brasil, assinado pelo Secretário da Cultura Marcos Vilaça, permite-nos avaliar aquilo que as autoridades brasileiras entendiam relevante destacar, e aquilo que esperava a UNESCO “ouvir”, a fim de atender ao pedido brasileiro (IPHAN, FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE INSCRIÇÃO, 1982). Trata-se, afinal, de um documento produzido com a finalidade expressa de ressaltar a importância de São Miguel

Congonhas como representativa de um estilo barroco único e de criação artística única, sem igual” (Idem, p. 103). O Conjunto Urbanístico de Brasília, por sua vez, foi agraciado em 1987 por representar uma obra-prima do gênio criativo humano e por ser um exemplo destacado de assentamento humano, representativo de uma cultura (Idem, p. 105).

dentro de certas diretrizes, a fim de que fosse assegurada a sua inscrição como Patrimônio da Humanidade. Não se cuidava de um documento destinado ao debate sobre a forma de proceder à ativação patrimonial de São Miguel, ou para discutir o seu sentido dentro do contexto do processo colonial europeu.

Marcos Vilaça justificava a proposta brasileira, que buscava a inclusão de São Miguel no rol de “Bens Culturais”, nos seguintes termos:

“Os remanescentes do antigo Povo de São Miguel, nas reduções do Tape, **destacam-se pela beleza e valor arquitetônico de suas ruínas e por representar nas florestas do Novo Mundo, um sinal precioso da civilização européia: a educação.** O objetivo catequético dos padres jesuítas se expressa duplamente pela cristianização e pela educação dos primitivos habitantes do novo continente denominado América. **Essa ação civilizatória dos discípulos de Santo Inácio de Loyola marcou profundamente durante séculos a vida social e cultural das populações do antigo Estado Jesuítico do Paraguai, agora dividido em três partes.** As ruínas de São Miguel guardam exemplares extremamente raros dessa arquitetura que os jesuítas desenvolveram em seus povos ou reduções que as intempéries ou a ação humana destruíram. Essa raridade pode ser contemplada em São Miguel **que é a única igreja jesuítica dessas reduções a mostrar um exemplo completo do frontispício e da torre.**
[...] **O povo de São Miguel das Missões se distingue como uma das marcas mais importantes da civilização na conquista e valorização das terras sul-americanas denominadas por alguns de Cone Sul.**
(Idem) (grifei)

Ou seja, mesmo quando colocada a questão no plano internacional, sob uma capa de modernidade, os critérios para a preservação de São Miguel mantinham-se fiéis a uma linha de interpretação que podemos entender conservadora. Essa leitura, na realidade, ia inclusive de encontro à narrativa de Brasil formulada por Aloísio Magalhães, que vinha

“[...] articulada pelas noções de ‘desenvolvimento’ e ‘diversidade cultural’. Diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é ‘civilizar’ o Brasil preservando uma ‘tradição’, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento” (GONÇALVES, 1996, p. 52-53).

Aloísio Magalhães, calha frisar, não se encontrava a frente da SPHAN/FNPM desde 1982, em razão de seu falecimento, mas ainda assim era de se esperar que suas diretrizes “modernizantes” se fizessem presentes na relação da Secretaria com a UNESCO. O que se percebe, entretanto, foi a

permanência do destaque, pelo Ministro da Cultura, à “ação civilizatória” dos jesuítas, às tradições da “civilização européia”, à conquista da região do Cone Sul. Daryle Williams (2012), avaliando a proposta brasileira, pondera que

“os autores [da proposta] acertadamente anteciparam que um título de patrimônio da humanidade só poderia ser conquistado com um discurso que sublinhasse as qualidades excepcionais do sítio proposto. Portanto, a missão de São Miguel foi caracterizada como universalmente ímpar em suas características artísticas e arquitetônicas. [...]” (WILLIAMS, 2012, p. 294)

Essa forma de abordagem, como já expusemos, ia de certo modo ao encontro das primeiras avaliações de Roberto Di Stéfano, que repetidamente elogiava a ação desse grupo religioso nas Américas. Dessa forma, a ênfase aos referidos aspectos pode ter sido fundamental para garantir o sucesso da proposta brasileiro.

Paradoxalmente, ainda assim, também considerando as palavras de Di Stéfano, podemos concluir que essa interpretação não oferecia uma “leitura popular”, conforme preconizava o arquiteto italiano (Boletim SPHAN/FNPM, 1980, nº 07, p. 09). Afinal, permanecia o destaque à “ação civilizatória” jesuítica. Além disso, como acabamos de ressaltar, contradizia o discurso modernizante supostamente praticado a partir da gestão de Aloísio Magalhães junto ao IPHAN. Longe de destacar o caráter potencialmente conflituoso da relação europeu-ameríndio, os fazeres, a cultura popular, o indígena, etc., enfatizava-se a arquitetura, a beleza e a singularidade do conjunto reducional, em especial a sua igreja. Isto é, a candidatura brasileira

“[...] ainda operava com preceitos nacionalistas. A proposta [...] invocava uma linguagem convencional sobre as excepcionais características artísticas, arquitetônicas e históricas de São Miguel *como um marco histórico brasileiro* e falava pouco sobre as Missões na Argentina e no Paraguai que possuíam características semelhantes. A natureza da proposta brasileira nunca foi dependente das ações argentinas e paraguaias, embora os brasileiros soubessem que o Comitê do Patrimônio Mundial desejasse considerar as Missões como um grupo. Em um momento de colaboração multilateral, a delegação brasileira ainda se reservava o direito de agir independentemente” (WILLIAMS, 2012, p. 294).

Portanto, prevalecia “a leitura de elite” como via interpretativa para o reconhecimento de São Miguel como bem cultural de valor universal. Além disso, valorizava-se a ação direta do governo brasileiro junto à UNESCO, sem uma real interação com Argentina e Paraguai.

A proposta brasileira obteve parecer favorável junto ao ICOMOS, em junho de 1983 (Boletim SPHAN/FNPM, 1983, nº 24, p.15). A justificativa para o acolhimento do pleito centrou-se no caráter singular do conjunto arquitetônico jesuítico, construído com base no “Livro IV das Leis das Índias”. Ressaltou-se as circunstâncias, também, de a “linda igreja barroca” de São Miguel ter sido projetada por um arquiteto jesuíta e milanês, e encontrar-se em “alto estado de vulnerabilidade” (UNESCO, World Heritage List Nº 275 e 291).

Levado o parecer ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, aprovou-se a declaratória com base no critério identificado pelo inciso “iv” do “Guia Operacional para a Implantação da Convenção de 1972”. Ou seja, por ser São Miguel um exemplar arquitetônico que bem ilustraria um estágio significativo da história da humanidade, estaria a redução apta a receber esse título na categoria de bem cultural (Idem)⁴⁹.

Tratava-se, portanto, de uma avaliação prosaica, e que, ao fim e ao cabo, referendava acriticamente a “leitura de elite” feita acerca das ruínas. A apreciação realizada pelo ICOMOS e pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em verdade, em muitos aspectos lembra as ponderações feitas por Lúcio Costa em 1937 para justificar o tombamento de São Miguel no Livro Tombo das Belas Artes, que reprisamos:

“[...] Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de S. Miguel capital dos Sete Povos os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido, porquanto [...] a impressão que nos dará S. Miguel, com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo, será de muito maior significação”. (COSTA, 2004 (1937), p. 37)

⁴⁹ No original em inglês, o critério “iv” seria aplicável àqueles bens considerados como “an outstanding example of type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history”.

Portanto, apesar do discurso modernizador que se pretendia imprimir, no âmbito da atuação da Secretaria junto a UNESCO e quanto no trato com as Ruínas de São Miguel, isso, nos parece, acaba não se verificando na prática. Além disso, com relação especificamente ao processo de obtenção do título de “Patrimônio da Humanidade”, tampouco se sobrepõe o desejo internacionalista de aproveitamento conjunto da região. Isto é, os esforços de coordenação internacional, encaminhados desde 1979, com o “Circuito Turístico”, se perdem em propostas encaminhadas isoladamente por Brasil, e, depois, por Argentina e Paraguai. Por sua vez, tanto nas justificativas apresentadas pelo Brasil para a declaratória, quanto nas razões dos integrantes do ICOMOS, não há referência a um eventual sentimento de pertencimento latino-americano, ou a uma “cultura” compartilhada pelos três países.



Figura 5: Capa do Boletim nº 27 do SPHAN/FNPM, comemorativa ao título obtido por São Miguel⁵⁰.

A história de “pedra e cal” sobressai novamente. As ideias de “nação” e de “patrimônio nacional”, da mesma forma, também são colocadas à frente de qualquer espírito cooperativo com os vizinhos argentinos e paraguaios. Não se fala em integração ou em supranacionalidade, e o status transnacional do

⁵⁰ Boletim SPHAN/FNPM, 1983, nº 27.

conjunto missioneiro jesuíta e guarani somente será reconhecido, de fato, junto à UNESCO, em 1984, depois de o ICOMOS recomendar a extensão da declaratória de São Miguel a poucas reduções argentinas.

Isto é, embora costumeiramente vistas como integrantes de uma única “coleção”, na discussão que fizemos na parte introdutória deste trabalho, no âmbito da UNESCO hoje se apresentam duas inscrições referentes ao mesmo conjunto cultural: uma brasileira-argentina, e outra paraguaia. Sob outro enfoque, apesar dos incipientes esforços de aproximação entre os três países, não haveria falar no desenvolvimento de um patrimônio cultural comum, pelo menos nesse momento. A falibilidade do processo de cooperação e integração na área cultural, e as disputas simbólicas dela decorrentes, também se farão presentes na fase que pretendemos analisar a seguir, já sob a égide do Governo Sarney (1985-1990).

Capítulo 4

Promover e Comemorar:

“A Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis” e o Projeto “Missões: 300 Anos” (1987)

“Os povos das missões jesuíticas dos índios guaranis representam um testemunho histórico de excepcional importância, da qual não devem compartilhar apenas os países onde esses trinta conjuntos se localizam – Brasil, Argentina e Paraguai –, mas toda a cultura universal. Não foi por outro motivo que a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO declarou-os Patrimônio Mundial da Humanidade (...). (...)” (UNESCO, 1987)

4.1. Uma aproximação possível: o contexto político

Já poderíamos comemorar, enfim, a “universalização” de São Miguel. Argentina e Brasil já possuem bens do período missioneiro reconhecidos como “Patrimônio da Humanidade”. Sendo o terceiro do gênero no Brasil a receber esse tipo de título, as ruínas jesuítico-guaranis, e São Miguel em especial, ofereciam novas possibilidades em termos de ativação patrimonial.

Neste capítulo nos propomos a compreender um terceiro momento de aproveitamento desse conjunto cultural, em um contexto aparentemente cooperativo com Argentina e Paraguai. Momento esse que, como o título deste capítulo indica, se desdobra em dois, um voltado para o cenário externo e outro que visa à celebração das reduções localizadas no Rio Grande do Sul. A partir disso, poderemos identificar algumas disputas acerca da definição e hierarquização do patrimônio missioneiro, e quanto isso efetivamente refletiria o propósito de promover outros referenciais identitários.

Cumpramos referir que essas medidas são encaminhadas ao longo dos governos de Raúl Alfonsín (1983-1989) e José Sarney (1985-1990). Argentina e

Brasil seguem trabalhando pela “criação de um cenário de estabilidade e cooperação”, com vista à construção de interesses recíprocos e consolidação de “uma identidade comum, ainda mais em um momento em que ambas as nações reconstruíam suas democracias” (DA SILVA, F., 2014, p. 154-155). Além disso, esse processo de redemocratização teria tornado o país mais “permeável às pressões e contrapressões internas e internacionais desencadeadas no período” (CORRÊA, 2006, p. 476). A “vigência da democracia”, em especial, teria permitido “um grau de coordenação e concertação nunca antes observado na história do Continente, abrindo caminho para processos inéditos de associação e integração, como no caso de Brasil e Argentina” (Idem, p. 477).

Por outro lado, não se pode deixar de levar em conta que

“[...] o retorno da democracia [...] dá-se em uma conjuntura adversa do ponto de vista econômico e diplomático. A crise da dívida tornaram (sic) os países latino-americanos extremamente vulneráveis às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, num quadro de graves dificuldades econômicas [...].

Em 1985, por meio da Declaração de Iguazu⁵¹, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração entre os dois países [Argentina e Brasil] e em 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa a intensificação e diversificação das trocas comerciais. [...] **O que estava por trás desta cooperação, a par dos fatores já apontados, é a marginalização crescente da América Latina no sistema mundial, a tentativa de formular respostas diplomáticas comuns aos desafios internacionais, a busca de complementaridade comercial, a criação de fluxos de desvio de comércio e um esforço conjunto no campo tecnológico e de projetos específicos**” (grifei; VIZENTINI, 2001, p. 12).

Em suma, tal como no período militar, e em especial durante o Governo Figueiredo, a aproximação com a Argentina tinha o objetivo de criar um cenário mais favorável ao desenvolvimento econômico das duas nações. A cooperação, e, talvez, a integração entre as duas maiores economias sul-americanas de então se apresentava como alternativa à crise econômica, mais do que uma busca por um utópico ideal de unidade política e identitária. Desses avanços dos anos 1980

⁵¹ Assinada entre Alfonsín e Sarney. Na oportunidade em que se inaugurava a ponte que liga Porto Meira a Puerto Iguazu, destacava-se ser “essa um elo de união real e simbólico entre as duas Nações”, destacando-se, ainda, que era, ela, “a primeira obra do gênero construída entre o Brasil e a Argentina desde a inauguração, em 1947, da Ponte Internacional entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres” (Declaração de Iguazu, 1985).

é que decorreria, conforme já mencionamos, o MERCOSUL (VIZENTINI, 2001, p. 12; CERVO, 2007, p. 211; CORRÊA, 2006, p. 485). Ambos os governos teriam percebido “no respectivo vizinho um fator adicional de apoio à sua própria estabilidade política e aos ensaios de transformação econômica que fizeram” (CORRÊA, 2006, p. 485). Em abril de 1988, quando da assinatura de acordo nas áreas da indústria automotriz e tecnologia militar, discursava o Presidente Sarney que percorriam Brasil e Argentina

“[...] uma trajetória segura, definitiva, guiada pelos ventos da História e percorrida com a crença inabalável no destino comum reservado a ambos os povos.

É de unidade e cooperação esse destino que estamos antecipando e construindo desde agora pela força de nossa vontade política. Unidade e cooperação que se afirmam continuamente em nossas iniciativas conjuntas.

[...]

Com essa dimensão e abrangência, integração Brasil-Argentina se fortalece como projeto de longo alcance, comprometido com o futuro de estabilidade e desenvolvimento que devemos assegurar para nossos povos” (SARNEY, 1988, p. 145-146).

Sarney falava na existência de um “destino comum” entre os dois povos. À época, a aproximação entre Argentina e Brasil, mediante a integração econômica, parecia algo factível. Essa integração, contudo, não necessariamente alcançaria a área cultural, e, em especial, o patrimônio histórico missioneiro, como pretendemos analisar. Antes, contudo, abordaremos um pouco das fontes que fundamentaram este capítulo.

4.2. Uma aproximação possível: a análise das fontes

Tal como abordamos nas demais “fases” de ativação patrimonial das Missões, também aqui nos valeremos da documentação obtida junto ao IPHAN, ao IPHAE e no sítio eletrônico da UNESCO. Além disso, também nesta seção faremos uso dos Boletins da SPHAN/FNPM. Dessa forma, acreditamos, poderemos relatar e analisar de que maneira teria a temática missioneira sido exposta pelo instituto nesse aparente contexto de aproximação com a Argentina e o Paraguai.

Da mesma forma com relação às seções anteriores, recordamos que se tratam de documentos de caráter oficial, produzidos por agentes das respectivas instituições. Dessa forma, por meio deles, por vezes não conseguimos identificar com maior clareza eventuais embates existentes em torno da forma de apropriação de São Miguel e das demais reduções situadas em território brasileiro, com aquelas de seus vizinhos.

Ainda assim, foi possível identificar, por meio da documentação, a importância da questão relativa à definição de que conjunto celebrar: os “Sete Povos” existentes no Rio Grande do Sul ou os “Trinta Povos”, se consideradas as missões argentinas, brasileiras e paraguaias? Esse tema, a nosso ver, revela a dificuldade de um projeto integrador do ponto de vista cultural e identitário. Aliás, lembrando Pomian,

[...] a classificação proposta por Krzysztof Pomian, os objetos do patrimônio são ‘semióforos’: ‘objetos visíveis investidos de significações’. O fato de que patrimônio e temporalidades estejam indissolavelmente ligados é uma evidência, **já que o patrimônio é a reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento)**. (grifei; POMIAN *in* HARTOG, 2013, p. 197)

Portanto, tal ponto de vista é uma construção, e, enquanto tal, pode ser datado e contextualizado. A mobilização do patrimônio cultural com vista a fomentar a integração regional, mesmo em se tratando de um conjunto como o das reduções jesuíticas, que transporia as fronteiras estatais, não estaria inelutavelmente destinada ao sucesso. Dependeria, isto sim, da ação constante de diversos atores, interessados na mobilização desse patrimônio. E acreditamos ter sido possível, por meio do material obtido, identificar a ação de pelo menos alguns atores nesse contexto.

Outro dado interessante a ser mencionado diz respeito, especificamente, ao projeto “Missões: 300 Anos”. Embora oficialmente apoiado pela Secretaria, foi ele operado a partir da chamada “Comissão Missões”, instituída em parceria pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal (IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990). Sua presidência, inclusive, cabia a pessoa estranha aos quadros do instituto (Idem), e dela participavam

representantes da SPHAN/FNPM, do Poder Executivo e da Companhia Rio-Grandense de Turismo, tendo por propósito “promover, a nível nacional, as comemorações dos trezentos anos” da fundação das reduções de São Miguel, São Nicolau e São Luiz Gonzaga (PORTARIA N9 342 MinC, 1987).

Ainda que não se tratasse de uma iniciativa exclusiva da Secretaria, entendemos importante a sua inclusão no presente trabalho, bem como a análise da documentação existente a seu respeito. Com efeito, tratou-se de uma parceria que também se revestia de um sentido “institucional”, isto é, que operava no âmbito do Ministério da Cultura e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto em questão, inclusive, parece refletir o propósito da SPHAN/FNPM de abordar o patrimônio histórico em maior parceria com o setor privado.

Assim, especificamente com relação ao referido projeto, nos atentaremos precipuamente aos relatórios, informes e material de divulgação produzidos pela Comissão em torno do tema. Tal como referimos quando tratamos das demais fontes, tampouco podemos tomá-las como indicadores da “verdade”. Afinal, essas também expressam um posicionamento oficial da Comissão, e servem, acima de tudo, à promoção e à divulgação do próprio labor daqueles nela envolvidos. No entanto, a partir dessa documentação, podemos mais uma vez questionar a univocidade do discurso do IPHAN na definição do patrimônio missioneiro, e as “lutas de representação” a seu respeito, na forma especificada por Chartier (1991, p. 183).

4.3. Missões, bens culturais e algumas parcerias com o setor privado

Os anos 1980, e em especial depois de 1984, quando consolidadas as obras de recuperação da frontaria da igreja (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 32, p. 35), teriam representado uma nova fase na “apropriação” desse conjunto. São Miguel havia se transformado em “produto” apto a ser aproveitado e utilizado de diversas formas, para os mais diversos fins. Nada em desconformidade, portanto, com o pretendido pelo IPHAN. No Boletim da SPHAN/FNPM nº 27, seriam estes

os objetivos a serem alcançados a partir da sua inscrição no rol de bens considerados Patrimônio da Humanidade:

“A perpetuação do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido às ruínas de São Miguel é o objetivo básico da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, segundo informou o Prefeito Mauro Azevedo ao afirmar que a Administração será bem mais rigorosa em exigir o cumprimento do Plano-Diretor existente para o Distrito da Vila de São Miguel⁵². [...]”

A Municipalidade de Santo Ângelo, disse mais o Prefeito, espera que, com o título da UNESCO, aumente o fluxo de turistas na região, em especial de outros Estados.

‘Vamos trabalhar para que aquele seja um forte ponto de atração turística em nosso Estado. Vamos divulgar a história das Missões em folhetos e enviá-los para as agências de viagem e imprensa especializada do Rio e São Paulo. Buscaremos, também, o turista de fora do País, especialmente o dos países do Prata, que tem em comum conosco a herança missioneira’. Os planos são do Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, Hrost Volk, que considera ‘bastante relevantes’ as preocupações manifestadas pelos preservacionistas do patrimônio histórico de que é necessário conter o turismo predatório [...]”.

(Boletim SPHAN/FNPM, 1983, nº 27, p. 05)

Dessa forma, além dos potenciais dividendos simbólicos, decorrentes da melhoria da auto-estima da população local e do papel do Brasil no cenário mundial, a declaratória em questão deveria também trazer dividendos financeiros. E, para tanto, diversos setores do governo e da iniciativa privada se organizaram a fim de explorar esse mercado que se abria com São Miguel. Em suma, seria hora de salvaguardar, divulgar e comemorar as ruínas. Isso, entretanto, a partir de certas diretrizes fixadas pelo próprio instituto.

Diversas “parcerias” foram feitas entre a SPHAN e entidades privadas, por exemplo, ao longo dos anos de 1983 e 1984. A Companhia Hering lançou uma linha de camisetas chamada “Leve a História do Brasil no Peito”, com imagens de monumentos brasileiros, dentre os quais as Ruínas de São Miguel. A Companhia Zaffari estampou em suas sacolas imagens comemorativas de determinados bens arquitetônicos, inclusive com referência à declaratória da UNESCO (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 29, p. 20-24). A fábrica de brinquedos Grow, por sua vez, lançou quebra-cabeças retratando a fachada da igreja (Idem). Ainda, retirados os andaimes que serviam às obras de restauração, as ruínas

⁵² O Município de São Miguel das Missões só foi criado em 1988.

passam a ser utilizadas nas filmagens da série “O Tempo e o Vento”, da Rede Globo de Televisão, revelando “uma das futuras utilizações deste cenário magnífico” (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 32, p. 35). Outras produções posteriormente também têm São Miguel como uma de suas locações, como a novela “Ana Raio e Zé Trovão”, da TV Manchete.

É interessante notar que essas “parcerias”, que serviam também à divulgação de São Miguel, foram anunciadas em matéria veiculada no Boletim em matéria intitulada “Comunicação e bens culturais: alternando o som das consciências”. Pelo próprio título da matéria verifica-se que, antes de ser tratado como uma “reliquia” sacralizada, o patrimônio histórico-nacional também deveria ser apropriado enquanto produto, e, portanto, vendável. Logo, do ponto de vista empresarial, haveria, em realidade, o “uso” comercial das Missões para atingir determinados fins, especialmente publicitários, ao que se verifica.

Embora não tenha sido possível identificar a autoria da matéria, podemos presumir que essa refletiria certo posicionamento institucional do órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural nacional. Afinal, os boletins, como já observamos, são “meios de disseminação de valores e ideias”, conformando-se, ainda, como “espaços privilegiados para [...] a divulgação de um pensamento institucional” (AGUIAR E CHUVA, 2014, p. 77). Segundo a matéria, a “ideia básica” do projeto, encaminhado pela “Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural” da FNPM,

“[...] pode ser encontrada em dois pontos principais: de um lado, a necessidade de divulgar o nosso patrimônio cultural, dentro da perspectiva de que preservar e revitalizar esse patrimônio significa preservar a própria identidade nacional. De outro, parte-se do reconhecimento da inevitável escassez de recursos com que se conta neste trabalho, buscando-se, assim, a parceria da iniciativa privada que, com investimentos relativamente baixos, passa a prestar significativo serviço à cultura brasileira, cumprindo um papel social a que as empresas não podem se furtar, além de, na maioria dos casos, auferir lucros com isso” (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 29, p. 20).

Dessa forma, enquadrando a proposta dentro da imaginada “fase moderna” do IPHAN, verifica-se a pretensão de vincular o patrimônio histórico-cultural ao propósito do desenvolvimento econômico. Ainda assim, de forma

próxima à “fase heroica”, objetivava-se, também, a promoção da identidade nacional em bases educativas, na medida em que

“[...] espaços normalmente ocupados por mensagens alienantes ou imagens que não dizem respeito à cultura nacional passam a ser preenchidos por bens culturais brasileiros. Com isso, ganham todos: a Secretaria da Cultura do MEC, que obtém um poderoso instrumento auxiliar no cumprimento de sua atribuição legal de cuidar de nosso patrimônio cultural; a iniciativa privada, que passa a ter um canal de participação social de inestimável importância; e, sobretudo, a própria cultura nacional, em suas diversas manifestações, adquirindo uma presença maior dentro de um mercado continuamente invadido pela mensagem estrangeira” (Idem).

Isto é, o patrimônio ainda teria, neste momento, o papel de representar materialmente a nação. Entretanto, a forma como exposto o projeto parece residir na interação entre o Estado e os meios empresariais para atingir esse fim. Determinadas empresas, ao divulgarem em camisetas ou sacolas, ou mesmo representarem em novelas, determinadas imagens de Brasil, associam-se, no nosso entender, a determinadas representações da “nação”. Isto é, valendo-nos de Gonçalves, podemos argumentar que o Estado e certos setores do empresariado apresentam-se como aliados na produção de determinadas “metáforas visuais” sobre o Brasil (GONÇALVES, 1996, p. 84).

E mais: além de pretensamente prestarem um “serviço à cultura brasileira”, as empresas “associadas” à Secretaria também atuavam no contexto da sua atividade-fim. Ao abraçar tais campanhas, as Malhas Hering ou Supermercados Zaffari aderiam a determinadas narrativas que, no seu entender, faziam sentido ao seu público consumidor, tornando a sua marca mais “simpática”. Faziam isso, ao que parece, como um recurso publicitário, a fim de melhorar a sua imagem e conquistar e estabelecer mercados.

Vamos nos atentar brevemente à iniciativa adotada pela empresa Zaffari. Comentando a campanha das “sacolas especiais” produzidas em homenagem à redução de São Miguel, na mesma matéria constante do Boletim nº 29, explicava o autor do artigo que

“[...] no Rio Grande do Sul a rede Zaffari não apenas encampou a ideia como também promoveu uma campanha publicitária

paralela, utilizando rádio, televisão e jornal, com o tema ‘Ama sua terra quem melhor a conhece’: o objetivo foi divulgar a arquitetura gaúcha, em suas diversas manifestações, desde as ruínas missionárias até exemplares das construções alemãs e italianas. Marcelino Zaffari, diretor da rede, disse o seguinte, quando da assinatura do convênio: ‘Sentimo-nos muito honrados em realizar a campanha de valorização de nosso patrimônio. [...] Das Mais variadas maneiras, de distantes cidades, pessoas e entidades manifestaram seu apoio e entusiasmo com a promoção’ (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 29, p. 21).

Ou seja, a interação da Companhia Zaffari com a SPHAN/FNPM, no âmbito da promoção do patrimônio, não se tratava de uma medida neutra e/ou desinteressada. Afinal, referido convênio foi estabelecido no âmbito de uma campanha publicitária maior, que identificava certos bens como mais representativos da identidade “gaúcha”. Com isso, ao que parece, o objetivo não era tanto divulgar e promover a “identidade nacional”, ou mesmo este ou aquele bem (inclusive São Miguel), mas sugerir que a empresa seria parte da “comunidade gaúcha” e, portanto, defensora de certos referenciais identitários “gaúchos”.



Figura 6: Sacolas comemorativas do patrimônio brasileiro e missionário, lançadas por redes de supermercado em parceria com a SPHAN/FNPM. Aquela lançada pela Companhia Zaffari é identificada como a segunda da direita para a esquerda⁵³.

Quanto ao tema, veja-se que segundo a matéria a campanha lançada pela empresa era denominada “Ama sua terra quem melhor a conhece”. Essa, por sua vez, teria tido o escopo de “divulgar a arquitetura gaúcha, em suas diversas manifestações, desde as ruínas missionárias até exemplares das construções

⁵³ Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 29, p. 21.

alemãs e italianas. Marcelino Zaffari, diretor da rede, disse o seguinte: ‘Sentimo-nos muito honrados em realizar a campanha de valorização de *nosso patrimônio* [...]’ (Boletim SPHAN/FNPM, 1984, nº 29, p. 21). Isto é, ao evocar as Missões Jesuíticas, a Companhia Zaffari também estaria fazendo referência a um dos mitos de fundação do Rio Grande do Sul: o do Estado formado nas lutas pela conformação das fronteiras do Brasil. Segundo Sandra Jatahy Pesavento,

“As Ruínas das Missões Jesuíticas, por exemplo, falam das origens do Rio Grande, independente de que sejam incorporadas pela historiografia oficial, valorizando aqueles marcos da conquista lusitana do território. A ruína é *arché*, é gênese que remete a raízes e, por conseguinte, aponta para as bases de um pertencimento⁵⁴. A materialidade de pedra instaura uma narrativa, que fala de índios e de padres, a assentarem as bases de uma comunidade a serviço de Deus. [...]” (PESAVENTO, 2007, p. 61).

Trazer as Missões Jesuítico-Guaranis para essa campanha publicitária implicava, portanto, lembrar um dos supostos “mitos de origem” do Rio Grande do Sul. Significava rememorar um pretense passado distante, em que, nas lutas contra a Espanha, teriam se formado as fronteiras gaúchas e brasileiras. Assim, ainda que com evidente propósito comercial, falava-se aos “gaúchos” (o público consumidor da marca) sobre o seu patrimônio, sobre o que seria representativo de sua história.

Note-se que essa ideia do que seria o “nosso patrimônio”, vem retratada de maneira bem estrita, relacionando-se a poucos bens edificadas. Ao que se infere, a campanha publicitária em questão teria evocado algumas poucas imagens que sintetizariam a “identidade” gaúcha⁵⁵. Isto é, o discurso proposto

⁵⁴ Acerca de tais “mitos” de origem, indicamos também o artigo “A Invenção da Sociedade Gaúcha”, da mesma autora (1993). Em seu trabalho, a historiadora discute brevemente alguns dos “mitos” de origem da sociedade gaúcha, e as representações disso decorrentes. Segundo ela, o principal mito de origem se confundiria com o processo de formação da fronteira sul, “num período de lutas e ‘entreveros’, de atos heróicos e homens rudes e bravos. [...] Por si só, a origem militar-fronteiriça da sociedade gaúcha dá-lhe, desde logo, um atributo fundamental: a região muito cedo se definiu em termos de opção da nacionalidade. Ou seja, os gaúchos tornaram-se “brasileiros” porque quiseram, porque outra poderia ter sido a sua escolha. Mais do que isso: os agentes desse processo remoto foram artífices da nacionalidade, construtores da fronteira, defensores da terra” (PESAVENTO, 1993, p.386). “Celebrar” as Missões, dessa forma, é celebrar essas raízes guerreiras.

⁵⁵ Conforme Nilda Jacks (2003), o discurso publicitário, assim como outros discursos, “pressupõe a comunicação efetiva entre emissor e receptor e para que isto aconteça é preciso recorrer a um código comum, tanto no nível lingüístico como no simbólico (cultural). Emissor e receptor, os dois

“fala” de forma a que o receptor se identifique com a mensagem. Nesse discurso, surgem imagens e ideias que fazem o receptor apreender aquela mensagem de determinada forma, porquanto aquelas imagens aparentemente fazem-lhe sentido. Assim, ao promover as “ruínas missioneiras”, a Companhia Zaffari consequentemente endossava certas representações a respeito do ser “gaúcho”. Fala a um público que, inclusive, parece ansiar por essa espécie de discurso regional. Aliás, segundo Nilda Jacks,

“A adesão da indústria cultural ao movimento de resgate da identidade regional gaúcha, deve-se à pressão exercida de baixo para cima, da população para as estruturas formais de comunicação, compelindo-a a entrar no processo sob pena de perder uma oportunidade mercadológica e de afirmação da imagem perante o público consumidor, através da identificação com seus anseios. Mas há também outro fator que não pode ser relegado: a presença da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), empresa de comunicação regional, que entrou com toda sua força de comunicação, mesmo que tardiamente. Esse papel foi fundamental e caracteriza um “processo de regionalização pelo qual estão passando algumas redes de televisão, com produção e emissão de caráter regional” (Oliven, 1985, p.34), resultando em uma comunicação mais identificada com as populações localizadas fora do eixo de produção nacional” (2003, p. 116).

Ou seja, para a Companhia Zaffari e outras empresas não importaria tanto a promoção da pretensa diversidade cultural do Brasil. O seu interesse em vincular-se a determinados bens considerados patrimônio histórico-cultural estava muito mais presente o interesse em consolidar uma marca que representaria e falaria aos gaúchos. Nesse processo de “regionalização”, ainda, como visto, teria feito diferença a presença de uma grande rede de comunicação regional. Nesse exercício de “di-visão”⁵⁶, o representativo da arquitetura e do *patrimônio* gaúcho diria respeito a poucos bens pretensamente representativos de nossas origens.

pólos do processo precisam dominar uma série de elementos visuais e verbais, que constituem a “linguagem publicitária”, para haver uma ressonância da mensagem. Esses elementos precisam estar calcados no contexto sociocultural do público receptor, para poderem servir de suporte para uma mensagem de venda” (JACKS, 2003, p. 112). A partir dessa análise compreende porque a Companhia Zaffari, a fim de promover a sua marca e vender produtos entre “gaúchos”, colocava-se no plano publicitário como uma empresa afinada com a suposta “identidade” gaúcha.

⁵⁶ Usamos o termo no sentido proposto por Bourdieu (1996), na medida em que ao reforçar certas representações, se estaria endossando “[...] uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão, que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e

E ao atuar dessa forma, nos parece, a Companhia Zaffari propunha um discurso institucional que visava a atrair determinados grupos sociais a consumirem em seus estabelecimentos a partir de sua suposta “identificação”. Cuida-se, portanto, de um verdadeiro “uso” do potencial simbólico de São Miguel para atingir determinados objetivos empresariais, e que, ao fim e ao cabo, reforçavam certos mitos de origem.

Essas iniciativas levantam uma série de questões sobre a apropriação do espaço missioneiro, pelos mais diversos grupos. Além disso, despertam o debate sobre as consequências do aproveitamento turístico da região, e o seu impacto na criação de certos “mitos”. Em razão disso, vamos dar enfoque a duas iniciativas que tiveram maior participação do IPHAN no âmbito do patrimônio missioneiro: a “Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis” e o “Projeto Missões 300 Anos”.

Ambas são tributárias das duas estratégias adotadas pelo governo brasileiro que abordamos no capítulo anterior. A primeira, de caráter mais cooperativo e tripartite, volta-se para a promoção, no plano internacional, com Argentina e Paraguai, do patrimônio comum missioneiro. A segunda, de caráter mais unilateral, remete-se à celebração do patrimônio jesuíta e guarani existente em território brasileiro, e apresenta, como se verá, forte interação com o setor empresarial.

4.4. “A Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis”: o lado universal das Missões Jesuítico-Guaranis

Ao tratarmos do “Circuito Turístico Cultural” concluímos que a interação entre os governos de Argentina, Paraguai e Brasil levou, em 1981, à fixação de “Plano de Ação”. Esse plano, que deveria ser submetido à UNESCO no escopo de uma de suas campanhas internacionais pela preservação de bens culturais

o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo” (p. 108).

considerados em risco, passou por diversas alterações até ser apresentado à organização, em 1982. Dessa forma, autorizava-se o Diretor-Geral da Organização, em parceria com os Estados interessados, a tomar as medidas necessárias para promover o patrimônio jesuítico e guarani, e garantiam-se recursos financeiros para a sua “proteção, preservação, restauração e apresentação” (UNESCO, 114 Ex/18-Annex I, 1982). A essa iniciativa deu-se o nome de “Campanha Internacional em Favor da Preservação e da Restauração das Missões Jesuítico-Guaranis”, e inseria-se ela no contexto de uma série de outras campanhas

Contudo, embora apresentada a proposta em 1982, o “Plano de Ação” somente vem a ser lançado em 1987, mas ainda assim mantendo inalterados os objetivos principais da cooperação tripartite relativamente ao espaço missioneiro, tais como imaginados em 1981, na reunião ocorrida em Posadas:

“O objetivo desejado se situa em três níveis: 1) obter, a nível local, um impacto sócio-econômico, visando à melhoria das condições de vida da população da região onde se situam as ruínas; 2) revalorização, à nível nacional, do patrimônio artístico, sublinhando sua importância histórica, o que contribui para o desenvolvimento cultural de cada país; 3) provocar a tomada de consciência, a nível mundial, da importância dos povos das missões, o que contribuirá para a apreciação mútua entre as diferentes culturas”. (UNESCO, 1987, p. 94).

A partir disso, segue-se, no “Plano de Ação”, uma lista de atividades a ser implementada por cada país, e o custo para a sua realização. Em sua maioria se tratam de obras de restauração e de recuperação de bens arqueológicos, ou mesmo medidas de caráter jurídico, tais como a demarcação das áreas objeto de tombamento. Além disso, havia a previsão de construção de centros de pesquisa e museus, bem como a realização de obras de infraestrutura viária.

Além dessas medidas internas, também previa o “Plano de Ação” a realização de “atividades culturais” relacionadas aos “conjuntos selecionados”, e “atividades de promoção”. Quanto às “atividades culturais”, limitavam-se essas a três: centros de interpretação, museus locais e espetáculos de som e luz. Por sua vez, quanto às atividades de promoção, deveriam elas ocorrer da seguinte forma:

[...] No plano nacional, cada país promoverá a produção de cartazes, folhetos, vídeo-cassetes, filmes, selos postais, livros

com diapositivos, cassetes com diapositivos; a difusão do projeto será igualmente estimulada através dos meios de comunicação como a televisão, o rádio e a imprensa.

No plano internacional, os três países deverão estudar com a UNESCO a possibilidade de difundir mundialmente os aspectos históricos e artísticos dos conjuntos jesuíticos e da Campanha, promovendo mostras fotográficas, cartazes, diapositivos, artigos em jornais, programas audiovisuais, publicações científicas e de divulgação, etc. (Idem, p. 99-100)

Essas medidas, somadas, atingiriam a cifra de US\$ 5.674.864,00, a ser aproveitada em um período de cinco anos: US\$ 1.500.000,00 para a Argentina, US\$ 2.000.000,00 para o Brasil e US\$ 2.174.864,00 para o Paraguai. Além desse valor, que foi liberado aos países interessados, havia a previsão de doações voluntárias, bem como o uso de “alguns fundos do Programa Ordinário para atividades de assistência técnica tais como consultorias, formação de especialistas, equipamentos, etc.” (Idem, p. 96-98).

O valor alcançado era próximo daquele que imaginava o governo brasileiro obter junto a UNESCO. Conforme estimativas encomendadas em 1983, pela Fundação Nacional Pró-Memória, a realização de obras, pesquisas e ambientação das reduções de São Miguel das Missões, São Lourenço, São João Batista e São Nicolau teriam um custo de cerca de US\$ 1.730.000,00 (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Of. Nº 129/83, 1983). Ou seja, além de reconhecimento internacional, se estava diante, certamente, da busca por recursos, que, ao fim e ao cabo, se mostraram maiores do que aqueles esperados.

Além disso, ao que se pode verificar, as medidas encaminhadas por cada país não apresentaram maior comunicação entre si. Cuidavam-se, em síntese, de um apanhado de propostas a serem tomadas por cada Estado relativamente ao seu próprio conjunto missioneiro, sem uma maior preocupação com a eventual integração de tais propostas. Além disso, entre os objetivos e as medidas a serem tomadas em caráter “internacional” nota-se que não havia a previsão de integração do patrimônio existente em projetos efetivamente conjuntos. Mesmo as “atividades culturais” e de “promoção” constantes do “Plano de Ação”, como visto, apresentavam caráter genérico e não se prestavam para nada além do que a conscientização acerca da existência desse patrimônio.

Da mesma forma, os valores pleiteados pelo IPHAN, ao que se verifica, serviriam basicamente para a realização de prospecções arqueológicas e para a recuperação dos sítios de São Miguel, São Nicolau e (Idem). Considerando o “Plano de Ação”, firmado em 1981, não se falava na realização de atividades para integrar os sítios protegidos à vida das respectivas comunidades.



Figura 7: Capa da obra de Ramón Gutierrez, lançada no contexto da Campanha de Salvaguarda das Missões Jesuítico-Guaranis⁵⁷.

As medidas tomadas parecem ter repetido preocupações já há muito conhecidas, relacionadas à ação civilizatória jesuítica. Exemplificativamente, no contexto das atividades do projeto de Salvaguarda, foi lançada, no ano de 1987, a obra “As Missões Jesuíticas dos Guaranis”. Disponível em português, espanhol e francês, essa obra, assinada pelo arquiteto argentino Ramón Gutierrez, além de contar com a íntegra do “Plano de Ação” (1987, p. 89-109) apresenta o histórico

⁵⁷ Texto disponível em: <http://www.heritageanddevelopment.org/a.2.2.php>. Último acesso: 18/01/2015.

do processo de evangelização encaminhado pelos jesuítas na América e discute o processo de ocupação do território guarani. Feito isso, dedica-se Gutierrez a discorrer, longamente, acerca das peculiaridades da arquitetura missioneira e sobre o plano urbanístico geral dos 30 Povos, que, construídos entorno a uma grande praça e centralizados em frente a uma grande igreja, privilegiaria a vida comunal e a centralidade da religião no dia a dia. Conforme Gutierrez,

“Ao se concretizar, em fins do Século XVII, um novo modelo urbano configurado sobre a base pragmática da experiência jesuítica, é possível constatar a confluência dos modelos teóricos de Vitruvius, São Tomás de Aquino e as ‘Ordenanzas de Población’ (1573) no tocante à seleção das paragens e localizações às idéias estruturais de sacralização dos espaços urbanos presentes nas reduções franciscanas e jesuíticas.

Também teria vital importância a conformação de espaços onde estivessem vigentes as formas ideológicas do Barroco. Tal se vislumbra com clareza nas formas e uso da ‘Plaza’ e outros espaços públicos.

A estrutura urbana da missão jesuítica parte de um núcleo organizador configurado pela grande ‘Plaza’ à qual se tem acesso por uma avenida central que desemboca justamente no eixo de acesso à igreja”. (1987, p. 24).

Em síntese, a interpretação apresentada para fins de divulgação do patrimônio missionário seguia apresentando um caráter “tradicional”, centrado no elogio da arquitetura e da ação educacional e evangelizadora jesuítica. Cuida-se de uma análise relativamente acrítica do processo de ocupação do território americano pelos europeus, tendente a ver o projeto missionário como mais benigno do que outras formas de exploração da mão-de-obra indígena. Também segundo Gutierrez,

“Sempre que era assegurado o sustento ao indígena e sua família, que fosse gerado um excedente para comercialização permitindo o pagamento do tributo ao rei e que os povos guaranis fossem deixados à margem do regime opressor da ‘encomienda’, tornava-se possível converter a evangelização em objetivo central.

Assim, a planificação jesuítica tendeu, preferentemente, a dar resposta não só espiritual, mas também material às demandas, montando para isto uma dupla estrutura de produção interna e um sistema de comercialização externo [...]” (1987, p. 28).

Posta a questão para o exterior, no escopo da iniciativa da UNESCO, revelava-se importante o realce àqueles aspectos mais tradicionais que em 1983 levaram à inclusão de São Miguel como Patrimônio da Humanidade. Ou seja, permanecia presente certa ênfase na ideia da “ação civilizatória” jesuítica e na suposta originalidade da arquitetura reducional. Contudo, essa análise parece desconsiderar que teria cabido às ordens religiosas papel importante no processo de conquista, pretendendo a Coroa Espanhola “com as reduções inserir os guaranis no projeto colonial” (BURD, 2012, p. 25).

Essas são as linhas gerais da “Campanha de Salvaguarda”. Voltada para o exterior, o seu impacto teria se mostrado menor, quando em contraposição ao alcance do projeto “Missões 300 Anos”, que analisaremos a seguir. Além disso, apesar das afirmativas relativas aos esforços concertados entre Argentina, Brasil e Paraguai, esses se revelaram, em sua essência, de caráter nacional e não fugiram às linhas tradicionais fixadas na década de 1930 sobre os critérios para ativação desse conjunto cultural.

4.5. “Missões 300 Anos”: o lado nacional (e regional) das Missões Jesuítico-Guaranis

Além das contribuições da Secretaria na cena internacional, relativamente à iniciativa de Salvaguarda que antes abordamos, houve participação decisiva de seus agentes em outro projeto encaminhado ao longo do mesmo ano. Tratou-se do projeto “Missões: 300 Anos”, iniciado, no âmbito da organização, pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, da 10ª Direção Regional da SPHAN/FNPM, sediada em Porto Alegre (IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990).

O projeto surgiu ao longo do ano de 1987 e agregou “elementos das áreas de publicidade, administração, jornalismo, arquitetura e outras para pensar o evento” (NAGEL, 2015, p. 02). Como fundamento central da proposta, vinha a intenção de promover atividades e iniciativas que visassem à celebração do 300º aniversário de fundação das Missões Jesuítico-Guaranis da banda oriental do Rio

Uruguai (1787). Cuidava-se, em suma, de um conjunto de iniciativas que almejava celebrar os “Sete Povos das Missões”, ou seja, comemorar a fundação das reduções jesuíticas existentes em território nacional (Boletim SPHAN/FNPM, 1987, nº 38, p. 01-02).

Por mais paradoxal que isso pudesse parecer, comemorava-se, no âmbito nacional, um conjunto de bens que sabidamente fariam parte de um “todo” transnacional. E que, além disso, seria “patrimônio da humanidade”, e, também, de importante valor para a mitologia de fundação do Estado do Rio Grande do Sul. Como se regressando aos 1930, partia-se de um viés nacionalista de promoção das Missões Jesuítico-Guaranis. Essa era a tônica da principal matéria relativa às celebrações do 300º aniversário:

“Reunindo esforços e conhecimentos técnicos da 10ª Diretoria Regional do SPHAN/pró-memória, com sede em Porto Alegre (RS), e do Governo gaúcho, Missões 300 Anos demandou uma série de atividades visando a retomada da identidade histórico-cultural do sul do Brasil, anterior ao processo colonizador português na região. Para seu desenvolvimento, foi nomeada pelo Ministério da Cultura uma Comissão Executiva, com o objetivo de realizar um trabalho de difusão daquele Patrimônio tombado há 50 anos.

[...]

Grande parte da programação dos 300 Anos das Missões teve a Catedral de São Miguel, localizada no município de Santo Ângelo, como o principal referencial missioneiro – considerada a evidência material mais significativa das Missões. A Catedral foi desde o símbolo de selo comemorativo, que a exhibe de forma estilizada, até tema de um concurso de fotografias.

[...]

Todos os eventos desenvolveram-se com a conjugação de esforços da SPHAN/pró-memória, Governo do Estado, Prefeituras onde se localizam as reduções missioneiras – especialmente o município de Santo Ângelo – e a iniciativa privada, através da Lei Sarney. É importante também ressaltar a participação comunitária, face seu engajamento, fator determinante para o sucesso do projeto” (Idem, p. 02-03).

Da descrição acima vemos uma tentativa de associação entre vários referenciais, que apelam para a conexão entre a identidade nacional e as supostas especificidades da *identidade cultural do sul do Brasil*. Além disso, vê-se a ação de diversos agentes estatais, em diversos níveis, e em “parceria” com a iniciativa privada, para a ativação desse conjunto cultural. Celebrar, em bases nacionais, a multiplicidade “regional” de bens e expressões culturais da nação, no

entender da SPHAN/FNPM, era fundamental para garantir a “real independência” do país. Abraçava-se, em linhas gerais, a tese de Aloísio Magalhães segundo a qual “o principal objetivo de uma política cultural” era o de identificar e defender a “singularidade do ‘caráter’ nacional brasileiro” (GONÇALVES, 1996, p. 103). Era essa busca por autenticidade, centrada na ideia de diversidade, que asseguraria o desenvolvimento em bases autônomas, sem perda da “diversidade cultural brasileira”, que definiria a singularidade do país no plano internacional (Idem).

Foi em razão desse apelo nacionalista, e ao mesmo tempo “regional”, nos parece, que a iniciativa veio a obter o apoio do Ministério da Cultura. Em setembro daquele ano foi instalada a “Comissão Executiva” do projeto, responsável por gerir o projeto. Era ela presidida por Evelyn Berg loschpe, então Coordenadora Estadual de Museus (Idem), e por diversos nomes de setores acadêmicos e políticos. Posteriormente, em decorrência da continuidade de diversos projetos, bem como do “maior interesse internacional pelo tema”, a Comissão Executiva foi convertida, em 1989, por Decreto Estadual, na “Comissão Missões, de caráter permanente” (IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990, p. 06). A atuação da Comissão, portanto, prossegue relativamente a uma série de medidas, até pelo menos a década de 1990; contudo, considerando a proposta traçada nesta dissertação, nos limitaremos às principais atividades culturais ocorridas no ano de 1987, que marca o lançamento do projeto.

A ação do grupo centrava-se em duas linhas básicas: (i) “a difusão do fato histórico-cultural missioneiro” e (ii) a “implementação de projetos permanentes” em quatro áreas consideradas “primordiais”, quais sejam, os setores educacional, bibliográfico, museológico e turístico (IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990, p. 05). Assim, ao longo do ano de 1987 foram realizadas inúmeras atividades relacionadas a essa área, com o intuito de promover o patrimônio missioneiro. Conforme Nagel (2015),

“Inúmeros trabalhos foram realizados na área da educação, envolvendo a orientação de alunos da escola de São Miguel para atuarem como guias turísticos, a participação de professores na elaboração do material didático para ser distribuído nas escolas, encontro com professores e museólogos, do qual surgiu um Núcleo de Ações Didáticas composto por professores da Rede Estadual [...].

Todos esses trabalhos estiveram relacionados a uma proposta de educação patrimonial, cujo principal objetivo era envolver educadores, museólogos e a população regional através de estudos e conhecimento pelo contato com os referenciais concretos que ainda existem, assim como a divulgação e valorização da história das Missões, incentivando o respeito e o cuidado em relação ao patrimônio histórico (NAGEL, 1979, p. 277-296).

Além destes, outros importantes eventos ocorreram em São Miguel, tais como: apresentações musicais com recitais de música nativista e concertos de música clássica com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre-OSPA, abertos ao público em geral. Também aconteceram representações de peças teatrais, sessões de vídeos e cinema com filmes enfocando o assunto e tendo como tema as reduções guaraníticas. [...]” (NAGEL, 2015, p. 03).

Além dessas medidas no campo da educação, foram tomadas outras no campo da divulgação do patrimônio missioneiro. Dentre elas, foi criada uma logomarca distintiva do projeto, de autoria do publicitário Mário Narita, que passa também a ilustrar documentos oficiais.

Nela, vê-se “um ideograma da Igreja de São Miguel encimado pela chamada comemorativa ‘Missões 300 Anos’ e a identificação dos promotores, Ministério da Cultura/SPHAN/Fundação Pró-Memória e Governo do Estado do Rio Grande do Sul” (IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990, p. 18-19). Referido logotipo, ainda, “integrou o Selo Comemorativo utilizado por todos os órgãos oficiais do Governo do Estado pelo período de seis meses, e continuou a integrar o material de expediente e folheteria editada pela Comissão Missões” (Idem).

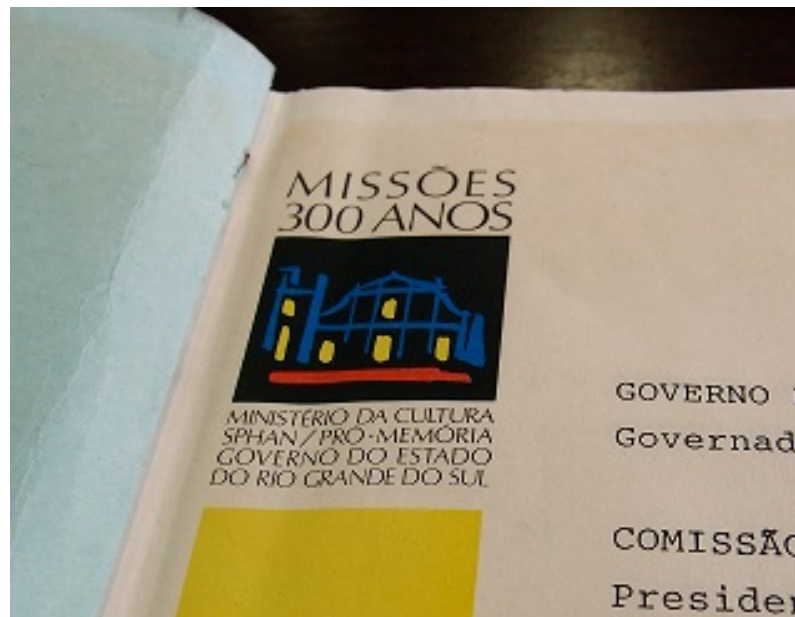


Imagem 8: Logomarca do “Projeto Missões: 300 Anos”, criado pelo publicitário Mário Narita⁵⁸.

Ora, esse projeto se cuidava de uma iniciativa efetivamente nova. Na linha proposta por Aloísio Magalhães, as Missões, a criação de uma logomarca representativa de São Miguel e dos Sete Povos das Missões era algo que bem cabia à ideia de promoção de “bens culturais”. Note-se, entretanto, que a marca identificadora era a redução situada em território brasileiro. Além disso, fazia-se menção expressa à comemoração do 300º aniversário da fundação das Missões localizadas em território nacional. Isto é, passava-se ao largo de qualquer intenção integradora, com a incorporação de elementos paraguaios e argentinos.

Além dessas atividades no campo educacional, é organizada no mesmo ano uma mostra fotográfica. Sob o título “Fragmentos Missioneiros”, ela reúne 60 fotos de autoria de Fernando Brentano, Leopoldo Plentz, Leonid Streliaev e Luiz Carlos Felizardo. Além dessas, contava a exposição com “sete fotografias antigas, em preto e branco, que registram o estado em que se encontrava a igreja de São Miguel das Missões e aspectos do início das obras de preservação, executadas entre 1925/1927” (IPHAE/POA – Comissão Missões, 1987).

⁵⁸ IPHAE/Missões, Relatório 1987-1990.

O objetivo da mostra, ainda conforme o folheto informativo, assinado pela Presidente da Comissão Executiva Evelyn Berg loschpe, era o de apresentar

“Uma pequena coleção de fotos antigas, fazendo o registro documental do monumento. Uma coleção de fotos contemporâneas [...] focalizando a Igreja de São Miguel, a estatutária missioneira e os remanescentes das Missões de São Nicolau e São Luiz Gonzaga. (Idem).

A partir desses registros, ainda segundo loschpe, almejava-se

“[...] contar várias histórias: a história da cultura Jesuítico-Guarani **neste pedaço do mundo que hoje é o Rio Grande do Sul**; a história da permanência de um bem material que, por sua vez, conta uma história; **a história da preservação de bens tombados**; a história vista por vários pares de olhos e artistas e tantas outras histórias quantas o espectador atento tiver olhos para enxergar”. (grifei; Idem).

Afora essa explanação elaborada pela Comissão Executiva, contava o folheto com um breve relato histórico das reduções existentes em território nacional. Sob o título “Os Sete Povos das Missões”, os quais vão reputados como “um dos conjuntos de arqueologia histórica mais importantes em terras brasileiras”, faz-se uma breve exposição sobre a história das reduções jesuíticas e sobre o povo de São Miguel, em especial (Idem).

A mostra, portanto, visava à celebração das ruínas declaradas Patrimônio da Humanidade e dos bens missioneiros situados no Brasil, e não necessariamente dos “Trinta Povos das Missões”. Ou seja, não estava em jogo a valorização de todo o conjunto guaraníco-jesuíta, em suas parcelas argentina e paraguaia. Embora fosse possível “contar várias histórias”, parece claro que contar a história da “cultura Jesuítico-Guarani neste pedaço do mundo que hoje é o Rio Grande do Sul” era prioritário. Por isso, inclusive, o destaque à “Igreja de São Miguel”.

Ainda no escopo das atividades do projeto, com o copatrocinio da Companhia loschpe de Participações é lançada uma exposição itinerante de artes visuais, denominada “Missões 300 Anos: A Visão do Artista”, que também é explicada em livro (1987). Apresentada entre os anos de 1987 e 1988, nas

idades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a exposição era composta por obras de artistas convidados a visitar São Miguel para representar a sua visão e entendimento acerca do local.

Segundo o curador do evento, Frederico Morais, “a história” era o tema dos artistas convidados (1987, p. 07). Desse modo, “A Visão do Artista” não seria uma exposição “*apenas* documental, mas uma proposta de recriação artística de um momento polêmico de nossa História” (grifo no original), contribuindo “para o aprofundamento e alargamento de **nossa consciência de nação**” (grifei; Idem).

Morais faz menção à “nossa história” e à “nossa consciência de nação”. Ao que parece, portanto, não está pensando em um contexto ampliado, das Missões vistas como um fenômeno “além-fronteiras”, mas sim no seu impacto para a história do Brasil. Por mais que pudessem sintetizar a realidade de uma região não necessariamente paraguaia, argentina ou brasileira, o seu marco de análise ainda é nacional. Mesmo para Aloísio Magalhães, como também pudemos observar, era a nação, e a necessidade de identificação dos elementos que a fariam o Brasil único, os marcos primordiais de sua análise. Não se partia de um viés “internacional” para o “nacional”, mas sim o inverso, da posição da cultura brasileira no mundo.

Nem mesmo o processo de redemocratização dos anos 1980-1990, e o fim dos contenciosos com a Argentina, parece ter contribuído para a alteração desse quadro. Pensando essa questão a partir do exposto por Andreas Huyssen, podemos afirmar que

“[...] é importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos. [...] Quaisquer que possam ser as diferenças entre a Alemanha do pós-Guerra e a África do Sul, a Argentina ou o Chile, **o lugar político das práticas de memória é ainda nacional e não pós-nacional ou global. [...] Quaisquer que possam ser as diferenças e especificidades locais das causas, elas sugerem que a globalização e a forte reavaliação do respectivo passado nacional, regional ou local deverão ser pensados juntos.** [...]” (grifei; HUYSSSEN, 2000, p. 17).

Não necessariamente se abandona, portanto, o “nacional”, em troca de outros referenciais supranacionais. No entanto, como vimos, adotam-se alguns

marcos “regionais”, relativos à ideia de valorização do que seria representativo da identidade do sul do país. Todos esses marcos identitários caminham juntos, mas aquele evocativo da nação parece ser o mais intenso. Aliás, mesmo em momento posterior, no contexto de estabelecimento do “MERCOSUL Cultural” (1996),

“[...] las nacionalidades tienen un papel protagónico, ya que en las mesas de diálogo y negociación los actores se definen en términos de nacionalidad. Es decir, la nacionalidad legitima la presencia, por lo tanto, se plantea la necesidad de producir un nuevo nosotros colectivo y de alcance regional. Pero no podemos establecer un principio de identidad sin, al mismo tiempo, establecer un principio de diferencia. Es decir, que primero deben identificarse para luego integrarse y definirse en una nueva identidad colectiva que no es superadora de la nacional sino que es complementaria” (VIVA, 2011, p. 163).

Ou seja, para integrar-se com outras nações, ao que parece, seria antes necessário inclusive constituir e *celebrar* a identidade nacional. O “nuevo nosotros colectivo”, como aponta Viva (2011), forma-se em contraponto a outros referenciais identitários. E, nesse processo, a “questão nacional” não desaparece, pelo contrário, parece adquirir mais relevância. Repisamos, inclusive, que uma das propostas da exposição “Visão do Artista” era justamente “alargar a nossa consciência de nação”, e não a abandonar, reinterpretar, etc.

Sobre o tema, ainda conforme Morais, o curador do evento,

“Reunidos durante vários dias em São Miguel, nove artistas brasileiros viram o que sobrou da antiga *redução*, observaram os efeitos da erosão do tempo e o trabalho de consolidação do edifício religioso pelos técnicos da SPHAN, viram as imagens de madeira policromada e restos de obras de cantaria no Museu das Missões, viram filmes, vídeos, documentação iconográfica, conversaram com arqueólogos e restauradores, filmaram e fotografaram, fizeram croquis, notas, discutiram as diferentes versões sobre o significado histórico e cultural das Missões, reexaminaram suas próprias convicções e, depois, exaustos, retornaram a seus ateliês para, no curto espaço de um mês, transformar tudo isso que viram nas obras que aqui estão expostas.

[...] Assim, o que primeiro “passa” nos trabalhos aqui expostos é uma presença *forte*, arrebatadora mesmo, uma sensação de que alguma coisa de extraordinário ocorreu em São Miguel. Mais do que isso, está impresso nas obras a certeza de que as ruínas são parte de um cenário mais amplo, que envolve conflitos e interesses de ordem política, econômica, religiosa e estética. [...]”. (grifei; Idem)

Mais uma vez podemos notar o impacto da novidade na iniciativa. Inúmeras obras artísticas já haviam sido produzidas tendo as Missões como tema, mas foi a primeira exposição artística especificamente organizada com o intuito de celebrá-la. Contudo, mesmo em se tratando de uma exposição artística, tópicos correntes, como “a nação” e a postura mais tradicional sobre o processo de ocupação do espaço missioneiro pareciam orientar o trabalho dos convidados.

Nesse sentido, ressaltamos que dos nove artistas, apenas um deles era estrangeiro (o argentino Jacques Bedel). Havia, ainda, um brasileiro que residia em Assunção (Lívio Abramo). Não se está dizendo, com isso, que a visão por eles advogada seria necessariamente “pró-Sete Povos”, mas é inegável que os seus referenciais eram aqueles tradicionais, evocativos das disputas entre Portugal e Espanha. Além disso, tiveram eles a oportunidade de visitar apenas São Miguel, sob a orientação da SPHAN/FNPM, o que somente servia para reforçar esse ponto de vista. Em vista disso, não puderam ao menos visualizar as reduções existentes em território argentino e paraguaio, de forma a extrair uma interpretação mais ampla sobre aquele conjunto cultural. Antes de “Missões 300 Anos”, a exposição era, em verdade, sobre São Miguel, e sobre a presença jesuítica no Rio Grande do Sul.

Em linhas gerais, portanto, podemos notar que, seja voltando-se para o âmbito externo, seja internamente, as políticas patrimoniais aplicadas pela Secretaria ainda privilegiavam narrativas construídas em torno do patrimônio missioneiro edificado em solo brasileiro. Em que pese se apresente, em diversos momentos, o discurso da integração com Paraguai e Argentina, esse parece se afigurar mais marcante no plano oficial do que nas práticas do dia a dia da instituição.

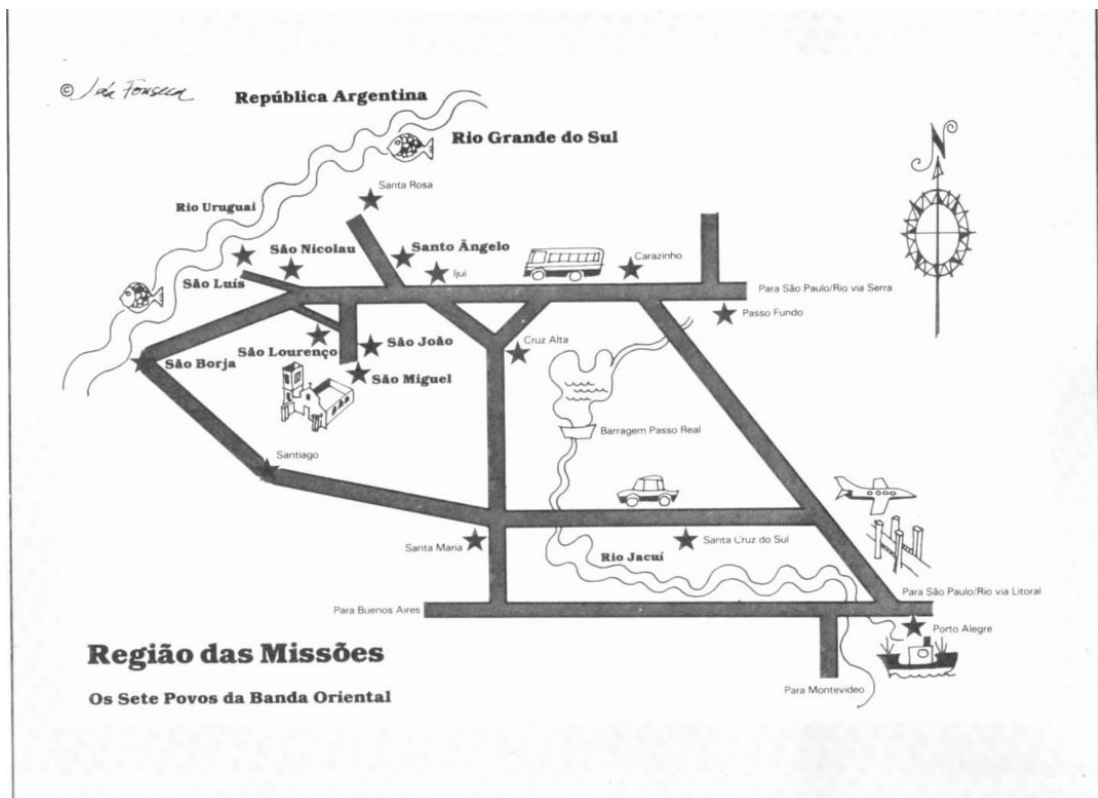


Imagem 9: Mapa ilustrativo da Região das Missões, produzido no contexto da iniciativa “Missões: 300 Anos”⁵⁹.

Possivelmente as representações construídas em torno do patrimônio missioneiro desde os anos 1930 fossem muito difíceis de serem desfeitas, ou repensadas em outras bases. Talvez, inclusive, nem sequer houvesse de fato interesse em restabelecê-las em novas bases. Como o mapa acima demonstra, o que se celebra em 1987 são os bens missioneiros existentes em território brasileiro, e não as Missões em seu conjunto. Essa postura, portanto, difere, ainda que parcialmente, do mapa da rota turística produzida em 1979, elaborado por uma representante brasileira, Nilza Roquete, mas em conjunto com Argentina e Paraguai (IPHAN/Rio – Subsérie Congresso, Informe Final/Anexo XII, 1979). Por outro lado, tratava-se de uma visão nacional com retoques regionais, na medida em que a iniciativa “Missões: 300 Anos” abria espaço para a valorização do patrimônio missioneiro como fundamental para a história do sul do Brasil.

Pode também ter contribuído para esse “rompante” nacionalista a inexistência, pelo menos naquele momento, de um organismo permanente, de

⁵⁹ Boletim SPHAN/FNPM, 1987, nº 38, p. 04.

caráter supranacional ou interestatal, responsável pela promoção da região. Afinal, os projetos de aproveitamento conjunto anteriormente havidos, embora estimulassem a troca de informações entre acadêmicos, profissionais da área da preservação, etc., não encaminharam propostas efetivas nesse sentido.

Possivelmente, ainda, o fato de dispor de um “Patrimônio da Humanidade” em território sul-rio-grandense tenha aberto possibilidades de desenvolvimento econômico que faziam desnecessária a reflexão mais aprofundada acerca da integração do ponto de vista cultural. O interesse despertado pelo sucesso da “universalização” de São Miguel teria aberto novas possibilidades de aproveitamento por parte de agentes locais (como empresas), que tornavam supérfluo o diálogo com dirigentes argentinos e paraguaios.

De toda sorte, o que fica da análise que procuramos fazer até o momento, relativamente aos três momentos estudados, é o da manutenção de uma “leitura de elite”, voltada para o nacional. Privilegiam-se a arquitetura, as disputas entre as Coroas de Espanha e Portugal e a qualidade da educação jesuítica. A figura do indígena, por sua vez, é constantemente negligenciada nos relatos oficiais e nos programas de promoção da região. A ideia da integração regional, por sua vez, embora pudesse parecer um objetivo mais palpável, em razão da aproximação Alfonsín-Sarney, na verdade ainda soava distante em termos culturais.

Conclusão

Ao longo deste trabalho pretendemos abordar algumas das estratégias de ativação patrimonial adotadas pelo IPHAN relativamente às Missões Jesuítico-Guaranis nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, nos propusemos a verificar se teria se feito presente, nos anos 1970 e 1980, a utilização das Missões como marco de um eventual projeto de integração regional. Mais precisamente, pretendemos analisar se houve, por parte do IPHAN, algum esforço no sentido de proceder à “ativação patrimonial” das ruínas missioneiras com vista à promoção de um conjunto de bens pretensamente comum aos países que, em 1991, vieram a criar o MERCOSUL. Isso tudo, como verificamos, em um período marcado por alterações na gestão do órgão, e também pela interação de diversos agentes igualmente interessados em fazer prevalecer a sua visão a respeito do patrimônio jesuítico-guarani.

Para tanto, no primeiro capítulo percorremos as políticas de preservação do IPHAN, enfocando-nos com especial atenção no período correspondente às décadas de 1970 e 1980 e às propostas de atualização do patrimônio histórico-cultural. Aqui, ainda, trouxemos algumas especificidades adotadas pela instituição relativamente aos bens missioneiros. Também aí, procuramos abordar algumas das dificuldades havidas na definição do patrimônio cultural e na mobilização das reduções jesuíticas em favor do processo integração. Com base nesses elementos, procedemos, então, à apreciação pormenorizada de três períodos de ativação dos “30 Povos das Missões” que poderiam sugerir esse aproveitamento além- nacional (1979; 1983-1984 e 1987).

Acreditamos que a análise do Circuito de Turismo Cultural, do processo de declaratória de alguns exemplares jesuítico-guaranis como patrimônio da humanidade e dos projetos de valorização de 1987 tenha sido relevante para a compreensão das práticas do IPHAN com relação aos bens missioneiros em um período em que, a princípio, haveria o “desabrochar” do processo integrador e da democratização. A sistematização do estudo desses conjuntos de iniciativas, nos

parece, foi importante para a identificação das potencialidades e das (muitas) limitações do discurso institucional.

Afinal, e já como uma primeira conclusão, verificamos que o IPHAN, por meio de seus agentes, de fato laborou para a promoção do patrimônio missioneiro de forma coordenada com Argentina e Paraguai. Projetos foram iniciados e desenvolvidos, campanhas internacionais foram lançadas, rotas turísticas comuns foram estabelecidas. Contudo, essas iniciativas estiveram longe de fomentar uma identidade supranacional. Tampouco foi efetiva, como vimos, a ideia de mobilizá-las para promover a integração cultural entre as nações que atualmente possuíam remanescentes missioneiros em seus territórios.

Com efeito, no que diz respeito às ações brasileiras, a ideia de “Sete Povos das Missões” fazia-se muito mais presente do que a promoção da “coleção” ampliada, abarcando reduções argentinas e paraguaias. Aliás, os diferentes momentos de tombamento como “Patrimônio da Humanidade” das reduções situadas no Brasil, na Argentina e no Paraguai bem revelam a prevalência desses interesses, mesmo em um fórum de discussão internacional como a UNESCO. Da mesma forma, as dificuldades em fixar um “Circuito Turístico Cultural”, bem como os festejos relativos aos “300 Anos das Missões” na banda oriental do Rio Uruguai também apontam mais para a “desunião” do que para um efetivo “congraçamento”.

Disputas sobre quais bens deveriam ser preservados, a incorporação de novos atores na definição do patrimônio jesuítico ou somente jesuítico e *guarani*, a hierarquização dos sítios a serem tombados, festejos que evocavam a região, ao mesmo tempo em que celebram o nacional, etc., são algumas circunstâncias que apontaram para essa “desunião”. Isto é, as justificativas para a ativação do patrimônio missioneiro seguiam fortemente arraigadas a fatores nacionais. Longe se estava, inclusive, de buscar a construção de uma identidade “complementária” à nacional, como propugnado por Viva (2011), ou de “patria común”, como sustentava Recondo (1989).

Em suma, apesar da aproximação econômica do país com os seus vizinhos, o Estado, por meio do IPHAN, seguiu como ator privilegiado na definição da identidade nacional. A sua atuação para a reformulação desses referenciais

identitários, à luz de referenciais “extranacionais”, parece ter sido mínima. Mesmo no âmbito da UNESCO, por exemplo, a atuação do Brasil se dava muito mais no sentido de valorizar “a posição da cultura *brasileira* em relação ao mundo” (IPHAN-POA/Recortes de Jornais; Correio do Povo, 22/08/1982, p.16) do que propriamente visando à promoção do “universalismo” de certos bens culturais.

Também com relação à atuação brasileira junto àquele órgão, relembramos que os Centros Históricos de Ouro Preto (1980) e de Olinda (1982) foram os primeiros a ter encampada a tese de sua preservação como “Patrimônio da Humanidade”. Não à toa, aliás, haviam sido também algumas das primeiras localidades a serem reputadas como marcos de uma “memória” nacional oficial, ancorada na colonização portuguesa e na arquitetura barroca. Em 1985, por sua vez, ocorreram as declaratórias do Centro Histórico de Salvador e do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, e, em 1987, de Brasília. Todas essas localidades cuja preservação também remetia a um patrimônio edificado representativo da nação brasileira.

Essas constatações podem nos levar a uma segunda conclusão: os processos de promoção das ruínas jesuíticas parecem ter sido um “ponto fora da curva” da linha interpretativa de definição identidade “brasileira”. Com efeito, desde os anos 1930 as ruínas em questão eram tratadas pelo órgão oficial de preservação do patrimônio como referenciais, basicamente, da cultura hispânica. Invocavam aquilo “que é hoje invisível [...] uma história que cruza tempos e lugares marcados pela guerra, na Ibéria de além-mar e no sul da América do Sul” (PESAVENTO, 2007, p. 57). Isto é, São Miguel e os outros seis povos situados no Rio Grande do Sul seriam frutos da rivalidade, marcas daquilo que o “inimigo” deixou no que viria a se tornar o Brasil.

E por isso também, a nosso ver, a dificuldade de aproveitá-las como marco do projeto integrador. A matriz lusa e barroca traçada pelo IPHAN parece ter contribuído para o distanciamento do Brasil de seus vizinhos. Conseqüentemente, se difícil associar as Missões Jesuítico-Guaranis à “história nacional”, mais penoso ainda seria vinculá-las a critérios identitários supranacionais ou complementares ao nacional. Pelo menos com relação à atuação do IPHAN, a evocação do patrimônio missionário como marco da

pretendida aproximação com os países que vieram a formar o MERCOSUL, é algo que não parece ter encontrado a necessária “ressonância” (GONÇALVES, 2005).

Com efeito, a leitura proposta para São Miguel, por exemplo, concentrava-se na sua valorização “como conjunto arquitetônico” (COSTA, 1937, p. 37). A sua inscrição como bem a ser protegido, relembramos, dera-se no Livro Tombo das Belas Artes (IPHAN, 1938, Processo 141-T-38), e não no Livro Tombo Histórico. Como também pudemos observar, nem mesmo as inovações conceituais introduzidas nos anos 1970-1980 afastaram de maneira sólida essas concepções. São Miguel e de outras reduções, dos critérios formulados pelo IPHAN para a elaboração da identidade nacionais permaneciam relativamente fiéis a narrativas que se faziam presentes desde os anos 1930.

Em uma terceira conclusão, pudemos verificar como essas circunstâncias tiveram impacto sobre períodos distintos de ativação dos bens missioneiros que nos propusemos a analisar. Afinal, neles notava-se a constância das referências ao labor dos jesuítas e à singularidade de seu sistema reducional, além da beleza arquitetônica de São Miguel. Essa ênfase em caracteres artísticos e educacionais não parece ter sido suficiente para a formação de uma “comunidade imaginada”, nos termos propostos por Anderson (2008), para além das fronteiras nacionais brasileiras.

Talvez, em verdade, isso nem tenha sido o propósito do IPHAN. Pelo contrário, como já referimos, ainda em 1987 celebrava-se os trezentos anos da existência de reduções jesuíticas na banda oriental do Rio Uruguai. Os remanescentes existentes do outro lado restavam obscurecidos por uma leitura que parecia reduzir as reduções existentes na Argentina e no Paraguai a acessórios. A Catedral de São Miguel, inclusive, seguia sendo propagandeada pelo órgão oficial de preservação “como o principal referencial missioneiro” e “a evidência material mais significativa das Missões” (Boletim SPHAN/FNPM, 1987, nº 38, p. 02).

Nas lutas existentes em torno da representação desse conjunto cultural, o caráter identitário nacional, nos anos 1970-1980, ainda parecia muito vivo. E mesmo atualmente, como referimos no início desta Conclusão, permanecem os

Estados como protagonistas do processo de dizer o que é ou não patrimônio. Nesse sentido, para o êxito de um empreendimento como o da integração cultural, as Missões Jesuítico-Guaranis deveriam ser tidas não exatamente como paraguaias, brasileiras ou argentinas, ou mesmo gaúchas, mas como algo “diferente”. Ou seja, para ir “além da História-Pátria”, no sentido proposto por Williams (2012), caberia ao IPHAN fugir da lógica fundacional que lastreara as suas práticas nos anos 1930-1940. Contudo, esse viés fundacional não parece ter sido completamente abandonado no período sobre o qual nos debruçamos, e tampouco parece estar em vias de acabar, no momento em concluímos este trabalho (2016). As dificuldades enfrentadas pelo MERCOSUL nos campos econômico, político e cultural, a nosso ver, são emblemáticas da permanência dos discursos nacionais.

Para ir além do nacional, mais do que alcançar uma síntese, ou outro “mito de fundação”, poderia o IPHAN ter dado ênfase ao caráter plural e complexo do fenômeno missioneiro. Quer dizer, as Missões Jesuítico-Guaranis são atravessadas por uma série de discursos, construídos, ou não, em bases nacionais, e seria essa a pluralidade a ser buscada. Nesse sentido, os discursos nacionalistas produzidos pelo referido órgão ao longo dos anos 1930-40 seriam incapazes de abarcar tal caráter mais amplo.

Como uma quarta conclusão, podemos afirmar que as narrativas estabelecidas pelo IPHAN não eram unívocas. Notamos isso a partir das tensões existentes na apropriação do patrimônio missioneiro pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por agentes municipais e também por movimentos sociais. Em especial com relação aos últimos, percebemos como um mesmo “processo histórico” poderia engendrar narrativas acerca da “ação civilizatória jesuítica” e também da “resistência guarani ao colonizador”. Eram diversos os grupos interessados em “dizer” o que seriam as Missões Jesuítico-Guaranis.

A partir dessas conclusões, acreditamos ser também importante colocar algumas questões para o debate futuro. Inicialmente, nos parece possível buscar compreender o surgimento de tais discursos que tomam o patrimônio missioneiro como referencial de resistência. Afinal, se os anos 1970 e 1980 trouxeram o “universalismo” de São Miguel, também representaram décadas importantes na

luta pela posse da terra e pelo direito dos povos indígenas. Tomando as palavras de Françoise Choay (2011),

“É necessário pontuar, dentre nossas estratégias de resistência à normalização planetária, o papel das associações locais de cidadãos e de todas as estruturas administrativas locais abertas à participação de seus administrados. Pois, hoje, é a escalas locais, pela adição e a confrontação de tomadas de consciência individuais, que poderá de novo ser afirmada a necessária **reivindicação da diferença, marca da identidade**. [...] É reaprendendo a inscrever as problemáticas sociais do presente à escala e na base de uma herança local (natural e edificada) **que serão inventadas as novas entidades espaciais para, sobre a fundação destas, reencontrar-se e continuar a enriquecer a hierarquia das identidades regionais, nacionais, europeias**. [...]” (grifei; CHOAY, 2011, p. 41).

Françoise Choay, embora abordando o contexto europeu, falava de sua preocupação para que o patrimônio edificado e natural não fosse utilizado para fins exclusivamente mercantis (Idem, p. 36). Para ela, a ação da UNESCO teria sido particularmente nociva nesse sentido, prejudicando visitantes e os próprios sítios elevados à categoria de Patrimônio da Humanidade, invadidos por amplas obras de infraestrutura hoteleira (Idem, p. 37).

E, de fato, no período sobre o qual nos debruçamos, havia a ênfase no potencial de desenvolvimento econômico da Região das Missões. Essa demanda, a toda evidência, mostrava-se legítima, mas não é concebível que fosse a única problemática a ser enfrentada pelo IPHAN. Causou estranheza, por exemplo, a pouca presença do elemento indígena no trato da questão missioneira ao longo do período analisado, mesmo em tempos de “universalização” do patrimônio. Embora Missões Jesuítico-*Guaranis*, o adjetivo *guarani* se fez muito pouco presente nas políticas de promoção da região naquele período.

Como outra proposta de análise futura, e transportando a observação da autora para o patrimônio missioneiro, seria possível também aprofundar o estudo acerca daqueles indivíduos e grupos diretamente afetados pelas políticas do IPHAN. Parece-nos que entidades locais, sindicatos, moradores das localidades detentoras de resquícios missioneiros, etc., também tiveram algum papel no processo de dizer o que é o “patrimônio missioneiro” e qual seria o seu significado atual. A partir do nível local talvez fosse possível identificar novas

narrativas capazes de dar essa visão ampliada do fato histórico missioneiro, em suas diversas nuances.

Essas narrativas, ainda, poderiam ser enriquecidas considerando os pontos de vista de nossos vizinhos argentinos e paraguaios. Com isso, conseqüentemente, se estaria também valorizando o próprio projeto integrador a partir de seu aspecto cultural, marcado pela diferença, mais do que pela homogeneidade. Pode ser aprofundada, também, a temática relativa ao “uso” do patrimônio histórico-cultural pelo meio empresarial, na medida em que isso parece refletir a construção e o reforço de certas representações, especialmente no âmbito regional.

Além disso, no contexto das relações políticas latino-americanas, entendemos possível aprofundar, em estudos futuros, cada um dos períodos que ora estudamos. Relembramos que o nosso recorte temporal atravessa um período marcado por regimes autoritários. Por sua vez, por alguma razão, tal autoritarismo veio acompanhado, especialmente nos anos 1980, de um discurso economicamente liberalizante. De que forma, portanto, as políticas culturais, e a cooperação entre Argentina, Brasil e Paraguai, serviu para ocultar problemáticas internas, relativas, por exemplo, às perseguições políticas? E quanto o discurso da integração fazia-se presente mais no sentido de flexibilizar fatores econômicos do que propriamente aproximar nações diversas?

Por sua vez, em especial no atual contexto de desestabilização do MERCOSUL e de mudança no nosso cenário político, este trabalho também pode levar a futuras reflexões sobre os projetos integradores em curso. Verificamos que se pode falar na montagem, ao longo dos anos 1979-1987, de um processo de integração cultural com enfoque no patrimônio Jesuítico-Guarani. No entanto, tratamos de uma integração incompleta, que ainda está se fazendo e, ao que parece, está longe de ser concluída. Afinal, fatores nacionais orientavam sobremaneira as práticas de preservação adotadas pelo IPHAN no período, ocultando a diversidade da história guarani-jesuítica.

Esperamos, assim, ter contribuído para a problematização da temática do patrimônio histórico-cultural missioneiro, em um período de transição da Ditadura para a Nova República, e de valorização de iniciativas de integração

regional. Acreditamos que, apesar dos discursos que tenderam a tomar o processo histórico reducional “supranacional”, foi ele afetado, sim, por leituras e interpretações de caráter nacional. Nessas “lutas de representação” fazia-se fortemente presente a questão da valorização dos bens localizados em território brasileiro, e a posição da cultura nacional frente a outras. A “História-Pátria”, portanto, ainda que reinterpretada, seguia forte no período sobre o qual nos debruçamos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Leila Biachi e CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas**. In: **Revista Antíteses**. Londrina: Volume VII, nº 14, jul/dez, p. 68-94, 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes Históricas** (Org.: PINSKY, Carla. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 23-80.

BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Campo de Goytacazes/RJ: PPG em Sociologia Política da UFNF, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BAUER, Letícia Brandt. **O arquiteto e o zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória. São Miguel das Missões (1937-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAND, Antônio. **Cimi: 40 anos em defesa dos povos indígenas**. Entrevista (26/05/2012). São Leopoldo/RS: Entrevista concedida à Revista IHU Online. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509296-cimi-40-anos-em-defesa-dos-povos-indigenas-entrevista-especial-com-antonio-brand>. Acesso: 19 fev. 2015.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: representações do passado missionário no Rio Grande do Sul. O mito de Sepé Tiaraju In: **Revista Antropológicas**. Recife: Ano 11, Volume 18 (2), p. 215-236, 2007.

BURD, Rafael. **De Alferes a Corregedor: a trajetória de Sepé Tiaraju durante a demarcação de limites na América Meridional – 1752/1761**. Dissertação

(Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. In: **Revista Escritos – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ano 7, nº 07, p. 323-345, 2013.

CANCLINI, Nestor García. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: nº 23, p. 95-115, 1994.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil – Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2ª edição, 2009.

CASTELLI, María Erminda. Las Misiones Jesuíticas – Joya del Patrimonio Cultural Nacional y Latinoamericano. In: **Signos Universitários**. Buenos Aires: Volume 3, nº 06, 1981, p. 50-56. Disponível em: <http://p3.usal.edu.ar/index.php/signos/article/view/1801/2254>. Acesso: 25 abr. 2015.

CECHIN, Antonio. São Sepé Tiaraju: Utopia e Profecia. In: **Sepé Tiaraju, 250 Anos Depois (Org.: Comitê Organizador do Ano Sepé Tiaraju)**. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. A República Guarani de Clóvis Lugon. In: **Revista do IHU Online**. São Leopoldo/RS, Ano X, nº 332, 07/06/2010. Texto disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3281&secao=332. Último acesso: 19 fev. 2015.

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina – Volume II**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

_____. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 3ª Edição, 2008.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. In: **Estudos Avançados**. São Paulo/RS: nº 11 (5), p. 173-191, 1991.

_____. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2ª Edição, 2002.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: nº 34, p. 147-164, 2011.

CONTI, Alfredo. **La Construcción del concepto de patrimonio em Argentina entre 1910 y 1940**. Buenos Aires: Anales LINTA, setembro, de 2009. Texto disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/29088/Documento_completo_.pdf?sequence=1. Último acesso: 26 mar. 2015.

CORRÊA, Luís Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; DE CASTRO, S. N.. **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990). Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2a ed., p. 467-499, 2006.

CRAVINO, S. González. Globalización, integración y cohesión social. In: **Revista de Direito do MERCOSUL** (Org.: ESTOUP, Luis Alejandro). Buenos Aires: La Ley Sociedad Anónima Editora e Impressora, Ano 4, nº 01, p. 77-86, 2000.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato e STELLO, Vladimir Fernando. Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil. In: **Apuntes: Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural**. Bogotá, Volume 20, nº 01, jan/jun, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-97632007000100009&script=sci_arttext#n_16. Acesso em: 12 jan. 2015.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. O Brasil no Mundo. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010 – Volume 5: Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010)** (Direção: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Coordenação: REIS, Daniel Aarão). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, p. 127-182, 2014.

DA SILVA, Roberto Sabino. **Litígios Patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST, 2012.

_____. As Disputas pela Representação do Patrimônio Nacional (1967-1984). In: **Anais do III Seminário Internacional de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa**. Anais (Online). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf>. Acesso: 24 abr. 2015.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim SPHAN/FNPM: um espaço de comunicação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do

Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 13ª edição, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**. São Paulo: IPEA, Número 02, p. 111-120, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bps_02.pdf. Acesso: 24 abr. 2015.

_____. Para além da pedra de cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

_____. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRH/MinC-IPHAN, 2ª Edição, 1997.

FREITAS, Décio. **O Socialismo Missioneiro**. Porto Alegre/RS: Editora Movimento, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

GOMES, Zimmer de Souza Bom. O papel do Presidente Figueiredo (1979-1985) nas Relações Brasil-Argentina. In: **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**. Curitiba: n. 20, v. 1, p. 96-122, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-IPHAN, 1996.

_____. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as Culturas como Patrimônio**. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Ano 11, nº 23, jan/jun, p.15-36, 2005.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: n.24, p.68-75, 1996.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 11ª Edição, 2006. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/identidadeculturalhall.doc. Acesso em: 05 dez. 2014.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000.

JACKS, Nilda. **Mídia Nativa: indústria cultural e cultura regional**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/jacks-nilda-midia-nativa.pdf>. Último acesso: 12 mai. 2016.

LESSA, Mônica Leite. MERCOSUL Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. In: **Mural Internacional**. Rio de Janeiro. Ano I, nº 02, p. 50-58, 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923>. Acesso: 24 abr. 2015.

LEWGOY, Bernardo. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. In: **Cadernos de Campo**. São Paulo: USP, nº 5-6, p. 01-23, 1996.

LUGON, Clovis. Prefácio Histórico (1978). In: **Sepé Tiaraju: Romance dos Sete Povos das Missões**. Porto Alegre/RS: Editora AGE, 6ª Edição, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A Trajetória do IPHAN nas Missões. In: **Fronteiras do Mundo Ibérico: Patrimônio, Território e Memória nas Missões** (Orgs. MEIRA, Ana Lúcia Goelzer e PESAVENTO, Sandra Jatahy). Porto Alegre: Editora da UFRGS/IPHAN, 2007.

NAGEL, Liane Maria. **Festas, arte memória e história: um estudo das comemorações e da exposição de arte relacionada aos 300 anos das reduções missioneiras de São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, remanescentes arquitetônicos dos Trinta Povos guarani jesuíticos**. In XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis: UFSC/UDESC/ANPUH, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427746054_ARQUIVO_inscricaoXXVIII_SimpósioNacionaldeHistoriaANPUH2015.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio – Um Guia**. São Paulo: FGV, 2008.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo – A diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1ª edição, 1992, e 2ª Edição, 2006.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: v. 28, n. 3, setembro/dezembro, p. 609-633, 2013.

PARCHEN, Rosina Coeli Alice. Atuação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) na Preservação do Patrimônio Cultural. In.: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (Volume I)** (Coord.: SUTTI, Weber). Brasília: IPHAN, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre: volume 14, nº 02, p. 383-396, 1993. Disponível em: revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1617/1985. Último acesso: 12 mai. 2016.

_____. Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória. In: **Fronteiras do Mundo Ibérico: Patrimônio, Território e Memória nas Missões**. (Org. MEIRA, Ana Lúcia Goelzer e PESAVENTO, Sandra Jatahy). Porto Alegre: Editora da UFRGS/IPHAN, 2007.

PESSÔA, José. Introdução: o que convém preservar. In: **Lúcio Costa: Documentos de Trabalho** (Org.: José Pessôa). Rio de Janeiro: IPHAN, 2ª Edição, 2004.

PINTO, Muriel. As Micro-Identidades da Região das Missões Jesuíticas-Guarani através da interpretação das paisagens culturais: uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. In: **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo: v. 14, p. 124-150, 2012.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. In: **Enciclopédia Einaudi – Volume I - Memória – História**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86, 1984.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel S/A, 1997.

RECONDO, Gregório. **La integración cultural latinoamericana: entre el mito y la utopia**. In: **Revista Integración Latinoamericana**. Set/out 1989, p. 36-52. Disponível em: http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/ObrasDigitalizadas.aspx?&sub_base=INTEG.LATAM.&clase=R&search=SI&auto=GregórioRecondo&auto_tipo=or&orden=1. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. El MERCOSUR y la Cultura. In: **La Integración cultural en el MERCOSUR y en Iberoamérica**. Buenos Aires: 1995, p. 23-41. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/33755/Recondo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2015.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural** (Orgs.: _____). Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015 (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Laura María. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2010.

SMITH, Anthony D. **La Identidad Nacional**. Madri: Trama Editorial, 1997.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 51/1, p. 53-69, 2008.

SOPHIA, Daniela Carvalho. As Políticas de Preservação do Patrimônio na Arena Federal sob a Gestão de Renato Soeiro (1967-1979). In: **Coleção MAST: 30 Anos de Pesquisa** (Org.: GRANATO, Marcus). Rio de Janeiro: v.1, p. 317-338, 2015.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002.

URIBARREN, Maria Sabina. **A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2008.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. Os itinerários do MERCOSUL Cultural: Dilemas para a Territorialização das Missões Jesuíticas-Guaranis. In: **Revista Cadernos PROLAM/USP**. São Paulo: PPG em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, Ano 11, v. 2. p. 9-20, 2012.

VIVA, Julieta. MERCOSUR Cultural. In: **Pampa**. Santa Fé: 2011, p. 159-169. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/PAMPA/article/viewFile/3195/4748>. Último acesso: 24 abr. 2015.

VIZENTINI, Paulo G.F. Dez Anos do Mercosul: a crise da integração e o desafio da ALCA. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: volume 29, nº 01, p. 9-29, 2001. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1282/1648>. Último acesso: 12 mai. 2016.

WILLIAMS, Daryle. **Além da História-Pátria – As Missões Jesuítico-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e Outras Histórias**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília/DF: nº 34, p. 281-301, 2012.

WORTMAN, Ana. Vaivenes del campo intelectual político cultural en la Argentina. In: **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder** (Org.: Daniel Mato). Caracas: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/wortman.doc>. Acesso em: 26 mar. 2015.

ZANCHETI, Sílvio Mendes e HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. In: **Textos para discussão –**

Série 2 – Gestão de Restauro. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, v. 57, p. 02-15, 2014.

Fontes Consultadas

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

Como fazer a cultura dar lucro. **Zero Hora**. Porto Alegre: 29 abr. 1982, p. 35. Porto Alegre: IPHAE/Jornais.

KOLECZA, Carlos Alberto. [...] sobra, mas pouco adianta. **Zero Hora**. Porto Alegre: 08 mai.2015. IPHAN-POA/Recortes de Jornais.

Marcos Villaça: Missões, monumento da Humanidade. **Correio do Povo**. Porto Alegre: 22 ago.1982, p. 16. Porto Alegre: IPHAE/Jornais.

O MEC na CPI do patrimônio. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 24/04/1981, p. 36. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1981/04/24/21/>. Acesso em: 08 mai. 2015.

SPECHT, Patrícia. Índios guaranis voltam para redução jesuítica. **Zero Hora**. Porto Alegre: 02 abr. 1997, p. 46. Porto Alegre: IPHAN-POA/Recortes de Jornais.

LEGISLAÇÃO, DECLARATÓRIAS INTERNACIONAIS E TRATADOS

REPÚBLICA ARGENTINA. **LEY Nº 12.665/1940**. Buenos Aires: 08/10/1940. Disponível em: <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/23121/norma.htm>. Acesso em: 01 mai. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Declaração do Iguçu**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1985. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/?p=532>. Acesso: 08 mai.2015.

Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai (Tratado de Assunção). Assunção: 26/03/1991. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf. Acesso em: 12 out. 2014.

MERCOSUL

Ata do I Encontro de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do MERCOSUL. Disponível em: [http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/49BDF1DCFB5D6FF683257E3F004713F0/\\$File/REC_1992_ACT A01_ES.pdf](http://gd.mercosur.int/SAM%5CGestDoc%5Cpubweb.nsf/49BDF1DCFB5D6FF683257E3F004713F0/$File/REC_1992_ACT A01_ES.pdf). Acesso em: 08 mai. 2015.

Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto). Ouro Preto: 17/12/1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm. Acesso em: 01/05/2016.

_____. **Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL.** Fortaleza: 17/12/1996. Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Prot%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_At%C3%A1%2096.pdf. Acesso em: 12 dez. 2014.

IPHAN

BOLETINS E REVISTAS

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1980, nº 04, mar/abr.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1980, nº 07, jul/ago.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1981, nº 10, jan/fev.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1981, nº 13, jul/ago.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1981, nº 15, nov/dez.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1982, nº 17, mar/abr.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1983, nº 24, mai/jun.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1983, nº 27, nov/dez.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1984, nº 29, mar/abr.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1984, nº 32, nov/dez.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1987, nº 38, nov/dez.

Boletim SPHAN/FNPM. Rio de Janeiro: 1988, nº 39, jan/fev.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955, nº 12.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, nº 13.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959, nº 14.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961, nº 15.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1968, nº 16.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969, nº 17.

PASTAS IPHAE/POA

COMISSÃO MISSÃO 300 ANOS. IPHAE/POA – Comissão Missões. **Fragments Missioneiros.** Folheto elaborado para exposição fotográfica homônima.

IPHAN. **Comissão Missões: Relatório 1987-1990.** Porto Alegre: IPHAE/POA – Comissão Missões.

PASTAS IPHAN/POA

Carta de Ana à “Queridinha”. s/d. Porto Alegre: Pastas IPHAN/POA – Área Técnica: Remanescentes de São Miguel.

Carta de Maria Luz de Carvalho a Renato Soeiro. 16 abr. 1977. Porto Alegre: Pastas IPHAN/POA – Área Técnica/Remanescentes de São Miguel.

IPHAN/POA. **Ofício nº 869 de Renato Soeiro ao Diretor do 4º Distrito do SPHAN de 04/05/1977.** Porto Alegre: IPHAN/POA – Área Técnica/Remanescentes do Povo de São Miguel.

PASTAS SUBSÉRIES CONGRESSO.

ATENCIO, Lautario Nuñez. **Los aportes de Chile al Circuito Jesuítico. Breve analisis de los recursos generales sobre monumentos históricos dentro de los marcos de un nuevo concepto de turismo cultural.** Santiago de Chile: maio de 1972. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

COMISIÓN NACIONAL ARGENTINA DE COOPERACIÓN CON LA UNESCO. **Reunion Técnica Tripartita sobre la Preservación de las Ruinas de Las Misiones Jesuíticas Guaraníes – Borrador Plan de Acción.** Posadas: 4-6 nov.1981. IPHAN/Rio- Subsérie Congresso nº 0009_P0045.

COMISIÓN NACIONAL PARAGUAYA DE LA UNESCO. **Informe Final. Reunión para adoptar un Plan Común de Restauración y Puesta en Valor del Patrimonio Cultural de las Misiones Jesuíticas y establecer un Circuito de Turismo Cultural.** Assunção: 9-14 set. 1974. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Informe Final. Reunión Subregional de Turismo Cultural de las Misiones Jesuíticas.** Assunção: 22-26 out.1979. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0045.

IBECC. Relatório do Seminário Sub-regional sobre “O Circuito das Missões Jesuíticas e a possibilidade de conservar os monumentos e as tradições da região e de estabelecer um projeto de Turismo Cultural”, organizado pela Comissão Nacional do Paraguai. Assunção: 29 mai. 1972. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Ofício EM/GM/Nº 005 de 24 de janeiro de 1978 assinado por Ângelo Calmon de Sá. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACIÓN DE ARGENTINA. CC/343/3 de Juan Rafael Llerena Amadeo ao Presidente do IBECC. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0045.

IPHAN. Ct. Nº 46 de Augusto C. da Silva Telles ao Secretario Permanente da Comisión Nacional Paraguaya de Cooperación con la UNESCO. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Documento de Trabalho referente às Missões Jesuíticas, no território brasileiro, elaborada para a Reunião de Posadas.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0045.

_____. **Propuesta de la Delegación de la República Oriental del Uruguay.** Assunção: 1972. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Of. Nº 1.433 de 7 de maio de 1976 de Renato Soeiro a Bolívar Madruga Duarte.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Of. Nº 1.433 de 7 de maio de 1976 de Renato Soeiro a Bolívar Madruga Duarte.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Of. Nº 3.581 de 27 de outubro de 1976 de Renato Soeiro ao Ministro da Educação e Cultura.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Of. Nº 555 de 6 de março de 1979 de Renato Soeiro ao Ministro da Educação e Cultura.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0044.

_____. **Of. Nº 129/83/10ª RR de 05 de setembro de 1983 de J.N.B. Curtis a Henrique Oswaldo de Andrade.** IPHAN/Rio-Subsérie Congresso nº 0009_P0046.

_____. **Of Sec/CTI N° 61/1983 de Henrique Osvaldo de Andrade a José Marcus Vinícius de Souza.** IPHAN-Subsérie Congresso n° 0009_P0045.

_____. **Recomendações Propostas pela Delegação do Brasil.** Assunção: 1972. IPHAN/Rio-Subsérie Congresso n° 0009_P0044.

PASTAS SUBSÉRIES UNESCO

IBECC. A UNESCO e o Patrimônio Histórico Brasileiro. In: **Correio do IBECC.** Rio de Janeiro: IBECC, n° 45, p. 07-08, 1969. IPHAN/Rio-Subsérie UNESCO II n° 0059_P.0190

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Fundação Nacional Pró-Memória. **E Triunfo? A questão dos Bens Culturais no Brasil.** Org.: Joaquim Falcão. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

_____. **Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras.** Rio de Janeiro/RJ: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lúcio Costa: Documentos de Trabalho.** Org.: José Pessoa. Rio de Janeiro/RJ: IPHAN, 2ª Edição, 2004.

Projeto Cultural Iochpe e Comissão Missões 300 Anos. **Missões 300 Anos: A visão do artista.** Org.: Frederico Morais. São Paulo: Prêmio Editorial Ltda., 1987.

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma trajetória. In: **Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília: n° 31, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>. Acesso em: 08 mai.2015.

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

PROCESSOS DE TOMBAMENTO

Processo n° 141-T-83 (Coleção Etnográfica, arqueológica, histórica e artística existente no Museu Júlio de Castilhos; Ruínas de São Miguel; Forte de Caçapava). Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN, 1937/38.

Processo nº 813-T-1969 (Ruínas dos Povos de São Lourenço, São Nicolau, Município de São Luiz Gonzaga e Ruínas de São João, Município de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul). Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN, 1968.

Processo nº 1.076-T-83 (Conjunto de 10 imagens existentes na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, provenientes da antiga Igreja do Povo Missioneiro). Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN, 1983.

UNESCO/ICOMOS

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso: 08 mai.2015.

GUTIERREZ, Ramón. **As Missões Jesuíticas dos Guaranis.** Rio de Janeiro: UNESCO-SPHAN/FNPM, 1987.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation No. 275 and 291.** Paris: 1983 e 1984. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/275/documents/>. Acesso em: 28 jul. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Formulário de Proposta de Inscrição.** Brasília: 16 dez.1982. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20MISSOES%20Sao%20Miguel%20rev%20js%20janeiro%202014_pt.pdf. Acesso em: 28 jul.2014.

PARENT, Michel. Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du development touristique et économique. Paris: 1968. In: **As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent** (Org.: LEAL, Cláudia Feierband Baeta). Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

UNESCO. Campanha internacional em favor da preservação e da restauração das Missões Jesuítico-Guaranis. In: GUTIERREZ, Ramon. **As Missões Jesuíticas dos Guaranis.** Rio de Janeiro: UNESCO-SPHAN/FNPM, 1987.

_____. **Report of the Rapporteur on the World Heritage Committee Fifth Session.** Sydney: 26-30/10/1981. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/repcom_81.htm#145. Acesso em: 08 mai.2015.

_____. **Resolução nº 4/7.6/6 da Conferência Geral da UNESCO.** Paris: 1978. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114032E.pdf>. Acesso em: 08 mai.2015

_____. **Resolução nº 114 EX/18 de 24 de março de 1982.** Paris: 1982. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000492/049205eo.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2015.

Outros Documentos

II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões Pastorais**. 1968. Texto disponível em: <http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>. Último acesso: 19 fev. 2015.

ALFONSÍN, Raúl e SARNEY, José. **Declaração do Iguazu**. Foz do Iguazu e Puerto Iguazu: 1985. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-do-Igua%C3%A7u-portugu%C3%AAs.pdf>. Último acesso: 01 mai. 2016.

CAPANEMA, Gustavo. **Exposição de Motivos submetida ao Presidente Vargas em novembro de 1937 à Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf. Acesso em: 01 mai. 2016.

FIGUEIREDO, João Baptista. Discurso ao Desembarcar na Argentina. In: **Diálogo Brasil Argentina** (Org.: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). Buenos Aires: 14 mai. 1980. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/dialogo-com-a-argentina-1980/view>. Acesso em: 01 mai.2016.

_____. Discurso por ocasião do jantar oferecido pelas classes empresariais argentinas. In: **Diálogo Brasil Argentina** (Org.: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). Buenos Aires: 15 mai. 1980. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/dialogo-com-a-argentina-1980/view>. Acesso em: 01 mai.2016.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Chanceler fala sobre os efeitos da crise mundial na política externa**. São Paulo, 1983. Palestra por ocasião do Segundo Seminário Internacional – Política e Estratégia.

IPHAN (SPHAN). **Compromisso de Brasília**. Brasília: abril de 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>. Acesso em: 08 mai.2015.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria N9 342**. Brasília: 1987. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3580751/pg-28-secao-2-diario-oficial-da-uniao-de-20-08-1987>. Último acesso em: 14 ago.2015.

Organização dos Estados Americanos. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico (Normas de Quito)**. Quito: 1967, nov/dez. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito %201967.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf). Acesso em: 05 mai.2015.

SARNEY, José. **Assinatura de acordo entre Brasil e Argentina**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/josesarney/discursos/1988/27.pdf/at_download/file. Acesso em: 01 mai. 2016.